



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPACIALIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

RITA GEIZIELE PINHEIRO SOUSA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE
FORTALEZA: UMA PERSPECTIVA DE LUTA A PARTIR DO FEMININO (1990-
1992)

FORTALEZA-CEARÁ

2024

RITA GEIZIELE PINHEIRO SOUSA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE
FORTALEZA: UMA PERSPECTIVA DE LUTA A PARTIR DO FEMININO (1990-1992)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Orientador: Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz

FORTALEZA-CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Sousa, Rita Geiziele Pinheiro.

O sindicato dos trabalhadores de fiação e tecelagem de Fortaleza: uma perspectiva de luta a partir do feminino (1990-1992) [recurso eletrônico] / Rita Geiziele Pinheiro Sousa. - 2024.

119 f. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E Espacialidades, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Altemar da Costa Muniz.

1. Mulheres. 2. Gênero. 3. Sindicalismo. 4. Trabalho Operário. I. Título.

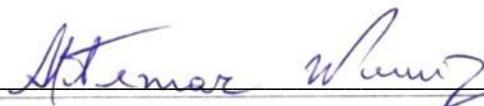
RITA GEIZIELE PINHEIRO SOUSA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE
FORTALEZA: UMA PERSPECTIVA DE LUTA A PARTIR DO FEMININO (1990-1992)

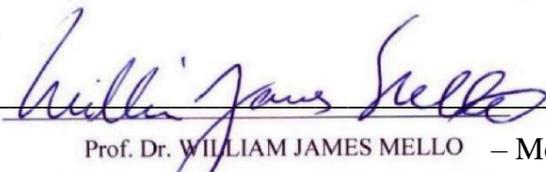
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História, Culturas e Espacialidades.

Aprovada em 20/06/2024

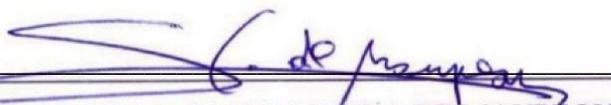
BANCA EXAMINADORA



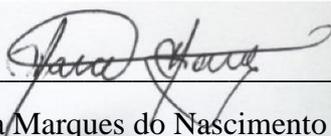
Prof. Dr. ALTEMAR DA COSTA MUNIZ – Orientador
Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE)



Prof. Dr. WILLIAM JAMES MELLO – Membro Externo
Indiana University



Prof. Dr. SAMUEL CARVALHEIRA DE MAUPEOU – Membro Interno
Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE)



Prof. Dra. Marcélia Marques do Nascimento – Membro Suplente
Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE)

Dedico este trabalho a todas as Marias e a todas
as não-Marias.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é na verdade a concretização de um sonho. Desde a graduação já era modelado a pesquisa aqui traçada. A paixão pelo trabalho operário e o apoio de professores tão compreensíveis, acessíveis e transparentes fortaleceram o desejo de permanecer na pesquisa.

Nesse sentido desejo deixar meus agradecimentos a pessoas que sempre acreditaram em meu sonho muitas vezes até mais que eu mesma. Minha irmã Rafaela Pinheiro, meu sobrinho Vinicius Pinheiro por tornar os momentos de aflição os mais leves possíveis. Agradeço a minha mãe pela compreensão em muitos momentos e incentivo.

Agradeço a meus colegas de mestrado pelas conversas, incentivos em momentos desesperadores. Eliane Lima, Jaciara Azevedo, Lara Lutife, Beatriz Fontenele e minha companheira de caminhada acadêmica desde a graduação, minha amiga Talyta Michelle.

Agradeço também a todo o corpo docente de História. Primeiro pela escolha de minha pesquisa ainda em formato inicial, assim agradeço aos professores Samuel Carvalheira de Mapeou, Professora Inês Beatriz de Castro Martins Gonçalves e ao professor Gisafran Nazareno Mota Jucá pela escolha de meu projeto no ato de seleção. Também deixo um agradecimento especial ao meu orientador que me deu muitos caminhos e soluções em momentos de extrema necessidade abrindo, portanto, um leque de possibilidades, obrigada pela compreensão, acessibilidade e transparência e pelo apoio e excelente orientação professor Altemar da Costa Muniz.

Agradeço as mulheres e ex-dirigentes sindicais que participaram dessa pesquisa. Maria Bezerra, Vera Mariano, Graça Costa, Eneusa Costa e Zélia Gomes, pela confiança e disponibilidade de contar suas histórias tornando possível a realização da pesquisa.

Agradeço ao Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza pela confiança e disponibilidade das fontes. Em especial Leiliane Oliveira, Claudemir Evangelista e Antônio Ibiapino.

Agradeço a Funcap pelo incentivo à pesquisa durante esse percurso no mestrado acadêmico.

E por fim agradeço a participação da banca examinadora professores Samuel Carvalheira de Mapeou e professor William Melo, pela disponibilidade de estar presente e pelas contribuições que enriquecem este trabalho, obrigada pela avaliação e presença.

RESUMO

Essa pesquisa procura dar destaque às lutas de mulheres que foram dirigentes sindicais no Sindicato de Fiação e tecelagem de Fortaleza durante a década de noventa, especificamente entre os anos de 1990-1992. Nesse sentido é apresentada um grupo de cinco mulheres que participaram da direção, mas também da base operária. Procuramos compreender a relação dessas mulheres no sindicato e para além dele, a vida em seu sentido mais autêntico no cotidiano. Nossa problemática permeia o entendimento da divisão sexual do trabalho como um dos elementos que marginaliza o trabalho e expressões de liderança exercidas por mulheres no espaço fabril. Foram abordadas questões de gênero como um dos objetos que compõem o mundo do trabalho e pilar da história social, de alguns conceitos como divisão sexual do trabalho, trabalho degradante, gênero e assédio que colaboram no desenrolar da escrita.

Palavras-chave: Mulheres; Gênero; Sindicalismo; Trabalho Operário.

ABSTRACT

This research seeks to highlight the struggles of women who were union leaders in the Fortaleza Spinning and Weaving Union during the 1990s, specifically between 1990-1992. In this sense, we present a group of five women who participated in the management, but also in the workers' base. We seek to understand the relationship between these women in the union and beyond, life in its most authentic sense in everyday life. Our problem permeates the understanding of the sexual division of labour as one of the elements that marginalizes the work and expressions of leadership exercised by women in the factory space. Gender issues were addressed as one of the objects that make up the world of work and as a pillar of the social history of some concepts, such as the sexual division of labor, degrading work, gender and harassment that collaborate in the development of the writing.

Keywords: Women; Gender; Trade unionism; Labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalho aos domingos.....	27
Figura 2 – Trabalho aos domingos.....	28
Figura 3 - Cartilha sindical.....	32
Figura 4 - Fachada da Têxtil Thomaz Pompeu em 1992	39
Figura 5 - Processo 499/76 Junta de conciliação e julgamento de Fortaleza	48
Figura 6 - 1º congresso nacional da mulher trabalhadora, 1986.	57
Figura 7 - Carteira de associado do Sindtêxtil.....	66
Figura 8 - Jornal A Voz do Peão	96
Figura 9 - Jornal A Voz do Peão	102
Figura 10 - Dirigentes sindicais e companheiros em coletivo LGBT –CUT/ CE.....	105
Figura 11 - Leiliane e colegas em campanha de conscientização do outubro rosa em Fortaleza	105
Figura 12 - Leiliane discursando no Sindicato Têxtil.....	106
Figura 13 - Auditório Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza	107
Figura 14 - Diretoria do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.....	107

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A ORGANIZAÇÃO SINDICAL: O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FORTALEZA NA DÉCADA DO PÓS- CONFRONTO	15
2.1	A conscientização acerca dos direitos e o cenário político e social do início da década de 90	22
2.2	A organização operária enquanto possibilidade para o protagonismo coletivo	34
2.3	Quando NOVAS personagens entram em cena	43
3	MUITAS LUTAS, MUITOS SONHOS, FORMAÇÃO: O DESPERTAR DAS MULHERES DIRIGENTES DO SINDTÊXTIL.....	55
3.1	Uma grande mística	60
3.2	Todo mundo que chegue aqui é imigrante ne?	70
3.3	Uma das lutas era pra que tivesse ne?	83
4	QUESTÕES A PARTIR DA HISTÓRIA DAS DIRIGENTES DO SINDICATO TÊXTIL:	90
4.1	A secretaria e alguns desafios das dirigentes	90
4.2	A Estabilidade sindical	98
4.3	A secretaria atualmente	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXO A - Panfleto da Greve Geral –setembro de 1992	116
	ANEXO B – ASSEMBLEIA SINDICAL	116
	ANEXO C - ASSEMBLEIA SINDICAL.....	117
	ANEXO D – EX-SINDICALISTAS DO SINDTÊXTIL	117
	ANEXO E - RITA GEIZIELE E EX-SINDICALISTAS DO SINDTÊXTIL	118
	ANEXO F - RITA GEIZIELE E EX-SINDICALISTAS DA SINDTÊXTIL	118

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa nasceu a partir da graduação onde me identifiquei com a temática do trabalho e da história social em cadeiras específicas, principalmente História do Brasil 4. Em Teoria da História I e II, fiz leituras que tratavam do marxismo a partir de uma nova abordagem da dialética existente na luta de classes. A partir dessas comecei a pensar a respeito desse mundo e sempre o via como masculino, mesmo em leituras da sociologia do trabalho, e essa foi uma das primeiras indagações que me veio à mente. Os estudos de gênero também me despertaram para esse campo que colocava as mulheres no centro dos estudos como protagonista. Resolvi propor uma pesquisa para o mestrado, mesmo achando que era um sonho distante. Inicialmente pensei em continuar o recorte temporal dando sequência à pesquisa da graduação e estudar as mulheres operárias de 1974 a 1980. Porém, me deparei novamente com as dificuldades das fontes mesmo trabalhando com uma década mais recente, ou seja, a década de 90. Sentia que precisava de um trabalho mais sólido e mais próximo das mulheres.

A partir de algumas leituras de trabalhos historiográficos resolvemos trabalhar com uma possibilidade que aproximasse essas mulheres e pensamos em trabalhar com o próprio Sindicato. Fui até lá e pesquisei alguns documentos e concluímos que seria muito bom trabalhar sob uma perspectiva da atuação política das mulheres nessa instituição.

A nossa pesquisa nasce do desejo de se compreender as relações que existem em torno das mulheres e do trabalho operário. Nesse sentido após pesquisas no sindicato de fiação e tecelagem de Fortaleza descobrimos que na década de 1990 houve uma secretaria voltada para a resolução de problemas das mulheres. Logo nos chamou a atenção a possibilidade de investigar mais. Pesquisando descobrimos que para além de um órgão voltado para a resolução de problemas das mulheres, na verdade esse órgão era uma iniciativa feminina. Nesse sentido procuramos fazer uma relação entre o sindicato e essa secretaria a fim de detectar a atuação das mulheres.

Para além de resolver problemas do cotidiano essa partição do sindicato contava em sua criação no ano de 1991 com a direção de cinco mulheres, as quais convidamos para participarem desta pesquisa e assim compreender de forma mais efetiva a criação e o funcionamento do setor, o que para nós já era algo grandioso haver um setor sindical inteiramente voltado para discutir questões femininas.

Logo em nossa pesquisa e escrita não foi possível desvencilhar a criação da secretaria com outros elementos sociais, ou seja, o momento social que estávamos passando, o cenário político e as demandas que permeavam as sociedades em seus mais diferentes aspectos:

Nesses termos, a ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas pura e simplesmente decaiu significativamente. Pensa-se agora em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas enfim, fato que demonstra a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica. Resgata-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se assim a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo. (GOUVÊA, 1998, p. 33).

Logo identificamos que o sindicato dos trabalhadores de fiação e tecelagem de Fortaleza fazia parte de um corpo social e político muito maior. Agregado à central única de trabalhadores, fizemos um apanhado e verificamos que a CUT detinha um papel muito importante para a organização trabalhista, nos mais diversos setores. As lutas pediam incessantemente a organização dos trabalhadores, uma demanda antiga que havia sido esquecida.

Logo fizemos uma relação da classe operária de Fortaleza com a organização nacional, mostrando o desenrolar desse processo dentro das condições possíveis e do nosso recorte temporal.

O cenário político e social foi marcado pela ascensão do neoliberalismo no continente latino americano e em nosso país a partir do governo de Fernando Collor de Melo. Nosso ponto de partida foi a organização trabalhista a partir dos diversos direitos retirados ou negados aos trabalhadores durante o seu governo. Falamos de uma organização só possível devido a uma incapacidade de permanecer em determinadas condições. Essa organização partia de vários setores, mas nos limitamos aos trabalhadores têxteis tentando compreender a relação que se estabelecia.

É fundamental nos debruçar sobre as fontes utilizadas em nossa pesquisa: as primeiras são os documentos do acervo do Sindicato dos trabalhadores têxteis de Fortaleza, entre esses documentos temos jornais, fotografias, convenções trabalhistas, processos trabalhistas que enriquecem a pesquisa no sentido de compreender o cotidiano sindical e as demandas dos operários.

Outros documentos que compõe nossa pesquisa são os jornais que circulavam na cidade de Fortaleza na década de 1990. Estes noticiavam acontecimentos nacionais e locais dando base para a investigação histórica. Assim foram utilizados jornais como A tribuna do Ceará e O diário do Nordeste.

Além da imprensa trazemos entrevistas como fonte enriquecedora do trabalho, pois auxiliam a montar o quebra cabeça que é a interpretação histórica. Por intermédio da história

oral construímos um diálogo com operárias e operários das fábricas têxteis da cidade. Além de entrevistar líderes sindicais e o presidente do Sindicato Têxtil durante a década de 1990.

Para a construção da pesquisa nos apoiamos no trabalho de Elisabeth Lobo em seu grandioso trabalho sobre a divisão sexual do trabalho¹, afim de entender como ocorre a divisão sexual dentro do processo industrial. Para a compreensão da indústria têxtil cearense foram utilizados os trabalhos de Jormana Araújo, Alexandre Gomes, Elisabeth Fiúza, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Sarah Pinho da Silva. Acerca do cenário nacional e político procuramos trabalhos que foram traçados em torno das organizações femininas, assim utilizamos o trabalho de Maria Berenice Godinho Delgado, José de Lima Soares e Antônio Luigi Negro. Para dar luz a pesquisa trazemos discussões desenvolvidas por Ângela de Castro Gomes e Fernando Teixeira que discorrem a respeito do cotidiano trabalhista.

Essa pesquisa está vinculada a História Social do trabalho e a História das mulheres principalmente por serem a matriz que norteia o trabalho. Nesse sentido nós enveredamos a partir de uma história que se problematiza, capaz de tecer a crítica em sua análise. A nossa proposta abre espaço para analisar as experiências individuais e coletivas, a divisão sexual do trabalho, a relação existente entre gênero e classe que amplia a análise histórica a partir de novas abordagens teóricas, problematizando o gênero e incluindo a política na história das mulheres.

Em nosso primeiro capítulo fizemos uma introdução à pesquisa destacando como ocorreu a organização sindical trabalhista, principalmente a partir da ascensão de uma chapa progressista ligada à CUT que disputou a eleição de 1987 no sindicato têxtil de Fortaleza, após anos de liderança conservadora. A partir disso mostramos as mudanças e como foram sentidas pelos operários têxteis. A partir dessa nova liderança o sindicato teve alguns avanços em termos de conciliação de classe, organização dos trabalhadores e comunicação direta, ouvindo a classe operária têxtil e procurando organiza-la facilitando a filiação dos operários. Essa organização foi importante porque permitiu o acesso de pessoas que eram distantes do trabalho sindical e político. Como consequência dessas mudanças as mulheres puderam participar tendo espaço e reconhecimento. A participação feminina nas organizações, no mundo do trabalho não é somente decorrente disso, mas:

Preocupações sobre a participação da mulher no mundo do trabalho, são trazidas também por ANTUNES (1996) num novo ângulo, quando fala na ação destrutiva da reestruturação produtiva sobre a força humana de trabalho que está a se precarizar, a se terceirizar, subcontratar e a entrar no mundo da exclusão social. Para Antunes, a força de trabalho feminino tem sido o alvo preferido pelo capital no universo do trabalho precarizando e desregulamentando. (ESMERALDO,1998, p. 66).

¹ Ver O trabalho operário tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência.

Além disso discutimos lutas como a folga aos domingos como uma demanda significativa naquele momento, pois boa parte das fábricas têxteis de Fortaleza funcionava 24 horas por dia, dificultando a folga nesse dia. Mesmo os trabalhadores que folgavam no domingo se manteria descansado para a rotina pesada do dia seguinte já que não havia muitas atrações sociais nesse dia.

Outra problemática discutida diz respeito as ações judiciais que eram travadas entre trabalhadores e patrões em termos de retirada de direitos. Temos exemplos de processos trabalhistas que eram abertos pelos trabalhadores e que recebiam o apoio do sindicato durante a ação, muitas vezes os trabalhadores reclamavam direitos que haviam sido tirados como o pagamento de horas extras. Também haviam casos de demissão que não era paga a rescisão trabalhista, o que levava os trabalhadores a irem a justiça reivindicar seus direitos. Apresentamos também a organização trabalhista para além dos processos trabalhistas, colocamos nesse capítulo a ocupação da fábrica Thomaz Pompeu como ápice da indignação após a retirada de direitos e como isso impactou no cenário fabril.

Em nosso segundo capítulo destacamos a formação dada às mulheres bem como suas organizações na cidade. O meio e as condições desse processo e a relação com outros movimentos. Mostramos de que forma iniciou-se a participação das mulheres nas lutas políticas, nos processos de greve. Como se dividiram no começo da década em grupos que levantavam diversas bandeiras e que tinha propostas de organização bastante diferentes, além de ideologias diversas como as feministas e as femininas. Ainda no segundo capítulo penetrou-se nas histórias de vida dessas mulheres, procurando as principais dificuldades na vida política, abdições e problematizações, muitas questões colocadas por elas, sempre conversando com a bibliografia. Nesse aspecto ficou bem estabelecido na pesquisa as condições trabalhistas de nossas protagonistas.

Discutimos o assédio como um elemento comum a trajetória das cinco dirigentes que participaram da pesquisa. O assédio apareceu na pesquisa como algo “natural” as mulheres, como elas precisavam do emprego teriam que suportar diariamente as situações que eram expostas. São variadas as situações que acontecem, desde o momento da contratação até a permanência da trabalhadora em seu cargo. Fazemos uma relação do tratamento dado as mulheres na fábrica e fora dela, entendemos que o patriarcado aliado ao capitalismo produziu uma esfera desproporcional entre homens e mulheres e fazemos uma problematização junto as suas histórias de vida.

A criação de um espaço de interação entre as mulheres no sindicato têxtil foi um pedido de atenção, de visibilidade. Era a vontade de mudar e de ser ouvida. Analisamos a criação da secretaria trazendo demandas femininas como gestação, humilhações que as operárias eram submetidas na fábrica, as constantes vigilâncias dadas as mulheres, o controle exercido pela fábrica em torno da operária reforçada pelas chefias dos setores e mostramos o processo de aproximação entre as dirigentes sindicais no movimento político.

O terceiro capítulo trouxe a história de vida delas destacando dificuldades enfrentadas pelas dirigentes sindicais a partir do relato do cotidiano, seja fabril ou no espaço pessoal, que nos ajudaram a problematizar suas falas em questões de gênero:

O sujeito primordial dessa espécie de história oral é o colaborador, que tem maior liberdade para dissertar, o mais livremente possível, sobre sua experiência pessoal. Nesse caso, deve ser dado ao depoente espaço para que sua história seja encadeada segundo sua vontade e suas condições.

A experiência deve, desde logo, ser o alvo principal das histórias orais de vida, pois não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial. (BOM MEIHY, 2005, p. 148).

Assim destacamos as dificuldades que nos levam as problemáticas de gênero e apresentamos a proposta de que a temática é necessária, no passado e no presente. Como já colocado por Scott² o gênero é uma categoria útil de análise e que nos convida a refletir sobre o papel da mãe, da esposa, da operária, da dona de casa:

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p. 148).

Buscamos colocar no terceiro capítulo um pouco dessa relação entre gênero e política a partir da compreensão dos processos históricos, das conexões vividas pelas dirigentes, como essas intervêm nos processos pessoais e sociais e os processos particulares em que estiveram inseridas como participantes. Mostramos o pensamento das dirigentes a frente da secretaria, e o depoimento de algumas na imprensa operária. São falas políticas que apresentam preocupações com a luta dos direitos básicos para os trabalhadores como saúde laboral e educação.

² SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.**

Também foi colocado nesse capítulo um pouco das manifestações do Fora Collor, onde os operários têxteis marcaram presença através de passeatas e mobilizando pessoas para o movimento.

Que mudanças e bagagem política somaram-se em suas vidas e concluimos na esperança de trazer luz aos estudos que estão por vir, entendendo que o processo histórico é um processo dinâmico e que está sempre em movimento.

2 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL: O SINDICATO DOS TRABALHADORES DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FORTALEZA NA DÉCADA DO PÓS- CONFRONTO (1990)

Quando os sindicatos surgiram no Brasil estavam atrelados a um sistema corporativo visto como imposição normativa do Estado. Esse modelo esteve presente com grande força no Estado Novo e se intensificou na ditadura militar. A partir da constituição de 1988 os sindicatos apresentaram uma maior liberdade e autonomia, mas a crítica de alguns autores é que devia sua criação e legalização ao Estado através do poder judiciário. Armando Boito, que é um dos nomes que defendem essa tese relata que:

De 1943 até os dias de hoje, o sindicalismo no Brasil tem existido sob um regime legal fundamentalmente inalterado. Trata-se de uma longevidade e estabilidade que impressionam, principalmente se se considera as grandes transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o Brasil passou ao longo das últimas décadas. Nesse regime legal, o sindicato deve obter um registro junto ao Estado para poder funcionar como tal; a lei obriga o regime de sindicato único, organizado por ramos econômicos ou por categorias profissionais (BOITO, 2006, p. 01).

Para o autor, desde a época em que Getúlio Vargas esteve na presidência, o que permanece na verdade seria um reformismo que não foi capaz de mudar a estrutura sindical:

A representatividade do sindicato, o monopólio que ele detém de representação sindical de um segmento das classes trabalhadoras, as suas finanças, a negociação salarial anual, todos esses atributos básicos para que um organismo possa funcionar como sindicato são, no caso dos sindicatos oficiais, uma outorga do Estado que, em situação limite, independe da ação voluntária dos trabalhadores. (BOITO, 2006, p. 05).

Um dos fatores que viabiliza a sobrevivência da estrutura sindical de meados dos anos 50 e 60 seria a ideologia do populismo, e que muitos sindicalistas e trabalhadores se apegaram. Esse populismo é o estado concebido como uma entidade acima das classes e em condições de programar uma política de proteção aos trabalhadores.

Essa estrutura sindical por consequência provocava a dispersão dos trabalhadores, impossibilitava sua organização num coletivo de classe os tornava passivos sem uma perspectiva política e, além disso, colocados sob uma direção pelega, característica muito marcante na época do regime militar brasileiro. Essa conjuntura mudaria:

Desde 1978, quando ressurgiu o movimento sindical de massas, temos um brutal aumento da capacidade reivindicativa sob um Estado que repele as reivindicações e o próprio movimento popular. A situação significa um grande aguçamento da luta de classes. É esse aguçamento que está minando a ideologia populista que ainda persiste

entre os trabalhadores brasileiros. Recoloquemos o foco da análise sobre o movimento sindical. Não havia no pré 1964 nada que se comparasse à concentração e ao movimento sindical operário de massa do ABC paulista. O sindicalismo massivo e combativo de amplos setores da classe média, como os funcionários públicos, também inexistia. Sindicalismo rural, como existe hoje no centro norte do Estado de São Paulo, no norte do Estado do Rio ou na Zona da Mata do Nordeste também é uma novidade dos anos 80. A estrutura sindical começou a apresentar sinais de desgaste. (BOITO, 2006, p. 14).

Pensando na perspectiva de Boito em relação ao desgaste da estrutura sindical nos anos 80, ela significou um momento de extrema efervescência política, onde os trabalhadores foram os protagonistas da história social. Porém a década de 1990, época de nosso estudo, traz elementos que dificultam essa atuação combativa, principalmente pela entrada do Brasil a uma configuração mundial marcada pela globalização: “A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial”. (ALVES, 2000), a década que se iniciava contava com um cenário bastante complicado, sobretudo pelo:

O crescimento do desemprego de massas- com componentes estruturais- num país como o Brasil nos anos 90 foi o golpe de misericórdia num sindicalismo que, apesar da sua vitalidade relativa da década passada, era estruturalmente débil, não apenas no aspecto organizativo [...] Portanto, é sob a nova república liberal dos anos 90 e sob a ofensiva do capital na produção, que emergem as debilidades estruturais e históricas do sindicalismo no Brasil, incapaz de ir além de suas limitações políticas, organizativas e estruturais. (ALVES, 2000, p.113).

A respeito das proposições de BOITO e ALVES, peguemos alguns elementos de suas falas para analisar a atuação do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, durante os anos de 1990-1992. No período militar o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza estava sob uma gestão pelega, ou seja, uma direção apática politicamente, desconectada com a base, longe de uma organização reivindicativa ou de apresentar uma proposta de luta. Segundo Antônio Ibiapino, líder do sindicato dos trabalhadores têxteis de Fortaleza após a gestão pelega (1987-1993):

O Sindicato dos têxteis estava nas mãos dos pelegos durante toda a ditadura militar. Quando veio a ditadura o presidente era um senhor chamado José Ferreira, e ele tinha feito muitas greves importantes na época, ele era do PCB (Partido comunista brasileiro) e naquele tempo não tinha uma organização de base grande e ele era muito autêntico, muito firme. Ele foi preso, ficou 10 anos preso e o indivíduo lá da décima região militar, o indivíduo que eu digo o comandante, é, mandou um emissário dele de patente do exército para o sindicato e lá eles deram posse a um interventor, esse interventor era da fábrica Thomaz Pompeu de Souza Brasil que hoje é aquele centro de comércio que a Luiziane fez, antes tinha o nome de Beco da Poeira. Quando terminou a ditadura em 85 nós ganhamos a eleição em 87 e eu fui o presidente de 87 a 90, de 90 a 93 e depois sai porque quis, cometi até um erro. [...], pois bem, quando eu entro mudei o estatuto do sindicato. Eu pessoalmente elaborei um novo estatuto, pensei pessoalmente mesmo e com a diretoria a gente aprovou, foi fazendo algumas

mudanças.³

Nas palavras de Alves, o Brasil na década de 90 recebeu em atraso o pacote do neoliberalismo, que no mundo já estava acontecendo desde a década de 80, isso é resultado do capitalismo que se instalou tardiamente aqui:

O Brasil, um país capitalista importante na geopolítica do “terceiro mundo”, nos anos 80 estava por fora da nova ordem mundial capitalista instaurada pela globalização. O que viria a seguir, nos anos 90, seria a grande sincronia histórica da ordem capitalista no Brasil com o que ocorria lá fora, inserindo-se de modo dependente (e subalterno) na mundialização do capital sob o signo das políticas neoliberais. (ALVES, 2000, p. 112).

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, teve um maior tempo para se livrar das práticas do peleguismo em finais dos anos 80. O sindicato estava distante das demandas dos trabalhadores, com uma gestão não representativa e sem contato com com esses trabalhadores. O diálogo não existia e as relações se davam de forma verticalizada e burocrática. O contato com o operariado só foi possível pelo fato da gestão, que iniciou em 1987, ter saído das camadas trabalhistas, do próprio chão de fábrica, tinha o entendimento dos problemas vivenciados pelos trabalhadores no seu dia a dia e tinha um projeto político vinculado à CUT:

ELEIÇÕES, DRIBLANDO OS PELEGOS

Dezenas de sindicatos importantes foram conquistados por chapas identificadas com a CUT. Ponto para os trabalhadores. Sobre a mais importante delas, a dos metalúrgicos de S. Paulo, teremos que esperar a próxima edição do BN. O Norte e o Nordeste não ficaram de fora nessa lista de vitórias. Nas eleições do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, realizadas a 5 de maio último, também deu CUT. (BOLETIM NACIONAL DA CUT, 1987).⁴

Percebemos que as políticas do Sindicato dos têxteis estavam de acordo com as políticas de organização da CUT, como colocado por Boito:

No período dos governos militares, os pelegos, isto é, os sindicalistas governistas, praticamente monopolizavam os postos de direção nos sindicatos oficiais brasileiros. Ao longo dos anos 80, eles foram sendo desalojados de centenas de sindicatos oficiais, que passaram para as mãos de diretorias não governistas e combativas no plano reivindicativo, congregadas na CUT. (BOITO, 2006, p. 03).

Para Boito, a CUT enquanto instituição, criada para estabelecer uma representatividade dos trabalhadores, não conseguia realizar o seguinte movimento pelo fato de:

³ Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 01-01-23.

⁴ Boletim nacional da Central Única dos Trabalhadores, n 13 de maio/ junho, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader.net/DocReaderMobile.aspx?bib=hemeroms&pagfis=1841>. Acesso em 26/01/2023

Os efeitos de dispersão, de seleção de lideranças e de moderação do movimento sindical são os mecanismos práticos da hegemonia política da burguesia sobre o movimento sindical dos trabalhadores brasileiros. Tais mecanismos da estrutura sindical só podem existir e só são eficazes porque a grande maioria das correntes sindicais, inclusive aquelas abrigadas na CUT, está penetrada pelo populismo e, conseqüentemente, são correntes apegadas à estrutura sindical. (BOITO, 2006, p.10).

Os sindicatos filiados à CUT, não contavam com uma gestão participativa, o que acabou se modificando no Sindicato dos Têxteis em Fortaleza. Fazemos nossas as palavras de Lênin:

Por isso, em virtude das resistências e conflitos entre grupos isolados da classe operária e empresas e organismos isolados do Estado operário, a tarefa dos sindicatos consiste em contribuir para a solução mais rápida e menos penosa dos conflitos, com o máximo de vantagens para os grupos operários que estes sindicatos representam, na medida em que as referidas vantagens podem ser aproveitadas sem prejuízo de outros grupos e sem dano para o desenvolvimento do Estado operário e sua economia, desde que somente este desenvolvimento pode criar as bases para o bem-estar material e espiritual da classe operária. O único método certo, são e conveniente de liquidar as resistências e conflitos entre os grupos isolados da classe operária e os organismos do Estado operário é a participação dos sindicatos como intermediários, os quais, representados por seus organismos correspondentes, entram em negociações com os respectivos organismos econômicos interessados na questão, à base de reivindicações e propostas formuladas com exatidão por ambas as partes, ou então apelam para as instâncias superiores do Estado. (LENIN, 1961, p. 325).

O objetivo desses grupos era construir uma força política autônoma que tivesse resultados positivos, e uma nova prática para os trabalhadores, nesse sentido Lênin ainda aponta os caminhos sindicais:

No caso em que as ações desacertadas dos organismos econômicos, o atraso de certos grupos operários, a obra provocadora de elementos contrarrevolucionários, ou, por último, a falta de previsão das próprias organizações sindicais conduzirem a conflitos declarados em forma de greves nas empresas do Estado, etc, a tarefa dos sindicatos é contribuir para que os conflitos sejam terminados do modo mais rápido, tomando medidas inerentes ao caráter do trabalho sindical, isto é, medidas capazes de liquidar as verdadeiras injustiças e anormalidades e de satisfazer as necessidades justas e realizáveis das massas, capazes de influenciá-las politicamente, etc.

Um dos critérios mais importantes e infalíveis da justiça e do êxito do trabalho dos sindicatos é levar em conta o grau de sua eficiência para evitar os conflitos das massas nas empresas do Estado mediante uma política previdente, encaminhada no sentido da verdadeira e completa salvaguarda dos interesses da massa operária e da eliminação oportuna das causas dos conflitos. (LENIN, 1961, p. 328-329).

Entendemos que a prática do sindicato dos têxteis tinha um caráter em prol dos trabalhadores no contexto da atuação política dos trabalhadores e nos padrões de um sindicato “socialista” e que caminhava com as práticas esperadas pela crença socialista, ou seja, em prol dos direitos dos trabalhadores.

Na década de 1990 o cenário se constituía da seguinte forma:

Em janeiro de 1990, a CUT afirmava que “as perspectivas são de agravamento da crise estrutural que vive o Brasil” e, mais, que Collor não representava nenhuma possibilidade de solução para essa crise que interessasse aos trabalhadores. O Plano Collor veio confirmar essa análise. A CUT denunciou seu caráter “recessivo, antidemocrático e inconstitucional, de confisco salarial e de renda dos trabalhadores e contrário aos interesses nacionais” e afirmou que mais uma vez a classe trabalhadora arcaria com o ônus da crise econômica e social, concluindo que o plano era a primeira medida para implementação do projeto neoliberal. Isso exigiria um combate nas conseqüências imediatas e no plano global, com respostas mais qualificadas. Confirmada a queda brusca da produção, inicia-se o processo de demissão e/ou redução de jornada com redução de salário. Coube, mais uma vez, ao sindicalismo cutista a resposta à ofensiva patronal, não aceitando redução salarial, mobilizando os trabalhadores e exercendo o seu papel de representação nas negociações com os empresários. No momento seguinte, mesmo com dificuldades, generaliza-se um processo de greves por reposição salarial. Avaliando a possibilidade de unificação das lutas, a CUT chama uma Greve Geral.⁵

Medidas reivindicativas, a partir de uma organização para as demandas da classe trabalhadora, significava bastante para a atuação dos trabalhadores filiados a sindicatos vinculados à CUT:

Perfil do sindicato da CUT

A ruptura com a estrutura sindical oficial, iniciada no final dos anos 1970 e que chegou a seu momento mais alto com a fundação da CUT em 1983, teve grande dificuldade para continuar no nível dos sindicatos de base. A manutenção do “monopólio de representação” e de grande parte do arcabouço da CLT, mesmo com as modificações na Constituição de 1988, facilitou uma “acomodação”, que na fase atual representa um risco para o sindicalismo cutista. O projeto neoliberal tem capacidade ofensiva nesta área, e os exemplos de outros países da América Latina mostram que pode usá-la para mais uma vez buscar submeter a classe trabalhadora e suas organizações aos interesses do capital. Retomar a iniciativa da construção dos nossos sindicatos com o perfil próprio de um sindicalismo de massas, classista, autônomo, democrático, pela base é uma tarefa que incidirá na nossa capacidade de enfrentar o projeto neoliberal. Frente a essa constatação, a 5ª Plenária Nacional da CUT delibera como diretrizes para a organização e o funcionamento dos sindicatos da Central: • O sindicato da CUT deve ser organizado por ramo, sobre a base territorial mais ampla possível, respeitando os processos de unificação dos trabalhadores, na perspectiva de superar os limites impostos pela Comissão de Enquadramento Sindical/MTb e capacitando a CUT e seus sindicatos para construir com os trabalhadores a melhor forma de organização para o enfrentamento com o capital. • O sindicato cutista é organizado democraticamente, no seu funcionamento interno e na sua relação com a base. Esse perfil democrático será dado pelo seu enraizamento no local de trabalho e pela superação do atual padrão de relação direção–base, criando novos espaços de participação e deliberação na categoria. Além disso, é necessário avançar a discussão sobre uma nova forma de funcionamento das direções no sentido da negação da herança corporativista (autoritária burocrática etc.).⁶

⁵ Resoluções do 4º congresso nacional da cut. 4 a 8 de setembro de 1991, São Paulo. Disponível em <https://admin.cut.org.br/system/uploads/document/4a876924ac432c9b70b6ce7b965472fa/file/4-congresso-nacional-da-cut-4-concut-04-a-08-09-1991.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

⁶ Resoluções da 5ª plenária nacional da cut, 15,16,17 e 18 de julho de 1992. São Paulo. Disponível em: https://www.cut.org.br/arquivos/plenarias?subdomain=www._ Acesso em: 04 jan. 2023.

Essa orientação nacional vai de acordo com o projeto político formado pela CUT, que tinha como alvo o socialismo:

O sindicalismo latino-americano deve se capacitar para intervir nesse processo de redefinição do movimento sindical internacional alterando as bases das relações entre o sindicalismo dos países pobres e ricos e conferindo um novo dinamismo às organizações sindicais mundiais. O sindicalismo latino-americano nunca jogou um papel relevante no contexto do movimento sindical internacional. Entre outras causas, podemos citar três razões que determinam as suas dificuldades de intervir na dinâmica e na definição das políticas das centrais mundiais. Os governos autoritários, civis ou militares, sempre buscaram anular as organizações dos trabalhadores através da repressão e da cooptação, impedindo o desenvolvimento de um sindicalismo livre e autônomo. Uma segunda causa está na própria fragilidade das economias e dos sistemas políticos dos países da região, o que contribuiu para que muitas organizações sindicais sejam débeis e dependentes dos governos, Estados e partidos políticos. Por fim, a debilidade do sindicalismo latino-americano é também resultado da polarização introduzida no continente pela lógica da guerra fria, que contribuiu para a divisão do movimento sindical internacional.⁷

A CUT, enquanto instituição estava inserida em um processo político neoliberal tendo o poder de mobilização dos trabalhadores e a organização das reivindicações:

A formulação de estratégias sindicais que busquem o enfrentamento dos novos desafios exige redefinições das práticas desenvolvidas pelo movimento sindical internacional. A CUT nasceu fora da lógica da divisão do movimento sindical internacional e sob a base da negação de um sindicalismo atrelado ao governo e ao Estado, portanto na perspectiva da construção de uma concepção sindical livre e autônoma. Por isso a CUT tem hoje a responsabilidade de contribuir na construção de relações sindicais igualitárias entre o Norte e o Sul. A CUT deve buscar o fortalecimento dos compromissos de solidariedade internacional baseados nos valores históricos da classe trabalhadora, como também a construção de novas formas de cooperação e intercâmbio entre as centrais nacionais. Isso exige o compromisso do movimento sindical internacional na superação das desigualdades produzidas pelo sistema capitalista entre os países pobres e ricos e também do sectarismo característico da guerra fria. (5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, 1992).

Nesse sentido, entendemos que a instituição mantinha um plano político voltado para o socialismo: “A negação das liberdades democráticas, o desrespeito aos direitos básicos e o uso sistemático da violência contra os opositores ao regime representam, ao contrário, a negação do socialismo democrático que defendemos” (5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, 1992). Para a instituição a queda do socialismo na guerra fria, afirmaria a desigualdade que já se sentia experimentada pelo capitalismo vigente na ordem neoliberal, assim:

O socialismo real mostrou-se incapaz de superar seu atraso tecnológico e produtivo frente aos países capitalistas avançados. Em parte, essa incapacidade resultou no

⁷ Resoluções da 5ª plenária nacional da cut, 15,16,17 e 18 de julho de 1992. São Paulo. Disponível em: <https://www.cut.org.br/arquivos/plenarias?subdomain=www>. Acesso em: 04 jan. 2023.

sistema de planejamento centralizado, fonte de privilégios da burocracia e responsável pela morosidade na tomada de decisões, pelo desperdício etc. Por outro lado, a estagnação econômica da ex-URSS e os imensos gastos militares impediram que ela continuasse sustentando o seu papel de superpotência, perdendo cada vez mais terreno na disputa armamentista. Politicamente, na origem da crise do socialismo real está a ausência absoluta de democracia e de liberdade individual, política e sindical. As mudanças ocorridas nesses países foram o resultado da luta por liberdades democráticas reivindicadas por grandes parcelas da população e dos trabalhadores. (5ª PLENARIA NACIONAL DA CUT, 1992).

O que estava em total acordo com o Sindicato dos trabalhadores têxteis de Fortaleza, pois nas suas páginas jornalísticas já apresentava visão cutista:

Companheiros têxteis, vivemos numa sociedade capitalista, onde aqueles que tudo produzem, os OPERÁRIOS, não têm direito a nada e uma minoria de parasitas, os PATRÕES, nada produzem e se apropriam de todas as riquezas do país. Os patrões para aumentarem seus lucros, fazem as contas de nossos salários erradas, arrocham o salário, nos demitem para contratar outro operário por um preço mais baixo, não pagam devidamente nossos direitos. Para lutar contra esta situação só temos uma arma, mas que é poderosa, A VONTADE DE LUTAR E A ORGANIZAÇÃO. Por isso é fundamental fortalecer o nosso SINDICATO. Pois ele é uma trincheira de luta da categoria contra a opressão e exploração patronal. Um investimento fundamental na luta por melhores condições de vida e trabalho. Somente com a nossa organização no sindicato e de todos os trabalhadores, através da central única dos trabalhadores (CUT), poderemos avançar na luta pelo fim desta sociedade, injusta e construir uma nova sociedade, onde a felicidade seja direito de todos os trabalhadores. (O FIO DA MEADA, s/n, 1989).

Percebemos a congruência entre o plano político do sindicato e a CUT:

Esta é a nossa realidade precisamos fazer uma política para combater-mos os poderosos. Quando isso acontece os patrões agem com muita acusações, falam que é agitação, baderna [...] Eles sabem que através da organização e possível sua derrubada do poder. Usam os meios de comunicação para fazer o povo sentir medo da política, porquê? Porque somos nós que produzimos a riqueza deste país. Como se não bastasse os patrões ainda dificultam a educação e a organização dos trabalhadores. Temos que nos contrapor a estas mentiras, estamos sendo enganados roubados e isso não pode continuar. E este o regime em que vivemos, chamado capitalismo que tira o direito de uma vida digna, jogando os trabalhadores numa verdadeira situação de miséria, com tudo ainda acreditamos no ideal do Socialismo pois acreditamos que é este o melhor caminho para todo os povos, o caminho para a felicidade. (ESPAÇO DA MULHER, 1991, s/n).⁸

O sindicato dos têxteis tinha ciência do momento em que o neoliberalismo se instalou no mundo, fazendo dos trabalhadores as piores vítimas dessa era “tecnológica e avançada”. Diante do cenário político da época ficou evidente que algumas instituições perderam espaço na grave guerra ideológica da década de 90. A Central Única dos

⁸ Espaço da mulher foi um jornal que fez parte do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, e que funcionou como órgão de informação da secretária da mulher no sindicato têxtil. Os jornais sindicais trabalhados apresentam erros de gramática.

Trabalhadores entendia que as negociações eram importantes, mas as ações combativas também deviam estar presentes diante de tão lamentável cenário. Concordamos com Alves, em relação à nova prática de negociação somada às ações reivindicatórias:

Entretanto, o que esses autores não perceberam é que poderia ter sido pior. O verdadeiro valor político (e moral) das lutas sindicais dos anos 80, na perspectiva classista, consistiu em constituir pelo menos em seu nível mais elementar, a consciência necessária de classe (e não um mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos). (ALVES, 2000, p.116).

Entendemos que o sistema político não tinha condições de ser alterado, pois a guerra fria já apresentava seus resultados no mundo. O sindicato dos trabalhadores de fiação e tecelagem de Fortaleza constituiu um importante canal de comunicação entre esses ideais e os trabalhadores na busca de direitos. A principal questão foi apresentar para esses trabalhadores seu papel no mundo, como eram importantes naquele contexto e que faziam parte do jogo político. Veremos que os operários têxteis compreenderam esses apontamentos, pois se organizaram e lutaram em torno de suas reivindicações, como os trabalhadores da fábrica Santa Lúcia, Finobrasa e Thomaz Pompeu.

2.1 A conscientização acerca dos direitos e o cenário político e social do início da década de 90

Enquanto instituição, o sindicato serviu como base para organização das atividades ligadas à mobilização frente aos problemas que surgiram. Mas antes houve uma conscientização destes:

Ou seja, os sindicatos surgiram como organismo elementar de frente única dos trabalhadores para enfrentar a opressão e a exploração da força de trabalho. [...] Foi a partir desse espírito de luta que o movimento sindical emergiu com base na unidade e luta dos trabalhadores, sempre buscando construir um sindicalismo livre e independente do patronato e do Estado. (SOARES, 2016, p.37).

Uma das principais questões que passou pelo sindicato no início da década de 1990 correspondia ao número elevado de demissões. Conforme ata de abril⁹, mais de três mil trabalhadores. Um dos motivos para tal situação estava diretamente ligado ao cenário nacional

⁹ Ata da Assembleia Geral Ordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 11/04/1990, p.73.

que se refletia aqui. Algumas empresas como o grupo Unitextil haviam demitido até abril de 1990, quinhentos funcionários, a Finobrasa em 1990 também demitiu 809 empregados.

As assembleias propunham um novo modelo de pensamento para essas demissões e fazer com que esse trabalhador pudesse ter um senso crítico em relação à sua prática, rompendo com a mentalidade passiva construída na era Getulista. O sindicato a partir de diversas agendas teve mais contato com essas pessoas por uma via da educação e instrução. Nas assembleias o principal momento era a contextualização do cenário social. Feita de forma bastante didática, analisasse a situação em que estavam inseridos e passavam a compor uma articulação entre as condições vivenciadas, os conflitos entre os grupos empresariais das indústrias têxteis e o trabalhador:

O presidente do sindicato responsabilizou o governo Collor pelas demissões e pela irresponsabilidade da abertura das importações dos produtos têxteis e terminou afirmando que jamais havia visto uma crise igual a esta do governo Collor. Ao encerrar o pronunciamento passou a palavra ao plenário onde vários operários se inscreveram e manifestaram total apoio ao presidente do sindicato e ainda lamentaram estarem desempregados e até aquela de sem terem recebido seus direitos rescisórios.¹⁰

Esse momento expressava um descontentamento em relação à questão nacional marcada por várias crises. Segundo FARIAS o cenário de Fortaleza apresentava:

A opção política pela atração de indústrias com a concessão de incentivos fiscais/ financeiros e oferta de infraestrutura e mão de obra treinada e barata, revelou-se, na visão do governo, inevitável para a sobrevivência econômica do Ceará diante da chamada “guerra fiscal” entre os estados, verificada, sobretudo, a partir de meados da década de 1990. (FARIAS, 2015, p. 525).

Essa concepção refletia a modernização conservadora que se perpetuava a alguns anos¹¹ em governos locais e também em âmbito nacional. Nas atas da instituição são elencadas algumas medidas que serviriam para iniciar um movimento de organização da unidade trabalhista, bem como alguns direcionamentos para os operários, que saiam da assembleia com alguns encaminhamentos:

Fazer relação de todos os demitidos, ir até a empresa a fim de negociar, ao mesmo tempo solicitar da delegacia do trabalho fiscalização para todas as fábricas, principalmente a Thomaz Pompeu e o grupo Unitextil, também propôs a ida a imprensa para denunciar. Além disso, manifestações nas portas das fabricas.¹²

¹⁰ Ata de reunião do Sindicato do Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 11/04/1990.

¹¹ Ver FARIAS, Airton. **História do Ceará**. 7 ed. Fortaleza, 2015.

¹² Ata da Assembleia Geral Ordinária do Sindicato dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, realizada em 11/04/1990.

Além de demissões em massa, o salário de muitos trabalhadores passou a ser congelado. Situação decorrente dos planos econômicos federais:

No plano econômico mais radical já decretado no País [...] o Plano Collor determina que o dinheiro em contas correntes ou cadernetas de poupança só pode ser sacado até o limite de NCZ\$50 mil. O restante ficará retido no Banco Central durante 18 meses, rendendo correção monetária e 6% de juros ao ano, e depois desse prazo só poderá ser sacado em 12 parcelas mensais. (O globo, 17/03/ 1990).

O impacto nos trabalhadores da indústria têxtil de Fortaleza propiciou um cenário para a campanha salarial de 1990, direcionadas nas assembleias do sindicato e articuladas nas reuniões extras e divulgadas nas páginas de jornal.

Em O fio da meada¹³ eram divulgadas várias matérias que orientavam os trabalhadores sobre seus deveres e direitos, as pautas sindicais, além de um canal de denúncia. Em matéria de dezembro de 1989 é colocadas algumas questões importantes como os problemas relacionados à alimentação desses operários e apelo para que o trabalhador tivesse condições mais justas:

Refeição: luta nossa de cada dia pelo pão que vem um dia

Luta nossa de cada dia pelo pão que vem um dia.

Companheiros estamos acelerando as negociações em torno das refeições, tem sido difícil, no entanto não haverá de ser impossível, todavia é mais do que necessário que todos os trabalhadores das fábricas Pompeu, S. Cecília e S. Inês nos ajude reivindicando juntos conosco, pois as refeições são de fundamental importância, tanto para nossa saúde física como para o desempenho no trabalho, e também a própria economia do trabalhador. Na Pompeu como na Unitêxtil, haja visto que na Unitêxtil as negociações estão transcorrendo numa visão mais aberta e isso graças a mentalidade dinâmica hora observada que é diferente da mentalidade caduca e atrasada que lá predominava. (O FIO DA MEADA, 1989).

Ao que tudo indica a luta por alimentação já fazia parte das denúncias dos trabalhadores desde muito tempo. Em 1991 é apresentado o quadro sofrido por trabalhadores da fábrica Santa Inês:

Companheiros,

A luta pela refeição começou em abril de 1987 quando ainda éramos chapa de oposição ao pelego que estava no sindicato. A refeição era uma bandeira de luta da chapa 2. Para cumprir com nossa promessa foram necessárias muitas lutas como a greve, como o dia de luta na Santa Inês (Dia do panelaço), muita pressão do sindicato e muita negociação. Hoje está sendo concretizado o sistema de refeição que é uma vitória de todos que lutaram. (O FIO DA MEADA, 1991).¹⁴

¹³ O fio da meada foi o jornal sindical do sindicato dos trabalhadores têxteis de Fortaleza.

¹⁴ Durante as eleições de 1987 para a diretoria sindical, tivemos três chapas. A primeira chapa era formada pelo então presidente do sindicato Jonas Augusto Rocha. A segunda chapa foi a de oposição sendo construída por

Além de apresentar os problemas nas fábricas, o sindicato chama esse operário para as lutas que viriam, pois, segundo o jornal: “a campanha salarial está se iniciando e é o único momento em que podemos lutar com maiores possibilidades de conquistas” (O FIO DA MEADA, 1989). “todos os companheiros estão sendo chamados a responsabilidade de lutar para poder defender melhores salários e assim melhores condições de vida e de trabalho” (O FIO DA MEADA, ANO II, Nº. 12, 1989)¹⁵.

Data desse momento o arrocho salarial que ainda na campanha salarial de 1990 já era uma realidade, segundo o folheto sindical:

Collor, o inimigo dos trabalhadores

O presidente Collor de Mello, numa intenção clara de arrochar o salário dos trabalhadores piorando com o seu Plano cada vez mais a nossa vida e mostrando de que seu lado ele realmente está. Publicou nesta semana a medida provisória 185, que proíbe e suspende os dissídios coletivos em 150 dias. Com isto o presidente ajuda os patrões e os poderosos e prejudica os trabalhadores que como os têxteis estavam com o dissídio em andamento, e agora, por ordem do collorido desumano, foi suspenso por 150 dias. O presidente junto com os patrões quer matar os trabalhadores de fome, e enricar ainda mais os poderosos. A situação dos trabalhadores é muito difícil, e só no pau é que vamos arranjar alguma coisa do Patronal. Se é assim que eles querem, é cacete que vão comer. (Boletim Informativo, 07/1990)¹⁶

Essa demanda ainda era pauta em 1991, principalmente devido ao congelamento de salários com a medida provisória 185: “O Sr. Francisco Antônio Mendonça da Cunha fez um retrocesso da campanha salarial passada em que foi para dissídio coletivo e que o juiz julgou praticamente negou quase todas as cláusulas do dissídio anterior” (Ata sindical 02/1991). Por todas essas questões vivenciadas nas assembleias ficava um apelo aos trabalhadores para cada vez mais participarem nas pautas reivindicativas.

Durante os anos de 1990/1991 o sindicato dos trabalhadores têxteis teve papel fundamental na conscientização dos operários diante da situação agravada pelo governo federal e pelas mais variadas formas de opressão dentro das fábricas que afligiam a labuta diária dos operários.

Uma das formas de opressão dizia respeito ao abuso dos trabalhos aos domingos. Em O fio da meada várias matérias denunciavam medidas como essas. Desde 1989 a indústria têxtil apresentava o argumento da crise para defender perdas de direitos para os operários.

Roberto Faustino de Sousa e William Gomes dos Santos e como presidente Antônio Ibiapino. Havia também uma terceira chapa formada por dissidentes da diretoria apoiados pela prefeita de Fortaleza na época Maria Luíza.

¹⁵ Algumas páginas do jornal O fio da meada não apresenta numeração das páginas contendo somente o número do volume da edição.

¹⁶ Boletim Informativo do Sindicato dos têxteis, 07/1990.

Segundo editorial de O fio da meada de junho de 89 o operariado, estando inserido na conjuntura daquela época, era dependente das medidas que contraditoriamente afetaria aos trabalhadores. Segundo Gomes(2013):

Após aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho [...] promulgou-se o decreto nº 27.048/49. Tal decreto considera que, de acordo com as exigências técnicas de algumas empresas, era imprescindível a continuidade do trabalho aos domingos. Esse mesmo regulamento ainda relacionou e concedeu autorização a diversos setores- indústrias, comércio, transporte, comunicações, publicidade, educação, cultura, serviços funerários, limpeza, alimentação de animais, sendo que outros setores necessitam de autorização do Ministério do trabalho- a funcionar normalmente aos domingos. (GOMES, 2013, p. 09).

Nesse sentido, o Estado estabelece toda uma legislação trabalhista a fim de regulamentar o trabalho aos domingos, dando possibilidade para que o setor industrial em Fortaleza pudesse lucrar cada vez mais à custa de trabalhadores que ainda estavam com seus empregos fixos:

A primeira vez que foi obtida licença para trabalhar aos domingos foi de maneira ilegal, pois não foi feita assembleia com os trabalhadores apenas obrigaram os trabalhadores a assinarem uma lista e o Sindicato que era pelego fez acordo com os patrões traindo toda a Categoria e desde de tal traição que somos escravos e obrigados a trabalhar num sistema miserável e injusto mesmo sendo contra a nossa vontade. (O FIO DA MEADA, s.d).

O cenário em muitas fábricas era de ameaças. Na Fiação Jangadeiro e na Master S/A Tecidos Plásticos, o trabalhador se via coagido pelas muitas demissões justificadas pelo discurso da crise econômica. Ainda no governo Sarney uma das táticas utilizadas por indústrias têxteis em Fortaleza partia do que ficou conhecido como escala 5 por 1.

Já utilizado desde os finais dos anos 80, onde o trabalhador tinha um único dia de descanso. O sindicato dos trabalhadores têxteis teve como uma das principais pautas o fim dos trabalhos aos domingos o que culminaria na greve da empresa Finobrasa em 1988, a partir de um árduo trabalho de conscientização dos trabalhadores.

Figura 1 – Trabalho aos domingos

Trabalho aos domingos

2 dias a mais para o patrão

MÊS DE DEZEMBRO DE 1989

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1 a	2 Fol
3 d	4 e	5 f	6 g	7 h	8 i	9 j
10 k	11 l	12 m	13 n	14 o	15 p	16 q
17 r	18 s	19 t	20 u	21 v	22 w	23 x
24 y	25 z	26 aa	27 ab	28 ac	29 ad	30 ae
						31 af

SISTEMA NORMAL 8x24 – 192

MÊS DE OUTUBRO DE 1989

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1 a	2 b
3 c	4 d	5 e	6 f	7 g	8 h	9 i
10 j	11 k	12 l	13 m	14 n	15 o	16 p
17 q	18 r	19 s	20 t	21 u	22 v	23 w
24 x	25 y	26 z	27 aa	28 ab	29 ac	30 ad
						31 ae

SISTEMA 5 POR 1 8x26 – 208

Fonte: Jornal O fio da meada, 1989.

Na imagem é explicado aos trabalhadores as mudanças que aconteceriam na jornada de escala 5 por 1: “Trabalho aos domingos para que serve? Para os trabalhadores, não traz nenhum benefício, pelo contrário, no sistema de revezamento 5 por 1, a jornada de trabalho é maior que no sistema normal de 44 horas semanais”.¹⁷ Aqui é apresentado o mês de dezembro com 31 dias, onde o operário que trabalhasse 26 dias em 8 horas no fim contabiliza um total de 208 horas de serviço. E no sistema de 44 horas semanais, o operário trabalharia 24 dias com 8 horas o que equivale a 192 dias trabalhados. A matéria tem como foco explicar o porquê o trabalho aos domingos sairia como algo lucrativo para os patrões. Sendo explicado de modo didático, pois muitas vezes os operários eram analfabetos ou não sabiam ler, as reuniões e assembleias eram um espaço de educação onde eram explicadas as mudanças na política e de que forma isso afetaria empregos e de maneira mais abrangente toda a vida deles.

Por volta de julho de 1989 houve uma campanha intensa em torno da votação que ocorreria naquele ano que consistia na continuidade ou não dos trabalhos dominicais. As páginas do jornal sindical traziam matérias e charges que falavam do domingo como um dia de descanso, de lazer, livre para as atividades familiares.

¹⁷ O fio da meada, ANO II, Nº 12, 1989.

Figura 2 – Trabalho aos domingos

Fonte: Jornal O fio da meada, s.d

O domingo representava para o trabalhador o fim do descanso sagrado pela tradição cristã, a perda do dia com a família, e outras atividades. Uma estrutura de controle do tempo espacializado¹⁸. Segundo Zarifian, o tempo espacializado acarreta consigo a disciplina nas relações que se constroem entre fábrica-trabalhador impostas de forma vertical,.

Nesse sentido, o estudo de Zarifian reflete a respeito da produtividade em uma dialética entre tempo e trabalho. O tempo espacializado é composto pelas condições materiais do relógio, portanto um tempo que é circular, quantitativo e físico. Nesse tempo nós temos a sucessão de instantes e analisando em uma perspectiva fabril a disciplina, as regulações trabalhistas e os atos de trabalho. Quando falamos das regulações também estamos falando da imposição do trabalho dominical, pois sendo contrária ao querer do trabalhador de certa forma se impõe de forma verticalizada, restando somente a aceitação forçada. Isso pode ser percebido na fala de Geraldo Ferreira¹⁹: “o cara que tiver 25 anos for para ali, meu amigo, tá perdendo o tempo dele. Se o cara for solteiro, trabalhar sábado e domingo. Só isso aí, o cara não vem, eu já estou velho mesmo, tenho que aguentar” e acrescenta: “[...] o dia quando eu estou de folga, eu vou dormir, eu lá vou pra canto nenhum” (Entrevista com Geraldo Ferreira, 29/08/2007).

O controle social do tempo pode ser pensado na perspectiva de Zarifian em um tempo espacializado, onde quem estivesse trabalhando nos domingos teria pouco o que fazer

¹⁸ ZARIFIAN, Philippe. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. **Tempo Social**, v. 14, n.2, p.1–18, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/5FykT73y4PnhvRGJdc3Vrrx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

¹⁹ Geraldo Ferreira, Morador do Parque Santo Amaro. Quando foi entrevistado estava com 26 anos trabalhados na Finobrasa e organizando sua documentação para dar início o processo de aposentadoria, estava com 61 anos de idade. Entrevista de 29 de agosto de 2007, pela Profa. Telma Bessa Sales. IN GOMES, Francisco Alexandre. **Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)**.

em seu dia de folga, poucas opções de lazer, sendo a folga o descanso para retornar bem ao trabalho:

Uma vez um empregado trabalhando em determinado horário esse tipo de mudança interfere na própria vida já que todas as demais atividades fora da rotina fabril são guiadas pelo horário livre que ele terá para fazer, ou seja, a rotina na fábrica determina aquilo que o trabalhador pode fazer com seu tempo livre. (SOUSA, 2021, p. 39).

Medidas como essas estavam nas pautas sindicais, mas também não passava despercebida pelo próprio trabalhador que as entendia como prejudicial. Segundo estudo de Gomes:

Devido ao novo regime de folgas, todos os trabalhadores, sem distinção de turma ou turno, passaram a trabalhar aos domingos e a folga só coincidiria com este dia da semana a cada 42 dias. De sorte que, ficou muito mais difícil à participação dos trabalhadores em atividades tipicamente dominicais, como a prática de ir à igreja, a praia, visitar um compadre, de ir ao futebol, de organizar um churrasquinho com a vizinhança ou de cuidar da casa e do pequeno quintal, bem como de viver as domingueiras do bairro. (GOMES, 2013, p.03).

Além de serem tiradas essas atividades a legalização do trabalho aos domingos tinha outro elemento a ser discutido:

Os empresários recorreram a uma artimanha cronométrica, haja vista encontrarem-se amparados por legislação que também definia como facultativa a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo. Os trabalhadores da indústria têxtil cearense tinham direito somente a trinta minutos “remunerados” para o almoço, de sorte que foi feito um arranjo para que os mesmos passassem a contar com quarenta minutos. Este tempo, entretanto, deixaria de fazer parte da jornada diária do trabalho, ou seja, não seria cronometrado e muito menos remunerado. Nesse acordo, a jornada diária ficaria com apenas sete horas e vinte minutos, que, multiplicados por seis, completaria a jornada de quarenta e quatro horas semanais (GOMES, 2013, p.08).

Ou seja, a alimentação não fazia parte da jornada de trabalho, precarizando ainda mais as condições físicas e financeiras desse operário.

A cada dois anos era renovada a regulamentação do trabalho aos domingos. Em 1989 houve uma mobilização muito grande frente à votação que aconteceria naquele ano e que decidiria os próximos anos. Segundo ata de apuração “Concluímos que um total de 646 empregados votaram a favor dos trabalhos aos domingos, e 548 foram contrário aos trabalhos aos domingos. Assim sendo foi declarado por maioria o resultado favorável ao trabalho aos domingos” (ATA SINDICAL 07/1989).

Na Têxtil Bezerra de Menezes houve maioria de votos contra o trabalho dominical, o que representava apoio ao sindicato. Ainda pensando nas contribuições de Zarifian temos uma

segunda condição temporal que ele chama “o tempo devir”. Esse tempo diferente da espacialidade é um tempo qualitativo, que tem como característica uma condição de mudança. Geralmente falamos de uma mudança que tenha como direção o futuro, possibilitando uma mobilização da experiência passada. É o que percebemos na atuação sindical em termos de mobilização, pois em algumas fábricas, a votação teve um começo diferente para os trabalhadores, a exemplo da Master tecidos plásticos:

A master é exemplo de autoritarismo, queria obrigar na marra que os trabalhadores se escravizassem trabalhando aos domingos. O Sindicato começou a organizar os trabalhadores sindicalizou a grande maioria deles, mas a fabrica obrigou os companheiros tirarem o nome do Sindicato alguns que resistiram a imposição da empresa foram demitidos. Certamente aquele campo de concentração chamado MASTER acreditava que se os trabalhadores não fossem sócios do Sindicato ela iria ficar livre para explorar. (O FIO DA MEADA, 1989).

As representações sindicais nas portas das fábricas realizaram um trabalho de conscientização sobre o que representava o voto de cada um, e que se refletiu no resultado da TBM.²⁰ O que saiu bastante diferente na Finobrasa:

A finobrasa nas vésperas do plesbicito para definir o trabalho aos domingos fez propaganda dizendo que o governo deu um reajuste de 9,83 por cento, e a Finobrasa estaria dando 18,29 por cento. Mentira; o reajuste era de 29,67 por cento. A velha Finobrasa sonegou 11 por cento e mais uma vez enganou os trabalhadores; mas será que é mesmo a finobrasa que engana ou será que são os trabalhadores que se deixam enganar, sempre acreditando na fábrica votando na fábrica e fazendo os caprichos da fábrica, exploração que engana que tortura sobre todos os pontos de vista. (O FIO DA MEADA, 1989).

A finobrasa tinha uma característica muito peculiar em relação às outras fábricas sobre os trabalhos dominicais, pois apresentava um histórico de reclamação recorrente, sendo que em atas sindicais de 1991 aparece a pauta do trabalho aos domingos naquela fábrica. O que não reflete ao resultado da votação. Nesse sentido entendemos que:

[...] é preciso endossar que votar a favor da continuidade do trabalho dominical não significa, necessariamente, uma decisão tomada para “agradar” a empresa. É evidente que os trabalhadores que assim votaram, fizeram-no pensando na manutenção do emprego, em garantir a sobrevivência e o sustento da família. Em algumas ocasiões, o instinto de sobrevivência se faz um comportamento preponderante. Nesses casos, as ações que podem ser vistas sob a ótica da “traição a classe”, na verdade, constituem atos deliberados de autodefesa. (GOMES, 2012, p. 165).

²⁰Têxtil Bezerra de Menezes, criada por volta de 1976, funcionando efetivamente a partir de 1980. A fábrica teve como presidente Ivan Bezerra, sendo o primeiro investimento têxtil em Fortaleza. Em 1986 passa a funcionar a II unidade da TBM. O grupo empresarial pertencente à família pode em 1997 inaugurar uma malharia chamada Filate, e no ano 2000 inaugura sua II unidade. Por volta de 2002 é instalada no distrito de Maracanaú a Têxtil Bezerra de Meneses S/A.

O resultado refletia a manutenção de seus empregos frente às ameaças que sofriam e as condições para se manterem no emprego. Passados dois anos, chegamos em 1991, a Tribuna do Ceará publica uma matéria em agosto relatando o drama vivenciado pelos trabalhadores têxteis.

As indústrias têxteis estão autorizadas a funcionar aos domingos, feriados civis e religiosos. O presidente Fernando Collor sancionou ontem decreto do Ministro do trabalho, Antônio Rogerio Magri, nesse sentido. A decisão atende pedido feito pelo Conselho Nacional da Indústria Têxtil, que alegou aumento da produtividade e do nível de emprego no setor. (Tribuna do Ceará, 20/08/1991).

Mesmo após muita mobilização os abusos sofridos pelos trabalhadores continuaram. Em 1993 ainda existiam pautas de assembleias sobre a questão dos trabalhos aos domingos.

O sindicato passou a adotar uma postura mais combativa em 1987. Durante esse ano houveram eleições para representantes sindicais com a vitória de Antônio Ibiapino da Silva e o sindicato assumia uma nova agenda possibilitando todo um trabalho de base. Um ponto muito importante dizia respeito à cartilha, feita sob a nova administração e dada aos trabalhadores, que continha as principais dúvidas sobre deveres e direitos, bem como das empresas para com eles. Logo em sua primeira página já se percebia a nova postura da gestão: “A atual Diretoria no período da campanha salarial era chapa de oposição. Mesmo assim, participamos na medida do possível para que o pelego não fizesse como nos anos anteriores, ou seja, firma-se o acordo com os patrões sem a categoria tomar conhecimento” (Convenção coletiva de trabalho, 1987).

O trabalho de base começava a partir de assuntos muitas vezes desconhecidos ou pouco entendido pelos operários. Alguns conceitos foram esclarecidos e traduzidos em uma linguagem acessível e partia do cotidiano:

O que é sindicato:

É o órgão que deve sobretudo lutar pelos direitos de sua categoria, a fim de que na medida do possível defender o trabalhador da opressão patronal e garantir o associado na defesa dos interesses comuns.

O que é consciência:

É a capacidade que a pessoa ou grupos de pessoas tem de conhecer valores, conhecer a importância do trabalhador, a importância da mão de obra operária. Então companheiros temos que nos conscientizar para juntos defendermos nossos direitos através da luta.

O que esperamos de você:

Esperamos que você venha ao sindicato. Vamos lutar juntos. (Cartilha de convenção coletiva de trabalho, 1987).

Figura 3 - Cartilha sindical

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores de fiação e tecelagem de Fortaleza, 01/05/1987

A credibilidade do sindicato se dava porque muitos que faziam parte da direção eram operários e sabiam exatamente do que os trabalhadores têxteis estavam falando, pois sofreram a opressão fabril. Portanto, a identificação era um dos elementos que os tornavam muito próximos. Numa matéria de 11/1991, o sindicato falava a respeito disso:

Companheiro, Sindicato é na verdade a entidade que mais tem credibilidade, exatamente porque é formado por trabalhadores que sentem na própria pele o sofrimento e a exploração dos patrões[...] Mas como vocês sabem os patrões não gostam de pressão, eles preferem que todos sejam mansos e conformados tal qual cordeiros, só assim eles podem impor tudo da forma que eles bem entender. Mas o nosso sindicato nunca se dobrou a eles, sempre enfrentou de frente, e por isso eles tentam todo tipo de golpe contra nós. (O fio da meada, 11/1991).

Gomes, ao estudar a fábrica Finobrasa, mostra um pouco como se desenvolveu essa nova postura sindical. De 1964, época do regime militar, até o ano de 1987 o sindicato tinha uma retórica muita parecida com os interesses industriais e governamentais, tendo inclusive permitido o trabalho aos domingos nas fábricas da cidade. Essa permissão se deu sem qualquer menção para os trabalhadores, postura que era contra o trabalhador e caráter amigável ao patronato. Nas palavras de Antônio Ibiapino refletia uma administração pelega, sem expressão nenhuma, totalmente nebulosa para quem fosse trabalhador da indústria têxtil até as eleições de 1987.

A chapa de Ibiapino após assumir trouxe uma nova condição para o sindicato uma postura de engajamento e enfrentamento às questões prejudiciais à classe trabalhadora. O fio da meada elencava algumas benesses trazidas pela nova diretoria sindical:

O QUE CONSEGUIMOS EM DOIS ANOS DE ADMINISTRAÇÃO

- Reorganizar o sindicato.
- Estruturamos o Departamento Jurídico.
- Estruturamos o gabinete odontológico.
- Acabamos com o consultório médico órgão assistencialista e inútil.
- Fizemos convenio com o IPAM clinica que pode atender todos os casos 80% mais barato para o sindicato.
- Anistiamos os aposentados, hoje nenhum aposentado precisa pagar o Sindicato e gozam dos mesmos direitos.
- Fizemos convênio com o informador popular (funerária).
- Desenvolvemos grandes lutas na categoria, conseguimos dar sustentação a 5 grandes greves onde os trabalhadores foram à luta e pelos seus direitos por melhores condições de vida e de trabalho.
- Resgatamos a credibilidade. (O FIO DA MEADA, 1991).

A nova direção pode conversar com os trabalhadores de forma muito transparente, como mostra as páginas do jornal sindical. Se antes de 1987 as pessoas estavam passando por um processo de perseguição, onde o trabalhador estava excluído do debate, agora tinham um órgão que realmente apoiava as demandas através de lutas concretas.

Isso fica claro com a comparação das administrações sindicais pelo fator temporal. A nova direção se solidificou através de uma luta sofrida como percebe-se no texto abaixo:

TRABALHO AOS DOMINGOS COM OS DIAS CONTADOS

Desde o início da gestão da atual diretoria, que os companheiros vêm numa luta sem trégua contra o trabalho aos domingos.

Primeiro foi à luta na fábrica Santa Inês onde os trabalhadores da fiação fizeram 11 dias de greve pelo fim do trabalho aos domingos, bravamente os trabalhadores lutaram e deram um grande exemplo, ali perdemos a batalha, mas a guerra contra o domingo continuou.

Fizemos abaixo-assinado que foi apresentado ao então Ministro do trabalho Almir Pazeanotto, e ao delegado do trabalho no Ceará, desenvolvemos ampla campanha na empresa, barramos todos os pedidos de homologação do trabalho aos domingos requerido pelos patrões e em fevereiro deste ano, o companheiro Ibiapino, Presidente do nosso Sindicato esteve em Brasília, falando com a Ministra do Trabalho Dorothea Werneck, exigindo que as empresas cumpram as formalidades legais para poderem trabalhar aos domingos. (O fio da meada, ANO IV, Nº III, 1990)

A pauta dos trabalhos aos domingos foi uma das questões mais discutidas desde 1987, pois desde o regime militar a classe têxtil não tinha seus direitos debatidos, sendo a nova gestão sindical o início de um novo patamar de conversa e negociação.

Segundo matérias de O fio da meada, houve um momento em que, por realizarem o trabalho de conscientização, as lideranças do sindicato sofreram represálias que viam das diretorias das empresas, o que consideravam muito perigosa para os “seus” trabalhadores. O

título de uma das matérias jornalísticas de O fio da meada já trazia uma das conquistas do sindicato, a organização da fábrica Santa Inês:

TRABALHO AOS DOMINGOS ACABA PROCESSO COMEÇA

Na fábrica Santa Inês havia uma resistência muito grande contra o trabalho aos domingos todos os trabalhadores lutavam como guerreiros fieis a sua causa, fizemos 3 greves durante todos aquele tempo, nunca nos acovardamos diante dos patrões, o medo letante que faz parte da vida de certos trabalhadores [...] nunca esteve presente em nenhum de nós , e exatamente pela nossa coragem e determinação hoje somos felizes não trabalhamos mais domingos e só estamos trabalhando 44 horas semanais. (O FIO DA MEADA, s/d).

Como essa luta era antiga e dava os primeiros indícios de vitória a matéria prossegue falando:

É verdade sim o domingo acabou às 44 horas foram implementadas e os trabalhadores são felizes por que obtiveram vitória através da luta. [...] não vamos arredar pé de nossa luta, porque acreditamos que a vida só tem sentido para homens de coragem por que covardes não vive, vegetam. (O fio da meada, s/d).

Assim foi a década de 1990 para os trabalhadores têxteis em Fortaleza. Muitos foram alcançados pelo sindicato e ingressaram na instituição para debaterem seus problemas, exporem sua situação. Foram momentos cheios de idas e vindas que puderam ser notados na sua condição de operário. O trabalho de conscientização era bastante difícil, os tempos eram contra o trabalhador. Essas conquistas, que parecem hoje básicas, como a manutenção dos seus postos de trabalho, naquele momento era algo perigoso, e que não poderia ser colocado em risco com “badernas” e “reclamações”.

O sindicato esteve presente em outros campos de atuação, que indiretamente mostraremos, mas nesse momento nos ateremos ao trabalho de consciência, que por si só já representa uma conquista grandiosa, se levarmos em consideração todos os anos, desde a ditadura militar, que os trabalhadores da indústria têxtil estiveram desassistidos sob os abusos cometidos pelas gerências das empresas. Acreditamos que o trabalho foi de suma importância e mostrou ter uma unidade de base colocando o operário como protagonista dessas lutas.

2.2 A organização operária enquanto possibilidade para o protagonismo coletivo

Vimos como algumas questões foram importantes para a classe trabalhadora no início da década de 1990. A conscientização dos trabalhadores foi possível pelo trabalho de base sindical e a luta pelo fim dos trabalhos aos domingos Além disso, temos outra dimensão para a formação dada aos trabalhadores, segundo Coggiola:

As primeiras grandes vitórias da classe operária na luta em defesa da força de trabalho contra o capital foram produto de movimentos de natureza e conotações claramente políticas. Luta sindical e ação política não estiveram separadas por períodos históricos diferenciados, nem possuíram natureza radicalmente diferente: forma duas faces de uma mesma atividade histórica de classe. (COGGIOLA, 2010, p. 19).

Entendemos dessa forma que o trabalho sindical parte de uma natureza política que exprime a criação da instituição, ou seja, o propósito da instituição com os trabalhadores. Como vemos nas páginas da cartilha sindical, a nova direção tinha como trabalho uma formação educativa onde esses trabalhadores partissem para ações mais efetivas. Assim nas palavras da cartilha sindical, organização:

É o modo pelo qual uma pessoa ou grupo de pessoas se unem para melhor defender seus direitos e os próprios meios de sobrevivência. Um amigo meu, vocês conhecem! O padre Fernando, costuma falar assim: os pinguinhos da chuva são muito frágeis e quase insignificantes. Mas os pinguinhos da chuva são unidos. É verdade eles são unidos, você já pensou nisso? Eles cai de um a um, mas logo se unem e formam os grandes rios, então, sim os pinguinhos juntos, são capazes de arrastar tudo, é uma força enorme e se alguém faz barragens eles passam por cima ninguém os detém e nós porque não nos unimos? A união faz a força, vamos companheiros porque tantos vão ter medo de tão pouco. (Convenção coletiva de trabalho, 1987).²¹

A linguagem acessível e a busca por direitos tinham relação com a luta política, bem como a organização e o princípio de defesa e sobrevivência. Uma das primeiras iniciativas para que essa organização se concretizasse foram as filiações sindicais. Quando Antônio Ibiapino assumiu a liderança do sindicato no final dos anos 80 percebeu que eram poucos operários filiados. Pois na gestão passada os trabalhadores não tinham vínculo com a instituição. Segundo Gomes:

É importante registrar que o interesse pela ampliação do número de sócios pela diretoria do Sindicato eleita em 1987, contrastava com a atitude da diretoria anterior. Para Jonas Augusto, presidente do Sindicato dos têxteis até julho de 1987, o trabalhador têxtil: “não dá muito valor ao Sindicato, não dá força, precisa andar procurando”. (ARAGÃO: 1992, p. 127). Ainda de acordo com o sindicalista, a melhor maneira de aumentar o número de trabalhadores sindicalizados seria por meio da obrigatoriedade da sindicalização alicerçada em lei. (GOMES, 2011, p. 98).²²

Por mais que os trabalhadores têxteis participassem das reuniões e atos sindicais precisavam compreender a luta política da qual faziam parte. O sindicato começou então uma

²¹ Cartilha sindical do ano de 1987 do Sindicato de trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

²² Entrevista com Jonas Augusto da Rocha. Apud. ARAGÃO, Elizabeth Fiuza. **Relações de trabalho na indústria de Fortaleza**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992. (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). p. 127.

campanha para que termos como classe, opressão e capitalismo fizessem parte do cotidiano pois antes da redemocratização:

Os sindicatos foram banidos da arena política; as suas responsabilidades foram delegadas às tarefas burocráticas e atividades assistencialistas com as quais o governo já não queria se ocupar. Como consequência de tal estrutura, o governo dispunha de condições para destituir as lideranças dos trabalhadores e assegurar o controle das eleições sindicais. A partir daí a atuação política dos sindicatos cai em estado de prostração, com seus principais líderes presos ou perseguidos pela repressão. As entidades sindicais foram convertidas em órgãos de colaboração com o Estado, cabendo às suas funções servir como mediador entre governo e trabalhadores. (GREGÓRIO, 2007, p. 117).

Com a redemocratização voltou-se a falar de luta política, de liderança sindical, atuação política e de filiados mais participativos. Por essa razão o sindicato dos trabalhadores têxteis de Fortaleza iniciou um trabalho inserindo os operários nas lutas. Gomes em seu estudo sobre a greve da fábrica Finobrasa entende que as transformações alteraram o modo de viver e de trabalhar dos operários nessa empresa e de certo modo um descontentamento frente a todas as mudanças que estavam por vir. A mobilização entre a ida à justiça e também a filiação a sindicatos colocavam em pauta mudanças que não se colocavam como benéficas. Em seu trabalho entrevistou Antônio Ibiapino:

Ao assumir a direção do sindicato fomos percebendo os problemas. Primeiro, a Finobrasa era a maior empresa do ramo, com aproximadamente três mil trabalhadores e só tinha quinze sócios, então fomos saber por quê? Informaram-nos que a empresa não permitia associação ao Sindicato e que os filiados seriam gradativamente demitidos [...] primeiro nós tratamos de filiar os trabalhadores, isso não foi mérito meu, nem do sindicato somente, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), a pastoral Operária, o Sindicato dos metalúrgicos [...] foi de uma importância tremenda naquela luta. (GOMES, 2008, p. 12).

Muitos trabalhadores que se filiavam ao sindicato eram automaticamente ameaçados de perder o emprego e, além disso:

Uma empresa que vende alimentos e remédios mais baratos empresta dinheiro, auxilia na doença e na morte e inclusive promove a educação dos filhos dos trabalhadores não pode ser contrariada, questionada, a verdade estava com ela e continuar apoiando o Sindicato seria como uma traição a quem provia os trabalhadores com tantas benfeitorias. (GOMES, 2011, p. 170).

Em estudo dos têxteis na década de 50, Araújo mostra um contexto que era bastante similar à época de nosso estudo nas fábricas de Fortaleza, segundo a autora: “As leis trabalhistas, ou mesmo a fiscalização a ser realizada pelos órgãos estatais nas fábricas, pareciam estar longe de dar conta das arbitrariedades ali existentes, [...] (ARAÚJO, 2020) apud

(FERREIRA, 2005, p. 122) “O que percebemos ao ler a ata de abril de 92, que traz a fala de Luís Gonzaga, trabalhador da Finobrasa, durante a assembleia:

Disse continuar cada vez mais revoltado, primeiro [a empresa] obrigou os trabalhadores se desfilarem do sindicato e que a partir de abril todo o trabalhador que usar os benefícios da empresa pagará 10% do seu valor. Outras reclamações foram feitas, as quais a secretaria tomou nota para fazer fiscalização, junto a delegacia do trabalho.²³

Ou seja, em 1992, ainda falávamos das arbitrariedades de patrões e de empresas que ameaçavam os trabalhadores, utilizando uma linguagem que intimidava o operário:

A intimidação possui sua lógica do ponto de vista patronal, pois era bastante comum, logo após a entrada de uma ação por um determinado funcionário, que seu ato estimulasse os demais colegas de trabalho a lançar mão do mesmo precedente. Portanto, a punição ao funcionário “reclamante” é um mecanismo para o controle da força de trabalho das empresas (BARBOSA, 2011, p. 141).

O trabalho sindical proporcionou algumas lutas que partiam da ideia de organização. No ano de 1991 temos uma delas estampada no ofício 023/91, expedido pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em janeiro, onde o sindicato denunciava a fábrica Thomaz Pompeu por descumprir direitos trabalhistas:

O Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, vem solicitar fiscalização na empresa THOMAZ POMPEU S/A, com endereço na Av. do Imperador, 546, para constatar que a mesma não está agindo de acordo com a lei, veja como:

1. A referida empresa nos últimos meses vem pagando suas obrigações trabalhistas sempre com atraso; tais como férias, décimo terceiro salário e até nas quinzenas em muitas vezes já acontecido.
2. A referida empresa alegando dificuldades financeiras achou-se no direito de demitir 315 trabalhadores e até hoje não pagou seus direitos rescisórios.

Obs: O S.T.I de Fiação e Tecelagem de Fortaleza não mais considera o acordo firmado entre si e a empresa Thomaz Pompeu pois a mesma não cumpriu o acordo. (Ver documento em anexo).

De acordo com o ofício tudo iniciou quando:

O S.T. I, de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, apresenta este relatório para melhor entendimento da verdadeira situação dos trabalhadores da fábrica Thomaz Pompeu S/A e também para mostrar como se comporta a empresa diante desta situação.

- 1) Antes do Plano Collor a empresa mantinha um quadro de 700 empregados.
- 2) Em 26 de Novembro de 1990 a empresa deu férias a 219 empregados e demitiu outros 96.
- 3) No início de Dezembro, a empresa chamou o Sindicato dos trabalhadores para discutir o pagamento do 13º salário para os empregados que se encontravam

²³ Ata sindical do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 12/04/1992.

trabalhando; já para os que estavam de férias se comprometeu, a discutir após o retorno dos mesmos ao trabalho, ou seja após 26 de dezembro.

4) Proposta da empresa para pagamento do 13º salário dos trabalhadores que estavam trabalhando:

a) Pagou 50% do 13º salário em 20 de Dezembro e 50% em 20 de Janeiro; proposta aceita pelos trabalhadores e homologada pelo sindicato.

5) Com relação aos 219 operários demitidos que se encontravam de férias naquela época conforme o ponto 4 deste documento, o sindicato aguardou até o dia 26 de Dezembro conforme o acordo.

6) Em 26 de Dezembro de 1990, os 216 operários voltaram ao trabalho e ao chegar à empresa tiveram a desagradável notícia de que estavam demitidos.²⁴

Esse ofício diz respeito a uma das empresas mais importantes do setor têxtil em Fortaleza, que alegava dificuldades financeiras. Nos estudos de Aragão a autora relata que a empresa realmente na década de 1990 passou a funcionar como massa falida demitindo os funcionários e terceirizando sua produção, o que já era decorrente do quadro econômico da década de 80. Porém, na mesma década: “Os negócios voltaram a ser lucrativos, embora em uma escala menor do que nas décadas anteriores. Com a recuperação total do grupo Thomaz Pompeu, nos próximos anos, seus acionistas pretendem investir também em outros setores, como o imobiliário” (ARAGÃO, 2002).

A Thomaz Pompeu se confunde com a história da indústria têxtil em Fortaleza, sendo a primeira indústria do ramo na cidade e representou um marco em nosso estado. A década de 1980 trouxe, é verdade, uma grave crise para o setor, porém a empresa pode se reestruturar: "No início da década de 1980, a Thomaz Pompeu Têxtil exportava 300 mil metros de tecidos e comercializava internamente o restante, totalizando uma produção anual de 10.200.000 m de tecidos, sendo uma das empresas de grande comercialização do Ceará”. (ARAGÃO, 2002). Outro ponto importante a destacar é que “O grupo Thomaz Pompeu iniciou a década ainda como um dos maiores produtores de tecidos do Estado e abriu uma unidade em 1982, chamada Pompeu Têxtil S/A, como uma forma de comemorar seu centenário”. (ARAGÃO, 2002).

Graças às medidas de incentivo fiscal obtidas pelo governo estadual, principalmente pelo governo de Tasso Jereissati (1987-1991), a empresa pode seguir caminhando:

Além de todos esses incentivos, o Governo do Estado forneceu, ainda, uma ajuda de infra-estrutura, cedendo os terrenos onde se instalaram as fábricas e ainda pagando as contas de água e luz por vezes até de telefone. As empresas instaladas fora da RMF também ficam isentas do pagamento de IPTU. A diminuição dos impostos incentiva a importação de novos equipamentos e matéria-prima. (ARAGÃO, 2002, p. 113).

²⁴ Relatório nº 023/91 de 28 de janeiro de 1991. Documento do Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem de Fortaleza.

O que automaticamente colocou o grupo Pompeu como beneficiário dessas vantagens. Em matéria do Diário do Nordeste é revelado que no ano de 1993 a empresa havia prometido um recomeço de suas produções: “A empresa, fundada por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho em 1899 abriu falência em 1987, mas tentou voltar ao mercado em 1993, prometendo investimento de US\$ 30 milhões” [...] (DIÁRIO DO NORDESTE, 2021).²⁵

Figura 4 - Fachada da Têxtil Thomaz Pompeu em 1992



Fonte: Diário do Nordeste, 2021

Na imagem vemos a entrada da fábrica Thomaz Pompeu com policiais a frente num contexto de greve e conflitos. Na época houve uma recuperação dessa empresa mesmo que de forma gradual e os trabalhadores encontraram suporte no sindicato num princípio de organização e instrumento de luta:

7) Logo vieram ao sindicato pois naquela altura ainda não haviam recebido nem as férias que conforme a lei devem ser pagas 2 (dois) dias antes do gozo das mesmas. Além das férias o 13º salário também não havia sido pago e que também a lei prever seu pagamento até 20 de dezembro.

8) No real interesse de defender os direitos dos trabalhadores, o sindicato imediatamente procurou a empresa, onde recebeu a seguinte proposta:
Pagamento dos direitos trabalhistas em tecido proposta esta de imediato rejeitada pelo sindicato profissional.

9) Após vários dias de luta do sindicato e de sofrimento dos operários, demitidos, ou seja em 04 de janeiro de 1991, os operários já cansados e praticamente vencidos pela fome e pelo desespero resolveram aceitar a seguinte proposta apresentada pela empresa:

Teor da proposta;

²⁵ Matéria do Diário do Nordeste de 06/08/2021. Escrito por Heloisa Vasconcelos. Da aba film aos carros da Gurgel: relembre empresas antigas que marcaram Fortaleza. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/da-aba-film-aos-carros-da-gurgel-relembre-empresas-antigas-que-marcaram-fortaleza-1.3118913>. Acesso em: 09 Jan. 2023.

- a) Pagar 20% das verbas rescisória em Janeiro, com início no dia 07 até o dia 20.
- b) 40% em Abril com início no dia 08 até o dia 20. (Ver cópia do acordo em anexo).
- 10) Diante o desespero e as recalcitâncias vividas pelos operários os mesmos se sujeitaram a aceitar, tem informe proposta, mesmo assim a empresa não cumpriu o acordo, Veja pontos não cumpridos;
 - a) dia 07 de Janeiro não houve pagamento tendo acontecido só no dia 21 de Janeiro as 17 horas após a invasão da fábrica pelos operários demitidos; Ver recorte de jornal em anexo.
 - b) a empresa não liberou a guia do FGTS conforme se comprometeu no dito acordo item; 4; Ver em anexo, tendo liberado tais guias somente no dia 23 de Janeiro de 1991; Ver documento em anexo.
 - c) As rescisões de contrato de trabalho foram feitas de forma totalmente erradas, pois nas mesmas não consta nem férias nem 13º salário inerente ao período de 1990; Ver rescisões em anexo.

Diante de tão brutal desrespeito as leis e ao ser humano o sindicato não considera válido o acordo, pois foi descumprido pela empresa, conforme item 6 deste mesmo acordo ficaria o mesmo sem efeito desde que alguma cláusula fosse descumprida. E ainda pedimos providências imediata afim de resolvermos esta grave situação. Fortaleza, 25 de Janeiro de 1991. Atenciosamente agradecemos.

Como a empresa não cumpriu o acordo estabelecido com a Delegacia Regional do Trabalho foi divulgada a proposta de acordo da Thomaz Pompeu Fiação e Tecelagem S/A:

Devido à atual conjuntura econômica em que se encontra o País e em especial as dificuldades financeiras por que passa a empresa Thomaz Pompeu fiação e tecelagem S/A, com escassez de recursos e dificuldade de venda de seus produtos, sem condições financeiras de pagar os direitos trabalhistas de empregados despedidos, a empresa propõe que o citado pagamento fosse efetuado em tecidos de sua própria fabricação (DOCUMENTO DE ACORDO ENTRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FORTALEZA E THOMAZ POMPEU S/A, 1991).²⁶

Segundo matéria jornalística a empresa chamou o batalhão de choque para ficar em frente à fábrica, pois temia a represália dos trabalhadores. Além disso, muitos estavam sem farda dentro da fábrica. Essa seria a segunda ocupação da fábrica:

Operários demitidos invadem pela 2ª vez a Tecelagem Tomaz Pompeu

Os funcionários demitidos da fábrica de tecelagem Tomaz Pompeu voltaram a invadi-la ontem as 16:00 objetivando receber os direitos trabalhistas que já tinham sido assegurados pela direção no último dia 18. Eles reivindicam o pagamento do 13º salário, férias e rescisão de contrato. Estiveram presentes na manifestação representantes do Sindicato dos Têxteis, Comerciantes e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A presença de policiais do Batalhão de Choque na entrada da fábrica foi vista pelos funcionários como uma forma de repressão as suas solicitações. No final da tarde a direção da empresa decidiu pagar 20% dos direitos dos operários e os 80% somente nos meses de março e abril.

Segundo o presidente do Sindicato dos têxteis, Antônio Ibiapino a fábrica demitiu a metade dos seus funcionários, ou seja, 350, sem justa causa e informou apenas que a medida estava sendo aplicada por motivo de recessão porque passa o País.

²⁶Acordo entre o Sindicato dos trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem de Fortaleza e a empresa Thomaz Pompeu, 04/01/1991.

A demissão dos trabalhadores, o pagamento com tecido, a ocupação, demonstrava que a ética da empresa não valorizava o trabalhador enquanto cidadão e seus direitos estabelecidos em lei. Num contexto de crise a empresa recorreu a um discurso patronal:

Por esses tempos é muito comum, em âmbito local e nacional, o uso de argumentos pelos patrões de que não podem pagar. É a crise, a inflação, o maquinário obsoleto, a parca produtividade, a safra de algodão que não foi boa- há sempre desculpas. Mas em todos os casos encontramos, assim como o operariado já percebia, investimentos paralelos feitos pelo empresariado. (ARAÚJO, 2018, p. 179).

Ao analisar o conceito de sujeito Sader nos propõe também falar de autonomia e compreender que uma conjuntura, com seus sujeitos coletivos, tem relação com a defesa de interesses comuns constituindo-se em luta. Por essa razão seus estudos são úteis para compreender a organização que se estabeleceu a partir de uma perspectiva política, pois:

Trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias. (SADER, 1988).

O sujeito é aquele que está em interação com o coletivo e consegue reelaborar as determinações externas em função das suas vontades, ou seja, ele é atividade, produz.

Para além de uma luta política está imbricado de discursos que revelam suas intenções e ações, assim:

Se pensarmos num sujeito coletivo, nós nos encontramos, em sua gênese, com um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das relações sociais nas quais ele se constitui. Assim, se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários à sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles se reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade. [...] É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política. (SADER, 1988)

O autor chama a atenção para além dos discursos que são produzidos pelos sujeitos e em nosso caso operários que produzem uma identidade. Intimamente ligada à ideia de uma cultura operária. Para Sader:

Os estudiosos da cultura operária perscrutam a questão da “identidade”, que é mais

perceptível quando se enfoca grupos operários identificados a determinados processos de trabalho, que [...] possui identidade [esse grupo] é certamente um grupo que possui uma história. Outro fenômeno recorrente na afirmação de uma identidade de trabalhador é a valorização do próprio trabalho. (SADER, 1988, p.79).

A identidade operária estaria diretamente ligada a uma estratégia de luta e valorização do trabalho. Até aqui percebemos que o sindicato dos têxteis produziu uma ideia do trabalhador enquanto sujeito social que produz a sua prática, ao mesmo tempo em que a fábrica, por outro lado, precisava do operário passivo e distribuía esse discurso. Podemos pensar em duas perspectivas para o operário, conforme Bilhão, ao fazer análise historiográfica do trabalho operário no Brasil e citando o historiador Claudio Batalha: “Na visão de Batalha, é em torno da ética do trabalho que se pode encontrar um dos mais fortes referenciais da criação da identidade operária. É através dela “que se inicia a distinção entre ‘bons cidadãos’ e ‘classes perigosas’ nas sociedades capitalistas” (BILHÃO, 2010).

Para o patronato era de extrema importância legitimar a imagem do bom operário que refletia na imagem do bom cidadão, ou seja, que não reclamasse, que não tivesse nenhum vínculo com o sindicato ou com associações políticas, e que visse a retirada dos seus direitos como algo natural. Gomes nos mostra que a fábrica Finobrasa temendo trabalhadores mais independentes, impedia qualquer ação dos operários que representasse um risco:

A direção da empresa proibia a circulação, distribuição e fixação de todo e qualquer tipo de material ligado ao Sindicato, o que era expresso de maneira implícita e explícita no “Manual de Integração” que era distribuído aos trabalhadores: “deve-se evitar fazer listas, subscrições [...] e é expressamente proibido promover ou participar de manifestações de ordem política, religiosa ou ideológica”. (FINOBRASA: S/D, p.04). A empresa procurava dominar mentes e corações dos trabalhadores, transformando-os em apêndices da máquina sem direito a ter emoções, religião e muito menos ter posições políticas e ideológicas. (GOMES, 2011, p.98).

Para o sindicato, era necessário um trabalhador mais participativo politicamente e com condições de escolhas e críticas, como na ocupação da fábrica Thomaz Pompeu. Ao chegar à empresa e ter a triste notícia da perda do seu emprego e todos os direitos assegurados em lei, Rita Alves, que trabalhava há 12 anos declara: “Trabalhei nessa fábrica durante 12 anos e só recebi Cr\$ 14 mil. Acredito que isso não esteja direito, desabafa (TRIBUNA DO CEARÁ, 1991) ”.

Negro, ao analisar a greve de trabalhadores no Estado da Bahia no ano de 1948 coloca que:

Oferecer salários indignos, a propósito, era uma peça na manutenção dos empregados e de suas famílias em situação de dependência- e exatamente isso fora colocado em

xeque, além de sua posição na hierarquia. Não era talvez uma questão econômica apenas, mas também uma rotina à qual o patronato estava habituado. (NEGRO, 2012, p. 122).

Percebemos, portanto, que a postura do patronato não era fruto de uma questão econômica mas refletia uma estrutura econômica e social que posicionava as relações de maneira verticalizada. Os trabalhadores de base da pirâmide sustentavam toda a estrutura e o patronato no topo promovia a desigualdade nas relações e nos papéis sociais, colocando os trabalhadores em espaços marginalizados.

2.3 Quando NOVAS personagens entram em cena

A década de 1990 trouxe novos sujeitos ao sindicato. Várias chamadas do jornal dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza (O fio da meada) incentivavam uma maior participação de trabalhadores:

ÀS COMPANHEIRAS MULHERES

Sabemos que grande parte de nossa categoria é composta por Mulheres, as quais, por assumirem tal condição, são duplamente exploradas pois cumprem dupla jornada de trabalho. Em casa e na fábrica. Por assumirem tal condição, são submetidas a situações de trabalho piores do que o restante da categoria.

No estado de gestação as mulheres são discriminadas, sendo muitas vezes demitidas pelos patrões, quando estes tomam conhecimento de sua gravidez.

Esta realidade é uma constatação frequente que ocorre nas fábricas, por isso o Sindicato juntamente com as companheiras, devem lutar juntos por melhores condições de vida e trabalho pertinentes à realidade da mulher.

PARTICIPE DAS COMEMORAÇÕES DO DIA 8 DE MARÇO- DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES.²⁷

O sindicato apostava que para as lutas se concretizassem era necessário incorporar as mulheres, pois além de representarem uma parte considerável da categoria, seus problemas precisavam ser somados aos termos de reclamações e conquistas. No informativo as mulheres eram vistas como alheias às pautas sindicais, sua participação seria quase nula nas assembleias e reuniões extraordinárias:

Podemos inferir, com base no conhecimento do cotidiano da mulher trabalhadora brasileira, que este baixo índice de participação nas assembleias é consequência direta da dupla jornada de trabalho. Vários estudos atestam a dificuldade de as mulheres participarem das atividades sindicais pelo fato de estas serem realizadas à noite, horário em que, invariavelmente, a mulher está desenvolvendo as tarefas domésticas que ficaram por fazer durante todo dia e, em especial, preparando a comida para o dia seguinte, situação esta que não atinge somente as mulheres casadas, já que as mulheres

²⁷ O fio da meada: órgão de informação e divulgação do sindicato dos têxteis- ano I-nº3, s/d

solteiras, mesmo quando vivendo na casa dos pais, são também responsáveis por afazeres domésticos. (COSTA, 2014, p. 48).

Por essa razão as questões femininas não tinham discussão específica e o espaço era visto como desinteressante para elas. Os estudos de Maria Delgado dão luz a algumas reflexões que foram discutidas pelo sindicato dos trabalhadores têxteis em relação às mulheres:

Na ênfase dada ao papel social atribuído às mulheres como responsáveis pela reprodução doméstica e familiar e a necessidade do movimento sindical atentar para esta inserção; na crítica a omissão do Estado quanto ao fornecimento de equipamentos coletivos que aliviem essa carga de trabalho das mulheres, que não é assumida como função social [...] (DELGADO, 1996, p.67).

A esfera reprodutiva da mulher a excluía de atividades fora da esfera privada, se tornando alheio e desconectado da sua vivência. A maioria das assembleias e reuniões do sindicato dos têxteis de Fortaleza acontecia com mais frequência aos domingos, ou pela noite, o que excluía as mulheres dessas atividades por estarem ocupadas com as atividades domésticas nos horários que não estavam produzindo, fiando, costurando.

Elisabeth Lobo pontua quatro obstáculos para as mulheres não participarem dos movimentos sindicais:

1. A dupla jornada;
2. A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres dentro da fábrica;
3. A opinião de que os homens e não as mulheres são os principais atores sociopolíticos;
4. A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos. (LOBO, 2021, p. 138)

Pontos que casam com a representação social da mulher na sociedade, fora de negociações e protagonismo social. Por essa razão Lobo argumenta:

A hipótese da marginalização da força de trabalho feminina na industrialização capitalista coincide com a ideia da marginalização social das mulheres e aparece como corolário das teses mais gerais sobre a marginalidade aplicadas às populações não integradas e não integráveis às relações capitalistas vigentes e hegemônicas na sociedade brasileira, mas incapazes de desarticular o conjunto dos setores da população. (LOBO, 2021, p.153).

A partir da nova direção tomada pelo sindicato dos têxteis em 1987, seus presidentes escolheram uma orientação que ia de encontro às questões nacionais proporcionadas pela abertura democrática e a retomada de direitos, assim:

O novo sindicalismo constituiu um espaço propício para o desenvolvimento da organização das mulheres trabalhadoras e para o fortalecimento da aproximação entre feminismo e sindicalismo, ao inaugurar novas práticas sindicais, com caráter mais democrático e maior participação dos/as trabalhadores/as. (DELGADO, 1996, p. 127).

Essas participações se davam, em um primeiro momento, em torno da denúncia de direitos trabalhistas sonogados pelas empresas. Para ilustrar essa participação feminina trazemos dois processos: o primeiro deles protagonizado por Maria de Fátima, uma fiandeira, e o segundo conta com a participação de várias mulheres e homens pertencentes à mesma fábrica, que juntos abrem uma reclamação trabalhista pelos abusos da empresa.

No dia 12 de setembro de 1990 é aberta a reclamação de Maria de Fátima Andrade contra a empresa Thomaz Pompeu. De acordo com o processo 1239/90²⁸ dona Maria teria sido demitida pela empresa sem receber os seus direitos trabalhistas. Foi admitida em 20 de julho de 1987 e demitida em 20 de março de 1990. Sua remuneração era proporcional ao valor de 5.391,60 p/mês- março -90. A reclamação teria sido aberta pela demora no pagamento das contas e pela falta do depósito do FGTS.

No mês seguinte, ou seja, outubro, foi apresentado os memoriais²⁹ da defesa de Maria de Fátima à Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, onde a fiandeira apresentava pontos importantes sobre os documentos apresentados pela empresa:

1. A ata de fls. 17, não tem nenhum valor probante, pois trata-se de um documento unilateral da Delegacia Regional do Trabalho. Tanto é verdade que não foi assinada pelo Sr Representante da Empresa reclamada Sr. Cleto Rocha Montenegro Junior, como também, não a substabeleceu, o Sr, Presidente do Sindicato da Categoria da Reclamante, Sr. Antônio Ibiapino da Silva;
 2. Os documentos de fls. 13 e 14 não tem valor probante pois não foram conferidos com os originais, conforme ficou estabelecido na Ata de audiência de fls. 18;
 3. O documento de fls. 15 comprova o pagamento em tecidos de fabricação da reclamada, do FGTS do período de 01.01.87 á 30.10.88, porém, a empresa não provou documentamente os depósitos do período posterior, que vai de 01.11.88 á data da demissão da reclamante.
- Entendemos, portanto, ser devidos o FGTS deste último período (01.11.88 á 20.03.90);
Diante do exposto, a reclamante espera a **CONDENAÇÃO** da reclamada, nos termos da inicial, por entender de Direito e JUSTIÇA.
Termos em que pede e espera deferimento Fortaleza, 21 de outubro de 1990.
(MEMORIAIS DO PROCESSO 1239/90)

²⁸ Processo 1239/90, 7ª região do trabalho. Sindicato dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

²⁹ Memorial é um resumo da causa que será julgada, portanto ele traz aspectos persuasivos na constituição dos fatos visando à decisão dos juízes. É uma síntese dos principais pontos que devem ser mencionados na hora do julgamento. É um documento que deve ser extremamente fiel aos fatos para discussão do processo. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/Artigos/471221913/o-que-alegar-nos-memoriais>. Acesso em: 15 jan. 2023.

As reclamações teriam como base os seguintes direitos:

a. Multa (art 477).....	Cr\$ 5.391,60
b. FGTS (período julho /87 à março/90).....	Cr\$ 15.096,48
c.FGTS 40% (Cr\$ 6.038,59 menos (-) Cr\$ 1.471,74 pagos na rescisão contr.....	Cr\$ 4.566,85
TOTAL.....	Cr\$ 25.054,93
d. Pagamento dos honorários advocatícios na base de 15%, reversíveis aos cofres do SINDICATO DA CATEGORIA PROFISSIONAL, nos termos do Art. 16 da lei 5584/70; ³⁰	

A audiência realizou-se em 16 de janeiro de 1991. Ambas as partes se ausentaram e por essa razão os juízes do trabalho proferiram um relatório onde afirmam a procedência da ordem de pagamento da empresa à empregada. Na fundamentação da audiência, percebemos a importância do sindicato para a fiandeira e a sua importância enquanto representantes dos trabalhadores:

FUNDAMENTAÇÃO

Não obstante as declarações de reclamante de que foi realizado “acordo entre o Sindicato da categoria da reclamante e a empresa reclamada no sentido de que fosse dispensada a multa rescisória”, desde que o pagamento das verbas rescisórias fosse efetuado até 17.04-90, verifica-se exames dos documentos acostados aos autos que inicialmente não consta dos mesmos referencial tendente a provar que o acordo referido foi ultimado em relação ao reclamante.³¹

A participação do sindicato no acordo entre a classe trabalhadora e a empresa se fez presente e necessária. Em nosso caso, a homologação da rescisão contratual da fiandeira se efetivou em 18 de abril de 1990, ou seja, já vencido o prazo para acordo segundo o parágrafo 6º do artigo 477 da CLT:

Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.

§ 6º A entrega ao empregado de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes bem como o pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término de contrato.³²

³⁰ De acordo com as mudanças na moeda brasileira a partir de 1942 nós temos o cruzeiro como moeda oficial de 1990 a 1993. Calculando o exemplo colocado nos teríamos a conversão para o real aproximadamente 0,91 centavos convertidos do valor de 25.054,93 cruzeiros.

³¹ Tribunal Regional do Trabalho, 7ª região. Processo no. 1239/90.

³² CLT- Decreto Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, Art. 477, parágrafo 6º. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10710324/artigo-477-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>. Acesso em: 15 Jan. 2023.

A empresa teria alegado no processo que durante o período de julho de 89 a outubro de 88 teria efetuado o pagamento do FGTS, bem como no correspondente de novembro de 88 a março de 90 depositado mês a mês os valores, nesse sentido: “resulta, tão somente, demonstrado nos autos, no que pertine ao FGTS, a quitação das parcelas constantes na rescisão contratual de fls. 04 e complementar de fls. 05, em data de 18.04.90”. (PROCESSO 1239/90). O que compreendemos pelo dispositivo final do processo é que se torna procedente a reclamação, condenando a empresa a realizar as seguintes quantias:

DISPOSITIVO

Isto posto, DECIDE esta JCJ de Fortaleza, por unanimidade, julgar PROCEDENTE a presente reclamação, condenando a reclamada a pagar à reclamante a importância de Cr\$ 4.313,28, à título de multa rescisória, assim como FGTS referente a todo período da relação de emprego, acrescido de respectivo adicional de 40%, fazendo-se compensar as importâncias já percebidas, segundo o declinado na fundamentação desta sentença e a ser apurado quando da liquidação desde “decisum”.

Verba honoraria fixada em 15% sobre o valor da condenação, reversíveis ao cofre do Sindicato assistente.

Custas processuais, pela reclamada, no valor de Cr\$1.479,08, calculadas sobre Cr\$50.000,00, arbitrados.

Intime-se as partes. (PROCESSO 1239/90).³³

Essas questões estão relacionadas ao patriarcado que permanece no imaginário das mulheres, que não se enxergam no ato de reivindicar, de serem ouvidas, de aumentar a voz, de levar seus problemas para discussão. O que percebemos é que esses locais se tornavam alheios às mulheres por muitas questões, como coloca Cappellin:

O que é importante registrar não é tanto o aumento quantitativo das plataformas de luta, mas a inauguração de um novo modelo que articula as condições de produção e as modalidades de vida. É justamente na confluência entre a herança histórica do sindicalismo e as lutas pela melhoria das condições de vida que se começa a perceber que a população trabalhadora engloba ambos os sexos, cada um com responsabilidades diferentes no seio da família. (CAPPELLIN, 2004, p. 539).

A possibilidade de denúncia ainda estava distante das mulheres também por questões financeiras para arcar com o processo, pois esse valor era descontado das pessoas que abriam as reclamações, como no exemplo abaixo:

³³ Dispositivo é uma das três partes que compõe a sentença, sendo o Relatório, a Fundamentação e o Dispositivo. No dispositivo se estabelece o resultado do julgamento, resolvido ou não o mérito. Disponível em: <https://direitoanimado.jusbrasil.com.br/artigos/637600413/os-3-elementos-essenciais-da-sentenca>. Acesso em: 15 jan. 2023.

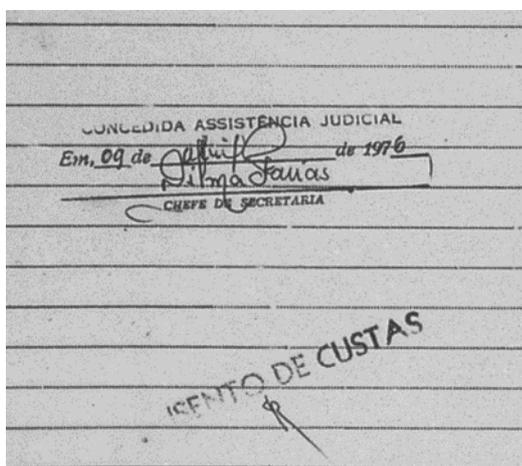
PAGAMENTO DE CUSTAS

Nesta data, foram pagas as custas do presente processo na importância de Cr\$ 54,80 (cinquenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos) para selagem por averbação do acordo com a lei; proc. 538.79.

Fortaleza, 21.06.79.³⁴

Algumas vezes as custas processuais eram isentas para pessoas que apresentavam baixa condição de renda, ou uma maior dificuldade de quitar o valor, como mostra a imagem abaixo.

Figura 5 - Processo 499/76 Junta de conciliação e julgamento de Fortaleza³⁵



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região, 2021

Assim:

Na maioria dos casos, os reclamantes não possuem recursos jurídicos para levar o processo adiante, não conseguem encontrar dentro das empresas testemunhas dispostas a argumentar contra o patrão, esbarram em dificuldades para provar suas acusações, e ainda precisam enfrentar um embate desigual nos tribunais contra advogados representantes das empresas. (BARBOSA, 2011, p. 127).

Isso dificultava o caminho entre mulher e a Justiça do trabalho pois se muitas vezes o trabalhador indo sozinho até a Justiça se sentia como o elo mais fraco, para a mulher essa questão era sentida de forma muito mais intensa. A historiografia mostra o quanto a mulher tem papel secundário nas relações sociais e hierárquicas moldadas na divisão social do trabalho:

É nisso que a questão dos direitos se encontra com as características de uma sociedade atravessada por hierarquias de todos os tipos [...] é possível dizer que a privação de direitos se inscreve nas formas como homens e mulheres constroem a representação

³⁴ Tribunal Regional do Trabalho 7ª região. Processo no. 538/79.

³⁵ Tribunal Regional do Trabalho 7ª região. Processo no. 499/76.

de seu lugar social [...] nas formas que constroem a representação sobre si próprios e os outros, sobre a sociedade e os constrangimentos que esta lhes impõe. (TELLES, 1992, p. 56-57).³⁶

Pensando em uma perspectiva feminina:

O que se poderia dizer é que a experiência da insegurança, da instabilidade, da ameaça constante de pauperização que as condições vigentes no mercado implicam, ficam como que sem palavras para serem nomeadas fora de um sentido de injustiça vivido sob o signo de um destino pessoal construído na dimensão privada da vida social. (TELLES, 1992, p. 57).

Ou seja, muitas vezes a mulher tem em si mesmo a insegurança e o sentimento de medo frente às ameaças que as impedia de fazerem denúncias em órgãos como a Justiça do trabalho e o Sindicato da categoria, principalmente contra grupo empresarial com pulso forte para os trabalhadores, o que significa um duplo pulso para as mulheres.

Ainda em 1990 é aberta uma reclamação de vários trabalhadores contra a empresa Master Tecidos Plásticos S/A. Entre os vinte e dois litigantes do processo temos cerca de quinze mulheres que atuava em diversos ramos empresariais, como na área de pavimentação rodoviária, construção civil e habitação popular, além de associações de poupança, empréstimos e negócios na área da hotelaria.

O investimento no setor têxtil se deu na década de 70, entre os anos de 1971-72.

Segundo ARAGÃO:

O desempenho da Master dentro do ramo industrial era significativo. Ela chegou a representar um grande investimento em vista dos equipamentos de tecelagem e fusão para se fazer o equivalente ao fio [...]

A existência de um mercado promissor gerava para a empresa um faturamento médio de US\$50.000.000 por ano, [...] chegando a ser, mais tarde, o maior fornecedor para o mercado internacional, inclusive para países como Estados Unidos, Alemanha, Portugal, Espanha. (ARAGÃO, 2002, p.230).

Uma característica peculiar da empresa era que:

O grupo Master concentrava um número de 13.000 funcionários por todo o Brasil, espalhados em sete capitais. No segmento têxtil, contabilizava-se cerca de 1.500 funcionários. Não havendo tanto rigor quanto ao grau de escolaridade, [...]. Com referência aos operários diretamente ligados à produção e à operação de maquinaria fabril, aqueles que tinham mais tendências à atividade mecânica, ou mesmo os mais curiosos, eram então inseridos em treinamentos e cursos. Portanto, inicialmente não

³⁶ TELLES, Vera da Silva. A EXPERIÊNCIA DA INSEGURANÇA: Trabalho e Família nas Classes Trabalhadoras Urbanas em São Paulo. **Tempo Social**, v. 4, n. 1-2, p. 53-92, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/C8HJwmYdxYB9FPNN3zSwq7p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2023.

se constatava impasses maiores quanto à triagem por grau de instrução, e sim segundo o grau de interesse. (ARAGÃO, 2002, p.232).

Funcionando como uma lucrativa empresa e produzindo como uma das maiores de sua época, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, contava com um bom percentual de trabalhadores. Veja como a empresa é apresentada pelos trabalhadores, em denúncias nas páginas jornalísticas do Sindicato têxtil:

No capitalismo o raciocínio é sempre de jogar a conta dos prejuízos para a classe trabalhadora pagar. Se o patrão vende muito diz que não tem condições de dar aumento e nos obriga a fazer horas extras para atender os pedidos. Se o patrão vende pouco, procura imediatamente diminuir os seus custos de forma a garantir a mesma margem de lucro de antes. Nós trabalhadores somos vistos como peças descartáveis que o patrão usa quando lhe convém e joga fora quando quer. A Master nos vê dessa forma.

Precisamos refletir sobre essa realidade, buscando saídas para essa situação de joguete em que o sistema nos coloca. Uma coisa é certa: é preciso acabar com esse sistema de exploração. (ENCHENDO O SACO, Nº 06, s/d.).³⁷

Segundo a denúncia a consequência de se obter um grande lucro era explorar os trabalhadores obrigando-os à hora extra para produzirem mais e proporcionar mais lucros. Essas reclamações pareciam ser constantes: “Por essa os patrões da Master não esperavam. Acostumados com a falta de organização dos trabalhadores da Matriz cansados desta situação resolveram se unir e mudar o quadro. Antes só o patrão ameaçava, mas através da união dos operários, eles é que estão sendo ameaçados”. (ENCHENDO O SACO, nº 3, s/d.).

No dissídio³⁸1460/90 da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento de Fortaleza, os trabalhadores: Flávia Almeida, Tarcísio Pereira de Souza, Delso dos Santos Mendes, Francisco Martins de Souza, Mauriene Pinto de Moraes, Francisca Oliveira de Abreu, Maria Gorete da Silva, Biamor Pereira de Sá, Maria de Lourdes Alves Falcão, Vera Arruda Xavier, Maria Luciene Pereira de Souza Victor, Maria Lúcia Monteiro da Silva, Claudenio do Nascimento Silva, Maria Nuncia Oliveira de Souza, Irene Eloi de Almeida, Shirley Bandeira Soares, Maria Helena Silva Vieira, Lucimar Farias Rocha, Maria Marlúcia Sales Araújo, Maria Estela Alves, Lúcia de Fátima Silva, denunciaram a empresa Master Tecidos Plásticos.

³⁷ Enchendo o saco aparentemente foi um Jornal Sindical para denúncias contra a Master Tecidos Plásticos S/A. não conseguimos fontes que comprovem sua origem, mas as edições encontradas no Sindicato dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, todas são denúncias contra a citada fábrica.

³⁸ Dissídio é uma ação que parte da reclamação de vários trabalhadores por meio de uma solução jurisdicional de conflito aos órgãos competentes. Disponível em: <https://dicasconcursos.jusbrasil.com.br/artigos/1109083846/o-que-e-dissidio-coletivo>.

De acordo com o processo 1460/90³⁹, no dia 17 de maio de 1993 teria ocorrido a audiência da reclamação desses trabalhadores, que alegavam fazer horas extras na fábrica não remuneradas. No dia da audiência, tendo faltado Mauriene Pinto de Moraes, Bianor Pereira de Sá e Maria Lucilene Pereira de Sousa Victor, foram representados por um ex- colega de trabalho David da Cruz Verrosa, presente à audiência. Com o início da audiência vieram os documentos aos autos. As partes foram ouvidas em depoimento. A junta também inquiriu as testemunhas arroladas pelos litigantes, “As propostas conciliatórias, apesar de exaustivamente tentadas nas ocasiões próprias, lograram inexitosas, vindo o feito a julgamento” (PROCESSO, 1460/90). Assim durante o processo concluiu-se que a empresa não tinha condições para a recusa da denúncia, pois:

Falece razão a parte reclamada no tocante a preliminar suscitada de substituição processual do sindicato da categoria dos reclamantes, vez que no caso vertente se trata de reclamação preliminar em nome dos próprios reclamantes e não de reclamação em nome do sindicato como substituto processual, todos com procuração nos autos.

Mesmo que a reclamação fosse erguida pelo Sindicato, na qualidade de substituto processual, ainda assim, direito assistisse aos reclamantes, já que preenchidas as formalidades legais, existindo já jurisprudência firmada por nossa Regional e pelo T.S.T.

Destarte, improcedente a preliminar suscitada.⁴⁰

Nesse sentido foi solicitado durante a audiência o arquivamento dos operários que haviam faltado: “Inicialmente determina-se o arquivamento dos três reclamantes faltosos- Mauriene Pinto de Moraes, Bianor Pereira de Sá e Maria Luciene Pereira de Sousa Victor, de acordo com o estabelecido em ata de fls 139/139 e dos autos” (PROCESSO 1460/90). E segue o processo:

Versa o pleito dos reclamantes sobre horas extras prestadas e não remuneradas. Provado restou, no curso da lida que os reclamantes laboravam 48 horas semanais, excedente a jornada normal e, quatro (4) horas, como se conclui, outrossim, desrespeitar a empregadora o período limítrofe para repouso e alimentação, suprimindo 30 minutos do repouso dos reclamantes, fato confessado pelo preposto da reclamada em seu depoimentos, inclusive declarando já ter a empresa sido apurada duas vezes pelo D.R.T. verbas há atingidas pela prescrição, prescrição esta arguida pela empresa reclamada.⁴¹

Assim a sentença aplicada pela junta consistiu da seguinte forma:

Ante o exposto e o mais que dos autos conste,
DECIDE esta 7ª J.C.J. de Fortaleza, julgar por unanimidade procedente em parte a presente reclamação, para o fim de condenar a parte reclamada a pagar aos reclamantes quatro horas por dia, excedente da jornada diária, mais horas extras

³⁹ Processo 1460/90, Tribunal Regional do Trabalho 7ª região. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

⁴⁰ Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza. Processo no. 1460/90.

⁴¹ Idem.

apuradas sobre o período destinado a repouso e alimentação (30 minutos por dia), do período de trabalho de cada reclamante, a partir de 05/10/86- marco prescricional, com incidência sobre o FGTS, tudo a ser apurado em execução por cálculos, tornando-se por base para apuração das parcelas o salário percebido com cada reclamante.

Juros e correção monetários remissivos.

Honorários advocatícios à base de 15% sobre o valor da condenação serão pagos pela parte reclamada, revertendo ao Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

As custas de Cr\$ 245.254,00, calculadas sobre Cr\$ 12.000.000,00 valor que ora se arbitra, apenas para tal fim, correrão pela parte reclamada, na forma da lei.

Intimações necessárias.⁴²

Os dissídios coletivos era uma reclamação de um grupo de trabalhadores que em sua maioria esperava que tivesse um efeito maior em relação a ações individuais. Talvez seja por isso que em sua maioria estavam mulheres, que esperassem encontrar nos companheiros e companheiras a possibilidade de efetivação da reclamação, pois:

[...] entrar com um processo trabalhista na Justiça significa um risco para o empregado. E este risco manifesta-se em perseguições dentro da empresa e até mesmo a perda do emprego [...]. E as demissões por causas injustas, nem sempre receberam o devido tratamento, foram pagos os direitos devidos, ou parte deles, mas o emprego não foi recuperado. (BARBOSA, 2011, p. 134)

Como diria o ditado popular “a união faz a força”. Talvez fosse isso que esperavam encontrar na abertura do dissídio, mesmo com toda dificuldade no percurso de uma simples denúncia. Assim, quando estudava os trabalhadores nos tribunais de São Paulo, Fernando Teixeira Silva relatava que:

Nessa perspectiva, as leis codificadas e as sentenças escritas apareciam como possibilidades de repor relações e direitos costumeiros, suspensos pelo arbítrio patronal amparado pelos poderes locais. Daí a importância da “lei escrita” no universo cultural dos trabalhadores [...]. Naquele momento, aquilo que era supostamente doado numa relação face a face deveria tornar-se um acordo, um contrato, [...] (SILVA, 2016, p. 239).

Percebemos com esse tópico que o Sindicato dos trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, assumiu uma postura mais inclusiva e sensível para com a classe trabalhadora, algo distante nas direções anteriores, principalmente na questão feminina, onde na imprensa operária sindical iniciaram-se convites para participação na solução dos problemas enfrentados pela classe como um todo.

A percepção de que as mulheres precisavam participar estava sendo maturada nas relações cotidianas, tanto pelo número de mulheres que a indústria têxtil apresentava e nas

⁴² Idem.

questões que as envolviam de maneira direta e indireta nas fábricas, conforme a grande quantidade de processos que apareciam no banco de dados do Tribunal Regional do Trabalho, e que cresceu de forma regular durante a década de 1970.

O aumento das denúncias trabalhistas diretamente ligadas às questões femininas, na Justiça do Trabalho explica-se pelo cenário político de distensão do regime militar e a causa feminina começou a ser notada pela nova direção sindical.

Vendo a situação de muitas mulheres nas fábricas de Fortaleza, Antônio Ibiapino, pôde pensar em um projeto que as incluíssem nas demandas do sindicato, além de as encorajar a se envolver como um todo na organização. Segundo Antônio Ibiapino presidente do Sindicato dos têxteis de 1987 a 1993:

Quando eu entro mudei o estatuto do Sindicato, eu pessoalmente elaborei um novo estatuto, pensei pessoalmente mesmo e com a diretoria a gente aprovou foi fazendo algumas mudanças e aí foi criado essa secretaria de mulheres. Um pouquinho atrás logo em 87 quando formamos a chapa eu consegui contactar como eu tinha muito tempo ali na fábrica e apareceu algumas mulheres que já trabalhava e eu tinha uma noção de que a categoria era muito dividida.

Durante os turnos do dia, havia dois turnos. Um turno começava a trabalhar as 06:00 da manhã saia as 07:00 alias saia as 02:00 da tarde. O outro turno saia às 10 da noite e o terceiro turno que era o meu entrava as 10 e saia as 6 da manhã era proibido trabalhar mulher no terceiro turno. Mas nos dois turnos do dia tinha muitas mulheres eu acho que até mais do que homens. Ai eu não achei justo, o sindicato não tinha mulher na diretoria. Ai eu consegui é...seis mulheres ai em 87 nós já tínhamos 6 mulheres muito bem.⁴³

Assim em O fio da meada, foi divulgada a criação de uma secretaria que resultou nas conversas do presidente do Sindicato com essas mulheres:

CRIADA SECRETARIA DAS MULHERES TÊXTEIS

As mulheres Têxteis estão de parabéns, hoje já funciona a secretaria da mulher, onde as mulheres estão despertando sua consciência. Por isso companheiras não podemos aceitar toda hierarquia que nos impõe os patrões, 50% da categoria, são mulheres, e neste sentido não podemos ficar para traz por enquanto os homens são maioria nas assembleias e em todas as organizações da sociedade.

Por esse motivo e preciso que não somente os homens, mas homens e mulheres e todos os cidadãos que são explorados unam-se na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Secretaria da Mulher. (O FIO DA MEADA, 1991).

A criação da secretaria é apresentada pelo presidente do sindicato como uma percepção sua do cotidiano fabril e do número considerável de operárias, mas que poucas participavam. Sem dúvida, com a criação da secretaria, as mulheres puderam ter um

⁴³ Entrevista concedida pelo Sr. Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 01 jan. 2023.

direcionamento maior para as demandas específicas das mulheres. O grande número de mulheres que é relatado por Ibiapino era praticamente de operárias que estavam na produção, ou seja, com a nova gestão foi possível que algumas delas extrapolassem esse espaço para ocupar uma posição de liderança, que atendia a outras mulheres. Esse diálogo entre mulheres remete:

As novas práticas [que] são, portanto, e um lado, novas formas de organização social e implicam um tratamento particular e próprio da relação entre vida privada e vida pública. As mulheres nos movimentos populares estavam colocadas nos limites dessa relação. Para elas a privacidade confundia-se com as necessidades de ordem social e a formação de novos espaços permitia práticas que articulam as várias esferas da experiência cotidiana. (BLONDET, 1984 apud LOBO, 2021).

Assim:

Só há movimento onde ocorre a agregação, o sentimento da experiência comum, a constituição de um discurso e a possibilidade da igualdade – o processo de construção do movimento não é separável em fatores internos, ou externos, mas remete a articulação de experiências consumindo um coletivo. (LOBO, 2021, p. 228).

Torna-se importante atentar para novas práticas que se estabelecem a partir de uma experiência comum, onde as mulheres participam das questões de organização e mobilizações passam a atuar de forma mais efetiva em papéis de liderança. Em 1987 já havia desde a primeira gestão pós-ditadura militar a participação de algumas delas como à senhora Maria Bezerra Paulo que esteve à frente em três gestões, participando do lavramento das atas e presente nas questões políticas do sindicato. O sindicato teve um papel importante para que os trabalhadores se organizassem, mas a organização e apoio as mulheres, possibilitando uma maior atenção as suas causas, se torna fundamental com o diálogo e compreensão entre mulheres.

3 MUITAS LUTAS, MUITOS SONHOS, FORMAÇÃO: O DESPERTAR DAS MULHERES DIRIGENTES DO SINDTÊXTIL

As lutas pela redemocratização brasileira vêm acompanhada de um sentimento de justiça e de vontade de uma sociedade mais igualitária. A vontade da redemocratização brasileira respinga em Fortaleza influencias de outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro. As primeiras organizações femininas no Brasil apresentam um gama de diversidade em termos de grupos e movimentos de mulheres, e que se relacionou com o que muitas teóricas chamam de segunda onda feminista. No Brasil trouxe aspectos de caráter organizacional onde:

O complexo universo de reivindicações se expressava nos encontros estaduais, regionais e nacionais. Esses eventos injetavam ânimo novo, permitiam a troca de experiência e a elaboração de um eixo de lutas conjuntas para a construção de uma consciência coletiva que transformasse o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. (MELO, SCHUMAHER, 2015).

Em Fortaleza as primeiras formas de organização feminina surgem com o movimento feminino de mulheres pela anistia em fins dos anos 70 e tinha como objetivo a anistia dos presos políticos da ditadura militar, porém é importante frisar que mesmo não tendo como objetivo lutas específicas das mulheres, foi um dos primeiros que reunia esse público. Assim a respeito da atuação do MFPA:

É importante salientar que, apesar das posições da líder Therezinha Zerbini, o MFPA representa a porta de entrada do feminismo de muitas mulheres. A preocupação de que somente mulheres integrassem o Movimento assemelha-se a práticas dos grupos de consciência do chamado feminismo de segunda onda. Além disso, a luta coletiva, a influência de grupos políticos, a descoberta da “força feminina” e de sua disposição para a luta possibilitaram a descoberta do feminismo de muitas militantes. Lideranças como a da ex-presidenta do MFPA de Minas Gerais, Helena Grecco, afirmam o caráter verdadeiramente “feminista” do Movimento, a despeito das negativas de Therezinha Zerbini, o que demonstra que os núcleos, apesar de manterem o respeito às diretrizes registradas em cartório, desenvolvem experiências políticas múltiplas, aliando-se a movimentos sociais e visões diferenciadas do engajamento do MFPA (DUARTE, 2009, p. 57).

A experiência dessa organização na cidade de Fortaleza é importante no sentido de ser uma das portas para que as mulheres pudessem adotar uma postura mais combativa. A exemplo disso temos a atuação de Maria Luiza Fontenele como uma de suas principais expoentes. A atuação de Maria Luiza teve um caráter mais sólido em termos de pautas e

reivindicações como nos mostra SOUZA em seu estudo⁴⁴. O autor coloca que o MFPA possuía dois grupos, um com a ideia de libertar familiares que foram presos na conjuntura da ditadura, e a outra parte que levantava a bandeira da liberdade dos presos políticos mas desejava integrar a bandeira do MFPA em outras possibilidades de luta social:

[...] No grupo das “politizadas”, também chamado de “o grupo da Maria Luíza”, existia a opinião de que o grupo das “familiares” era mole, não tinha o comprometimento com o Movimento no todo, só se preocupava com a coisa imediata: a libertação dos parentes. As “politizadas” defendiam a ampliação do Movimento Feminino Pela Anistia, incorporando as questões sociais e a questão política. (SOUZA, 2012, p. 41).

O grupo encabeçado por Maria Luiza tinha um caráter maior de contestação em relação ao movimento como um todo e abria espaço para um debate mais político. Outro ponto importante eram as divergências que ocorriam em escala nacional, pois havia:

[...]. Um certo tensionamento aqui com o do Sul, enquanto lá era dirigido especificamente para a questão da anistia e a libertação dos presos políticos, perseguidos, exilados. Aqui a gente deu conotação mais ampla era anistia e direitos humanos, então a gente se engajava na luta pela solidariedade as operárias que em Crateús fizeram uma greve, apoiar os colonos da várzea do boi em Tauá, que fizeram uma luta, e lá se vai a gente, a favela José Bastos [...].⁴⁵

Houve em Fortaleza outros grupos de caráter mais voltado para as questões políticas como um que teve um grande papel em termos sociais, a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora – CNMT, um grupo sindicalista formado por mulheres e que tinha as suas federações regionais, criada em fim dos anos 80. Aglutinou diversas lutas e trouxe um caráter mais crítico as mobilizações e a incorporação de algumas demandas feministas no cerne da organização sindical.

⁴⁴ Costumamos falar de “movimento feminista” para nos referirmos de maneira geral à luta das mulheres. É importante, contudo, tal como fez Clara Zetkin, começar diferenciando o movimento feminino de luta, cujo sujeito social são as mulheres, do feminismo como ideologia. (GOMES, 2017) apud (OPEEN, 2018). Portanto percebemos que havia essa distinção. Entre o primeiro movimento que surge em Fortaleza denomina-se uma característica mais feminina, apesar de haver subgrupos que tinham um desejo de incorporar elementos feministas.

⁴⁵ Entrevista de Rosa Maria Ferreira da Fonseca André Pinheiro de Souza, julho de 2011.

Figura 6 - 1º congresso nacional da mulher trabalhadora, 1986.



Fonte: Centro de memória sindical. ⁴⁶

Desde a sua criação, a CNMT apresentava uma proposta de inserção do termo gênero para as mobilizações e encontros. É no fim dos anos 80, mais especificamente em 1986 houve o primeiro congresso nacional da mulher, uma plataforma que abria espaço para mulheres de diversos setores sociais:

A Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, aprovada pelo 2º Congresso Nacional da CUT (2º CONCUR), em 1986, nasceu com outra denominação. Chamou-se, naquele momento, Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. Esta denominação tinha uma razão de ser. Expressava a concepção subjacente à proposta que um grupo de mulheres sindicalistas da CUT, com o apoio de militantes feministas, construiu nos meses anteriores ao 2º CONCUR e submeteu ao Congresso. Mais do que um detalhe semântico, o nome foi escolhido para tentar demonstrar ao conjunto de participantes da CUT que as mulheres não reivindicavam um espaço exclusivo e guetizado de articulação feminina, marginalizado pelas direções sindicais, mas um espaço de geração de políticas sobre uma temática - a questão da mulher trabalhadora - que consideravam pertinente ao conjunto do movimento sindical. A denominação advertia que, por essa condição, tratava-se de um assunto de responsabilidade comum a todos os sujeitos desse movimento, tanto mulheres quanto homens. As sindicalistas, ao mesmo tempo, queriam diferenciar sua proposta da experiência dos antigos Departamentos Femininos existentes em sindicatos, entendidos como espaços exclusivos de mulheres - para se fazerem atividades consideradas femininas - que ficavam isolados da política sindical geral (DELGADO, 1996, p. 56).

Essas mudanças colocavam como fomentador de debate o termo gênero enquanto um divisor de águas para se pensar as novas relações de trabalho gerada pelos novos tempos de aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, da entrada do feminismo

⁴⁶ CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **Primeiro Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora foi um marco no movimento sindical.** São Paulo, 07 mar. 2022. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/formacao-e-debate/primeiro-congresso-nacional-da-mulher-trabalhadora-foi-um-marco-no-movimento-sindical/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

enquanto um fator de reflexão social e quadro metodológico enquanto campo de estudo. A conjuntura até a década de 90 foi pautada em diversas possibilidades que as sindicalistas, feministas e ativistas sociais compreenderam a nova dinâmica criada por esses elementos.

Um ponto importante a ser colocado diz respeito ao papel do conceito de gênero para a compreensão das organizações femininas. Antes de conceber esse conceito o estudo das mulheres era restrito a uma categoria biológica, que não levava em conta as matrizes sociais que envolvem o fator mulher. Muitas vezes esses estudos desconsideravam os aspectos sociais deslegitimando as práticas sociais das mulheres. A crítica feminista pode resgatar a criticidade para as análises históricas, nesse sentido entendemos que:

A relação social é, em princípio, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Essa tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que neles está em jogo, se constituem grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres – os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a dupla categorização biologizante machos-fêmeas. (KERGOAT, 2003, p. 58).

O gênero foge do aspecto biológico e passa a fazer parte de uma análise social baseada na divisão sexual do trabalho, “Mas considerar somente a relação de dominação homem-mulher, e as lutas contra ela, é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas” (KERGOAT, 2003). A ideia de gênero perpassa a dualidade de dominação e confere sentido ao pensar o gênero enquanto uma categoria política e que está atravessada de fatores as quais desnaturalizam as relações de poder que estão inseridas na sociedade.

A Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora partia de um novo significado, relação com o novo sindicalismo e a abertura de novas discussões. As mulheres mesmo presentes nesse espaço não estavam de fato institucionalizadas, pois suas bandeiras não eram levantadas em conjunto com as outras discussões que rondavam as reuniões, assembleias e eventos, seja de caráter regional ou nacional:

Mas é preciso observar que as sindicalistas cutistas sempre trouxeram a preocupação de pensar a "questão da mulher" como preocupação coletiva, de mulheres e de homens, [...] Ao deparar-se com as relações de gênero sentiram-se, de uma certa forma, reconfortadas e seguras por encontrarem uma formulação teórica que sustentava sua compreensão. O momento da passagem da "questão da mulher" para as relações de gênero, na virada das décadas de 1980 e 1990, veio na esteira da mudança efetuada nos estudos feministas, que assumiram essa categoria de análise como nova referência para a compreensão do lugar da mulher na sociedade. É uma das expressões do relacionamento e intercâmbio que as mulheres organizadas na CUT estabeleceram com pesquisadoras feministas e da abertura que as sindicalistas

demonstraram para o aprendizado de novas questões e formulações surgidas no âmbito do pensamento feminista. (DELGADO, 1996, p. 57).

As relações de gênero foram incorporadas no interior de muitos movimentos principalmente das correntes sindicais pela repercussão que o termo causou. Não se tratava de uma palavra desconectada das mulheres que faziam parte desses movimentos. A identificação com as problematizações que o gênero oferece foi motivo de reflexão para muitas mulheres que faziam parte da CUT. Segundo Cícera: “Antigamente eu tinha que chorar para ir a algum lugar e meu marido não deixava. Agora eu pego minha mala e vou. Eu tenho minha vida e ele tem a dele. Não sei se sou feminista. Alguns dizem que sou. Eu digo sempre que sou mulher.”.⁴⁷ O elemento da consciência de que podem ser atuantes nos espaços sociais, pode ser o elemento de identificação das mulheres com a proposta que são elaboradas a partir de uma proposta de gênero.

Nos estudos de Delgado a autora coloca que o documento do primeiro encontro da CNMT procurava colocar as pautas das mulheres como uma parte das lutas que já eram travadas pela CUT.

Foi colocado toda uma agenda de lutas e as pautas elaboradas por mulheres estavam junto as diversas outras. A problematização do gênero foi colocada como uma questão voltada para uma especificidade e um campo de problemas das mulheres que também perpassava política. Essa política além da estar aliada ao conjunto organizacional de um grupo, tem as provocações identificadas com parte do grupo.

Após o movimento pelo fim da anistia as questões políticas ainda atravessavam muitos debates e isso resultou na permanência de mulheres que se aliaram a UMC⁴⁸. A UMC buscou conciliar as demandas e junto às questões mais gerais inseriu discussões feministas. A principal delas foi a questão da violência contra a mulher [...] (SILVA, 2019):

As disputas no campo feminista, no Ceará, iniciaram-se por conta de algumas mulheres discordarem do atrelamento de diferentes demandas feitas pela UMC, por exemplo, o diálogo com partidos políticos, muitas vezes, proporcionou descontentamento, visto que algumas pautas ganharam mais evidência que outras,

⁴⁷ Depoimento no Seminário de Formação sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da Região Centro-Oeste, organizado pela CNMT, em 24 e 25/06/89, Goiânia (GO). Disponível em: <https://1library.org/article/comiss%C3%A3o-nacional-sobre-mulher-trabalhadora-uma-pr%C3%A1tica-feminista.q2n1xe42>. Acesso em: 15 jan. 2023.

⁴⁸ Após o fim do MFPA, surgiu outro movimento em Fortaleza pelas então mulheres que já eram membros do antigo grupo, mas que queriam a permanência de um movimento político, onde debateriam temáticas gerais e específicas das mulheres. Nesse sentido é considerado a primeira entidade feminista organizada do Estado do Ceará, fundada em 1979, e teve muitas parcerias como outros grupos sociais e partidos políticos a exemplo do PC do B, e o PRC.

nesse caso, as chamadas “pautas gerais” acabavam se sobrepondo às específicas do feminismo (SILVA,2019, p. 05).

A UMC trouxe um papel de conscientização grande para as mulheres, mas essa conscientização tratava apenas da participação das mulheres as diversas lutas como uma espécie de reforço às lutas gerais, mesmo assim é importante frisar que “as disputas, na UMC, aconteceram de forma semelhante em outros coletivos, mas, isso não impediu que a organização construísse um campo fértil, o qual permitiu o diálogo feminista em nosso Estado e colaborou para a promoção desse debate” (SILVA, 2019).

Em 1982 uma cisão da UMC colaborou para a criação de outra entidade de caráter feminista. O Centro Popular da Mulher foi criado por divergências partidárias com o movimento mais simpático ao PC do B:

O Centro Popular da Mulher se formou com uma estrutura muito semelhante à UMC, com a constituição de uma entidade regida a partir de um estatuto, com eleição de Diretoria, Conselho Fiscal, Assembleias, enfim, traços muito próximos ao que era utilizado pela União das Mulheres, mas também, por várias organizações no período. (SILVA, 2020, p. 105).

A passagem da década de 80 para a década de 90, apresentavam uma efervescência social no que diz respeito à percepção dos grupos sociais e políticos que destacavam a mulher em suas problemáticas e necessidades. Esse cenário social foi de extrema relevância para o novo sindicalismo possibilitando que metade da base de trabalhadores se apresentassem como sujeitos, que tem história, demandas e vontade de lutar. A criação da CUT proporcionou eventos que marcaram a voz de mulheres em microfones, falando para um público e apresentando suas propostas. Além disso esse espaço não se restringiam somente ao Rio de Janeiro e São Paulo, foram incorporadas em âmbito regional. Fortaleza se estabeleceu como uma das cidades que contou com debates, eventos e criação de várias instituições, grupos femininos que passavam a levantar a bandeira da igualdade para as mulheres.

3.1 Uma grande mística

Na época da sua criação a CUT não tinha uma estrutura consolidada. Em 1983, em estado embrionário, contava apenas com o objetivo de lutar pela redemocratização e o fim das amarras autoritárias. À medida que o tempo avançava se estabeleceu como uma organização de demandas trabalhistas. Nesse momento passa a existir uma hierarquia em que as relações de poder se estabelecem:

A partir da fundação da CUT começaram a delinear-se as diferenças de posições políticas dentro do bloco que até então se havia unificado em torno da criação da Central. O primeiro momento demarcador dessas diferenças foi o 2º CONCURTO. No 3º CONCURTO, em 1988 estavam claramente delimitadas as posições que se organizaram internamente disputando hegemonia, as quais se mantiveram mais ou menos as mesmas até 1991, ano em que houve uma alteração devido a adesão a Central da Corrente Sindical Classista, vinculada ao PC do B, e da Unidade Sindical, vinculada ao PCB. (DELGADO, 1996, p. 46).

A corrente majoritária conhecida como Articulação tinha uma ideia de atuação voltada para uma ação política vinculada aos seus associados e por essa razão entendia a CUT como uma instituição sindical. A maior corrente de oposição a CUT pela base, tinha a luta pelo socialismo como uma de suas bandeiras e a ideia de representação política da categoria como um todo, não somente os sindicalizados. Essas duas correntes se tornavam importantes pois as militantes desses dois segmentos lutaram para que as demandas femininas fossem debatidas⁴⁹.

Após a redemocratização o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza se alinhou com a CUT pela base e sua ideia da inserção do socialismo, formação para a sua militância, maior participação dos trabalhadores têxteis e inclusão das mulheres. Nesse sentido podemos falar que o sindicato dos têxteis também aglutinou algumas lutas mais gerais, principalmente nos primórdios pós ditadura:

[...] Em 88 por conta da constituição de 88 isso é muito claro para mim começou-se um trabalho porque eles já diziam que não...as 48...nós trabalhávamos 48 horas semanais e a nossa luta em 88 né? Principalmente na Santa Cecília que era onde eu trabalhava e também nas outras fábricas era pra gente só trabalhar às 44 horas.⁵⁰

Uma das lutas que Vera Mariano lembra foi o momento da constituição de 88 que trouxe entre muitas conquistas o direito à greve e também a redução da escala de trabalho de 48 horas semanais para 44 horas:

E aí com esse trabalho do sindicato e aí foi-se criado uma grande mística né? Uma grande é... desejo que a nós só trabalhasse as 44 horas, então o combinado era que na promulgação da constituinte de 88 né no primeiro assim que fosse assinada nos ia trabalhar só 4 horas no sábado. Foi uma das emoções, acho que na vida, olha que eu já pari 3 filhos, já vivi muitas coisas, mas foi a emoção que eu guardo até hoje assim a simbologia daquele momento porque eu lembro que nós ficamos todos ali em frente a Santa Inês ne, a turma do 2º turno todo mundo de mão dada e aquele silêncio quando deu as 10 h, entrou de 6 a outra e nós ficamos aí parou aí nos cantou 10 h, o sinal era esse nera. Todo mundo, os trabalhador do 2ª turno tudo de mão dada e de repente a gente escutou o grito da 1ª turma todo mundo saindo, correndo e se abraçando [...].⁵¹

⁴⁹ As mulheres que foram dirigentes e que estiveram vinculadas as lutas dos sindicatos dos trabalhadores de fiação e tecelagem de Fortaleza de 1990-1992 também estavam inseridas no movimento CUT pela base, que se torna um dos vieses da Central Única de grande expressão sindical.

⁵⁰ Entrevista de Vera Lúcia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁵¹ Idem.

As fábricas têxteis funcionavam de maneira ininterrupta, 24 horas por dia, divididos em três turmas. A primeira turma entrava de 6 da manhã e saía as 14 horas da tarde, a segunda turma entrava de 14 horas até as 22 horas e a terceira turma entrava de 22 horas até as 6 horas do dia seguinte. Na época Vera trabalhava na Santa Inês e retrata a experiência dos trabalhadores daquela fábrica na promulgação da constituição.

As palavras de Vera retratam o momento da luta percorrida em prol das conquistas na constituição e em sua trajetória de militante no sindicato. Uma união presente em outros momentos, mas que segundo ela foi a maior conquista enquanto trabalhadora. A memória de Vera está voltada para a conquista não somente de um grupo específico, mas da classe como um todo, a ideia da CUT pela base, no sentido de abarcar todos os trabalhadores independentes da sua condição política e sindical, era o caráter de classe voltado para a luta geral e política no sentido clássico da palavra. Nesse sentido a CUT em seu 3º CONCUR apresentou um texto evidenciando a participação das bases e ressaltando o caráter receptivo da instituição:

A Unidade dos trabalhadores na CUT não anula as identidades, as filiações partidárias e a personalidade política de ninguém. O sindicato é um instrumento concreto, prático, de ação e de luta, que deve partir da realidade imediata e sentida pelos trabalhadores. Cada um deve trabalhar por suas próprias convicções políticas e ideológicas, mas se sentir unido pela solidariedade de classe, todos vinculados a uma luta contra um adversário comum, ligados no mesmo compromisso transformador e revolucionário, que se forma na luta e na ação. A diversidade de posições no interior da imensa massa de trabalhadores que convergem para a CUT pode representar avanço político e enriquecimento da vanguarda, desde que todos assumam as tarefas cotidianas da luta sindical. Não podemos esterilizar as divergências políticas nos debates de plenário, mas levar as amplas massas de trabalhadores nossas convicções e nossos projetos históricos. Não podemos utilizar nossas armas uns contra os outros, mas convergir todo o potencial de luta para o combate as injustiças e a todas as formas de exploração e opressão que atingem a classe trabalhadora. (3º CONCUR, 2011, p. 71,72).

Vera coloca que na época do 3º CONCUR em 1988, se tinha a ideia de divisão muito bem percebida não somente pelos trabalhadores sindicalizados, mas inclusive pelas mulheres que foram dirigentes da secretaria feminina no sindicato têxtil. Segundo Vera “Até o pessoal do PC do B que era aquela loucura naquela época. Então assim a gente viveu muita coisa, a época da CUT pela base. Então assim a gente tinha muita coisa, a gente aprendeu muito, o que nós somos hoje são reflexo daquele momento histórico né” [...]. As palavras de Vera lançam outro ponto muito importante que coloca o sindicato dos trabalhadores têxteis em consonância com a ideia da democracia socialista: a formação dada aos trabalhadores, ou seja,

o aspecto formativo alicerçado pela Central Única como um dos meios de conquistar trabalhadores e trazer novos sindicalizados para o espaço da luta:

E outra coisa interessante que a gente viveu é assim, e essa luta de estar junto, de tentar fazer a ...uma coisa é esse investimento na formação. Lembro que tanto pra nós que era da direção do sindicato como para os trabalhadores então tinha um professor que era, inclusive eu acho que ele era da UECE professor Alencar...⁵²

Vera relata que havia uma preocupação do sindicato de inserir nas assembleias sindicais cursos de formação que de modo bastante didático auxiliavam os trabalhadores e trabalhadoras a se inserir nesse espaço e entenderem a luta como uma questão conjunta:

Nós no sindicato fazia, sobre a história do movimento sindical no Brasil. Lembro muito que a gente né? Estudar que os primeiros sindicatos era dos gráficos que morreram no enfrentamento então assim a gente tem uma história muito bonito de luta. O sindicato operário né? Tem essa história belíssima que aí você vai pegar no início do século Matarazo em São Paulo que chegou né? Na fábrica então e a exploração sempre foi muito grande, a exploração da indústria têxtil.⁵³

Na formação política, além de falar das condições políticas do presente, eram elaboradas aulas que falavam do movimento desde sua origem e o vínculo com a aproximação histórica de uma educação crítica como ferramenta de leitura de mundo.

Após a constituição de 88 foi se configurando um quadro de luta de classes e se tornando sólido a compreensão desse conflito para os integrantes do Sindicato dos têxteis. Foram lutas travadas e greves que o Sindicato realizou, inclusive a parceria com diversos movimentos, como o estudantil da Universidade Estadual do Ceará e sindicatos como a da construção civil. Em termos de prática isso só foi possível a partir do novo sindicalismo que abriu espaço para essas demandas:

O novo sindicalismo foi construindo suas possibilidades discursivas no interior dos discursos dominantes. Apoiado na mobilização das bases, explorava os espaços de distensão política que se introduzia no país, assumia o papel de representante institucional de uma classe e dele retirava elementos para exigir o cumprimento da lei e a participação nas decisões do país. Convocava a classe trabalhadora a assumir o papel de partícipe da construção das riquezas do Brasil e o governo a reconhecê-lo começava a trazer elementos sociais e políticos inerentes a vida do trabalhador, integrando-os no debate das lutas gerais. A luta pela dignidade no trabalho e na vida expressava o desejo de também lutar contra o autoritarismo vivenciado no país. (ESMERALDO, 1998).

⁵² Entrevista de Vera Lúcia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

⁵³ Idem.

Sem dúvida são avanços inquestionáveis, mas o sindicalismo no Brasil e a nova postura sindical não dava conta dos problemas que estavam na sociedade e fruto de uma percepção ainda vinculada à luta de classe percebida pela lente econômica e social.

Pensar a questão feminina dizia respeito a pensar o que as diferenciava enquanto categoria, o que efetivamente não estava sendo trabalhado nos espaços de problematização que precisavam ser ampliados. O que o movimento de mulheres na década de 90 apontava em relação à sociedade e às organizações políticas daquele momento?

O sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, 2003, p.19).

Butler ao estudar as mulheres enquanto sujeitos sociais situava algumas problemáticas nos estudos de gênero. A condição do gênero muitas vezes está autorizada ou não pelas estruturas as quais estão inseridas limitando sua efetivação como sujeitos políticos de fato:

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p.19).

Por mais que as mulheres estivessem se posicionando nos espaços, lutando por inserções e inclusão, era necessário que percebessem que os espaços em que buscavam libertação também as aprisionava de certa forma. O sindicato ainda estava preso a uma estrutura que limitava sua participação e essa percepção deveria estar presente em suas mentes para efetivarem mudanças.

Em entrevista ao Portal Mundo do Trabalho, Didinha Godinho Delgado, uma das criadoras da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora, aponta que embora a CUT fosse progressista as mulheres tiveram que evidentemente buscar seu espaço⁵⁴, a noção de diferença percebidas no cotidiano. Quando perguntada sobre as conquistas vivenciadas pelas mulheres a partir do movimento sindical, coloca que não bastava somente achar que a subordinação partia

⁵⁴ Entrevista de Didice Goldinho Delgado ao Portal Mundo do Trabalho em 04/03/2008. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/as-mulheres-nos-25-anos-da-cut-b59f>.

somente de uma questão de classe, mas extrapolava espaços e condições sociais. A noção de que as mulheres vivenciavam questões diferenciadas começava a se estabelecer no interior das organizações:

A criação da então Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, em 1986, foi a primeira grande conquista, por ter sido formada com um caráter inovador dentro do sindicalismo brasileiro e latino-americano, à época, comparativamente a outras experiências. Não buscávamos um lugar benevolente para as sindicalistas. Reivindicávamos que a CUT entendesse o caráter particular da subordinação das mulheres na sociedade e que esta não se esgotava na exploração de classe. E que assumisse uma política sindical em relação às mulheres trabalhadoras, tanto para combater as discriminações no mundo do trabalho como para organizá-las sindicalmente e melhor representá-las como parte da classe trabalhadora.⁵⁵

A conquista mais significativa, fruto da organização de mulheres tanto em escala nacional como regional, diz respeito à porcentagem de mulheres como dirigentes sindicais⁵⁶. Essa medida lançou as bases para uma organização de mulheres pelo país com uma conotação política de enfrentamento. Em Fortaleza lançava-se as bases para a criação de uma secretaria têxtil para problematizar as questões específicas das operárias têxteis da cidade, dentro de um sindicato que até então não tinha visto uma mulher com cargo de liderança até aquele momento.

Não há dúvida de que as mulheres demoraram bastante tempo para se manifestarem abertamente. Foi necessário todo um contexto e o agravamento das condições sociais para que muitas pudessem questionar o sistema social e os problemas do cotidiano. Em Fortaleza o aumento de casos em que se tinha uma mulher envolvida aumentou desde a década de 70. Diante de tantas coisas acontecendo e pelas conversas entre colegas, Ibiapino Silva começou a perceber muitas coisas que estavam ao redor. A ideia de pensar em espaços de organização de mulheres ainda percorria a ideia de democracia para a classe, não os problemas vivenciados pelas operárias.

O segundo encontro da CNMT em 1991 inaugurou um marco decisivo. Estabeleceu debates antes não realizados como o aborto, participação efetiva de mulheres em cargos de liderança, não somente em direções sindicais, mas em outros espaços políticos:

O evento trouxe o debate mais aprofundado de questões relacionadas a saúde da mulher, a legalização do aborto, a necessidade de instalação de creches nos eventos

⁵⁵ Entrevista de Didice Goldinho Delgado ao Portal Mundo do Trabalho em 04/03/2008. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/as-mulheres-nos-25-anos-da-cut-b59f>

⁵⁶ Em 1991 a CNMT iniciou um debate acerca do estabelecimento de cotas mínima para a participação e mulheres nas direções sindicais. O texto final foi aprovado na 6ª plenária Nacional da CUT, em agosto de 1993. O texto referente a participação de mulheres nas instancias da CUT podem ser acessadas em: <https://assets.cut.org.br/system/uploads/document/5ec6791548fdbfd028e84b1ebed7b4bb/file/6-plenaria-nacional-da-cut-24-a-28-08-1993.pdf>.

sindicais, a inclusão da temática de gênero em todos os encontros de formação da CUT: a garantia de uma proporcionalidade de mulheres nessas atividades de formação, campanhas de sindicalização considerando a diversidade de gênero, o combate a violência sexual às mulheres e a criação de uma cota mínima de participação das mulheres nas instâncias de direção. (ESMERALDO, 1998, p. 107-108).

As operárias do sindicato têxtil de Fortaleza vivenciavam em 1990 uma série de questões e o início de um debate realmente inclusivo. Muitas questões que antes eram unificadas com demandas gerais, se ampliavam com questões femininas. A principal para o sindicato têxtil era conseguir novos filiados que somassem nas lutas. Por essa razão o presidente do sindicato, juntamente com outros militantes, começou a frequentar as fábricas em horários que não estavam em atividade fabril. A finalidade era conversar com pessoas e conquistar as mulheres para a participação na composição das chapas de direção.

Vera Lucia Alves Mariano foi uma dessas pessoas. Saiu de Madalena, no interior do Ceará em 1976 para Fortaleza. A vida era difícil e desde muito nova veio em busca de trabalho, pois os pais estavam se separando. Trabalhou como doméstica, babá, vendedora de jornal e costureira. Durante a infância fez cursos de corte e costura chegando a trabalhar na Saranord, uma grande empresa de costura na época. A história de Vera é bastante similar a vários trabalhadores que vem para a capital em busca de emprego e para ajudar nos custos financeiros. Chegada na cidade passa a ir atrás de emprego, até que em 1987 inicia um trabalho na fábrica Santa Cecília pertencente ao complexo Unitêxtil. Vera teve contato com o sindicato por intermédio do presidente que na época iniciou um trabalho árduo de instrução aos trabalhadores.

Figura 7 - Carteira de associado do Sindtêxtil



Fonte: Arquivo pessoal Vera Lúcia Alves Mariano

As ações a cada fim de expediente nas portas de fábricas, deixava panfletos para as pessoas que saíam do turno fabril. Em 88 Vera passou a ser sindicalizada e a participar dos debates. Quando é demitida passa a trabalhar no sindicato até 1990 integrando a diretoria. Sobre essa experiência no sindicato conta muitas histórias, de muitos movimentos e greves. Conta que na época era bastante ativa e estava sempre incentivando os colegas de equipe a permanecerem fortes no movimento. Uma das experiências que relata foi na greve da fábrica Santa Cecília em 1988:

E na greve nós passamos 14 dias e no 14º dia aí começa aquele período naquele pique aí vai pro 3, 4, 5 dias, no décimo dia começa as furações de greve, muita gente que tá ali com a gente resolve entrar porque há uma pressão né? Se você fizer uma greve assim o patrão faz todo um investimento para que os trabalhador...desmobilize a greve né? Pra que entre. E tem as necessidades, e tem os filhos pra criar porque muitos pais haviam ali [...]. E aí a gente ficou lá e assim ficou lá e voltamos. Ai nisso eu fui demitida como outros companheiros também foram demitidos aí a gente já tinha uma relação no sindicato...⁵⁷

A greve na fábrica se deu em um momento que os operários lutavam pela redução da jornada de trabalho, demanda bastante solicitada à constituinte que estava em análise.

Para Vera a grande mística era baseada na simbologia daquele momento vivido por ela e pelos colegas sindicalistas, o que incluiu a formação política, além dos laços que se desenvolveram por intermédio do sindicato:

Porque assim a minha base né? Foi o sindicato, porque como disse não conhecia né nada. Então optei sair porque a situação, as nossas disputas políticas internas que acontece em todos os sindicatos ela também atingiu muito nós né e as vezes a gente se fragiliza porque a gente também não tinha maturidade política também pra compreender aquele processo histórico né? Ai muitos de nós acaba saindo ou muitos de nós não conseguiram avançar politicamente então né pra gente ficar né naqueles enfrentamentos que eram muitos e as nossas fábricas começaram a ter né ...muitas fábricas começaram a fechar. Mas foi muito importante a luta nossa do sindicato até eu fiquei, e tinha uma grande, lembro muito bem de uma coisa muito importante pra nós que era a unidade da classe trabalhadora operária aqui em fortaleza né que a gente tinha. Era nós, os sapateiros, era nós os gráficos [...].⁵⁸

Além da formação política ela destaca como ponto positivo a Unidade que existia entre os diversos setores operários na cidade, uma integração entre sindicatos em momentos de luta ou greve:

⁵⁷ Entrevista Vera Lúcia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

⁵⁸ Idem.

Então assim teve uma turma boa, turma que deu assim...a gente já vinha de 87 que foi a primeira, você tomar desde a ditadura que via o sindicato na mão da pelegada e você toma consegue tomar o sindicato né no enfrentamento aos patrões né? A todo o processo que tinha ...quando a gente se fortalece em 90 né porque vem mais gente jovem né com a juventude como Eneusa, como a Zélia, como Catanho, como os outros. Nós tínhamos experientes que era Mendonça, Maria, outros companheiros, Ibiapino, que já era experiente e pouco né que já vinha ...tinha o Bixinho também que era da Thomaz, Robertão que já faleceu também né. Umás figuras assim muito importantes. Tinha o William, tinha o Muniz que ainda mora aqui na Granja que era da santa Cecília. E a gente, o sindicato tinha, uma das coisas que eu me lembro era referência na base, então assim a gente tinha muita dificuldade.⁵⁹

Mesmo com as dificuldades coloca o papel do sindicato como o elemento que promoveu mudanças em sua atuação política. Tanto que após ter saído da militância sindical, por conta de problemas pessoais e disputas internas no sindicato, relata as experiências após sua saída e acaba por se formar no curso de pedagogia e levar consigo a luta política como uma prática social e filosófica de vida. Após toda uma experiência política passou a atuar em outros movimentos como o MST. Enquanto operária têxtil participou da direção sindical em 1990 e coloca que sempre foi muito ativa. Relata além das greves que atuou incentivando algumas lutas travadas para melhorar a situação das operárias e das mulheres de modo geral:

E que era essa coisa da luta por creche pras fábricas. Que não era só pro MST, ou não era só pro Sindicato dos Têxteis. Era pro sindicato que tinha uma base só de mulheres que era o da castanha. Então assim a CUT naquela época a gente discutia lembro que eu, a Zélia, chegamos a ir pra reunião lá na CUT pra essa coisa de discutir as creches na lá fábricas né? Pra garantir a inserção da mulher ou nem a inserção não. Para garantir que as mulheres continuassem no mercado de trabalho então isso também foi muito importante. E nós que estávamos lá...é como diz a Maria a gente era rebelde, a gente ia pro enfrentamento, então a gente enfrentava a família que muitas vezes não aceitava, a grande maioria não aceitava. A grande maioria das mulheres tinham filhos e eram mães solteiras.⁶⁰

Na fala de Vera começava a aparecer algumas das questões que foram pontos importantes a serem discutidos: a inserção no mercado de trabalho como um dos elementos primordiais à categoria feminista. Na década de 1990 não havia uma regulamentação para as mães, desmotivando a permanência nos espaços de trabalho. Com quem deixariam seus filhos? Como participariam das atividades políticas e sindicais?

Ainda que constituído como direito da mulher trabalhadora – previsto tanto na legislação trabalhista de 1943 como na legislação educacional relativa às escolas maternas e jardins de infância – viveu-se no Brasil um período de ausência dos espaços específicos de educação e cuidados da infância. Seu reconhecimento dá-se a partir da Constituição Federal de 1988, sob dupla perspectiva, quais sejam: como direito da mãe trabalhadora (artigo 7º, inciso XXV);

⁵⁹ Entrevista Vera Lúcia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

⁶⁰ Idem.

e como direito da criança pequena à educação de qualidade em creches e pré-escolas (artigo 208, inciso IV). (SCHIFINO, 2016, p. 95).

A creche como direito assegurado desde 1943 não era uma questão prioritária na época. Por essa razão foi tema de muitos debates sindicais, nas comissões nacionais e era uma das questões já pensada pelas mulheres nas reuniões da CUT que dava uma maior visibilidade:

No “Documento de Subsídio sobre a Questão da Mulher Trabalhadora”, a creche foi proposta como a principal reivindicação de interesse das mulheres a ser assumida pela CUT naquele momento, e deveria ser defendida através de uma campanha nacional denominada “Creche para Todos” [...] (DELGADO, 1996, p. 72).

Temos inclusive a participação de Vera e Zélia Gomes como representantes sindicais indo às reuniões em busca de garantir o direito às operárias, “Mas eu lembro muito bem que nós, inclusive com a professora Gema que até hoje eu ainda tenho contato com ela, sempre a gente se encontra. E que era essa coisa da luta por creche pras fábricas”.⁶¹ Segundo RECOARO, a luta por creche inaugura uma nova modalidade de luta para as sindicalistas e a presença de mulheres na mesa de negociação⁶². As mulheres participando de maneira mais sistêmica como líderes de uma pauta que era de interesse e benefício delas:

A campanha “Creche para Todos” divulgou a reivindicação, contribuindo para disseminar na CUT a compreensão de que a inexistência deste equipamento coletivo representa um problema para as trabalhadoras. Contribui também para a ampliação de sua presença nas pautas dos Acordos Coletivos de várias categorias profissionais. [...] Quanto a presença da creche em pautas de negociação entre sindicatos de trabalhadores/as e patronais, a reivindicação- e sua conquista- aparece na maioria dos casos sob a forma do auxílio-creche, alternativa oferecida pela legislação trabalhista a obrigatoriedade das empresas manterem berçário para bebês até seis meses de idade, ou auxílio babá, que permite as mulheres fazerem esta opção. [...] Do ponto de vista geral, a conquista do direito a creche e pré-escola para todas as crianças de zero a seis anos na constituição brasileira de 1988 chamou a atenção para a creche como um direito social e para a gravidade do problema da falta desse equipamento em número e condições adequadas no Brasil [...] (DELGADO, 1996, p. 74).

As mulheres atuavam em lutas e movimentos, mas não assumiam a direção dessas pautas de forma efetiva. Esse momento inaugurou a consciência de que era um direito delas e que necessitavam encabeçar essa luta até porque essa discussão trazia o debate da ausência da regulamentação da creche que afetava de forma direta no mercado de trabalho, um sintoma que pesava muito mais para as operárias como coloca Maria Bezerra, operária e sindicalista:

⁶¹ Idem.

⁶² RECOARO, Deise Aparecida. Sindicalismo de movimento social e feminismo: a organização das mulheres na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.38, n.111, p.01-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kr3nTHDTVnzQCKg6FhTJtNz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

A gente tinha muita dificuldade de de...de andar ne com os trabalhos, com as coisas que a gente tinha, mesmo por conta da família ne boa parte das mulheres elas eram pais e mães dos filhos ne então elas tinham, a gente tinha bastante dificuldade de militar e também nós trabalhava em fábricas e também fazia as coisas do sindicato de fazer os movimentos do sindicato.⁶³

Além das dificuldades em relação às atividades na produção fabril, representava as dificuldades também nas inserções sindicais e nos espaços formativos, pois a jornada de trabalho e o cuidado dos filhos eram atividades que limitavam a formação das operárias em assembleias, lutas e nos espaços de direção.

3.2 Todo mundo que chegue aqui é imigrante ne?

As primeiras experiências de mulheres, como vimos, era composta por situações que recolocavam discussões femininas. Embora em um primeiro momento não tivesse um caráter político, a MFPA não foi por muito tempo vista como um movimento político pela própria criadora. Os sindicatos em Fortaleza estavam crescendo e incorporando novos olhares, voltados principalmente para setores que abrigassem novas perspectivas para o movimento.

As mulheres se sentiram intimadas a fazerem parte do novo corpo sindical. As trabalhadoras das fábricas têxteis também. A entrada no sindicato muitas vezes vinha acompanhada de outros elementos. A participação de mulheres em assuntos sindicais em um primeiro momento veio como uma demanda de igualdade social, como o movimento de mulheres sufragistas em meados do século XX, que se justificava a partir da igualdade para que começassem a olhar para as mulheres como cidadãs:

Entre o ser mulher, imposto socialmente pelas relações sociais, e o tornar-se mulher, reinventando o gênero, há uma vivência baseada na expectativa de ver os direitos sendo iguais entre mulheres e homens, especialmente quando se trata de ter salário justo através da presença da papeleta para medir a produção e da dignidade auferida (nada de gritos, puxões de cabelo, ou assédio sexual). Em seus modos de vida, elas elaboraram, assim como os demais operários, um projeto, uma expectativa de indústria onde não houvesse espaço para abusos. (ARAÚJO, 2020, p.12).

O cotidiano, as hierarquias, o sentimento de indiferença e de inferioridade consolidaram a participação das operárias em direções sindicais. Essas motivações não eram próprias das operárias têxteis. O aumento das reclamações em outros espaços sociais ajudou

⁶³ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa, em 06/08/23.

naquele momento, contribuindo para a inserção de mulheres em múltiplos espaços, experiências do cotidiano e vivências práticas.

A organização das operárias têxteis foi muito difícil, primeiro porque muitas tinham obrigações que ocupavam tempo. As obrigações faziam parte da vida das mulheres desde que nasciam. Diferente das demandas masculinas não existia uma imposição para que fossem realizadas. As mulheres a partir do momento que nascem tem em seu DNA obrigações que as colocam sobrecarregadas desde muito cedo. Essa estrutura social foi respeitada e cumprida em espaços familiares com maior ou menor poder aquisitivo. Essas demandas justificavam que as mulheres fossem vistas a partir de aspectos biológicos, e que essa condição biológica determinava todos os aspectos da vida de uma mulher, em qualquer dimensão.

As mulheres nascem e são sobrecarregadas em espaços sem expressão, sem tomada de decisão, sem comando, ou liderança. O seu destino é predestinado antes mesmo que nasça e isso a faz seguir toda a vida sem mudanças. Quando se é de família pobre as condições são piores pois terão que tomar conta dos irmãos e “ajudar” suas mães na sobrecarga familiar. Terão que muito cedo saírem de casa em busca de suporte financeiro:

Para José Borzacchiolo da Silva (2007), a cidade de Fortaleza nos anos de 1970 exercia papel de “metrópole regional”, abrangendo área superior a 400 mil quilômetros quadrados com aproximadamente sete milhões de habitantes. Despontando no crescimento populacional, devido, em grande medida, a constante migração do povo sertanejo em busca de melhores perspectivas na capital, tem-se a formação de extensa periferia urbana, donde vivem trabalhadores, homens e mulheres, absorvidos nos postos de trabalho no setor de serviços, no comércio, e na indústria (especialmente para o caso das mulheres), nos anos de 1990. (ARAÚJO, 2013, p. 44).

As migrações são recorrentes para Fortaleza como informam inúmeras obras que retratam esses movimentos⁶⁴. Foi em uma dessas levas para a capital que vieram inúmeras operárias têxteis. Nesse ponto as histórias de muitas se confundem.

Maria Bezerra Paulo veio de Aracoiaba numa família de 12 irmãos sem estudos e sem trabalho. Só conseguiu tirar seus documentos aos 19 anos para trabalhar de carteira assinada:

[De] Qualquer maneira todo mundo que chegue aqui é imigrante ne? E vem dos interior, a maioria vem dos interior ne? E você sabe que naquela época nos anos 60 quem se criava no interior minha filha não tinha direito a estudo, não tinha direito a nada não só trabalhar, feliz daquele pai de família que tinha aquele monte de filho e

⁶⁴ SIDRIM, R. M. S.; QUEIROZ, S. N. de. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (1986/1991, 1995/2000 E 2005/2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019. DOI: 10.54399/rbgdr.v15i7.5273. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5273>. Acesso em: 16 out. 2023. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza, 1945-1960**. Annablume, 2000.

que podia criar ne? Trabalhando no roçado, então eu sou um desses, um desses trabalhadores.⁶⁵

Para se tornar operária têxtil naquela época não era necessário ter um nível de estudo muito alto. Na verdade o que importava para as empresas de fiação e tecelagem era que o operário soubesse manusear as máquinas. Quando Maria começou na Unitêxtil era uma pessoa sem muito entendimento sobre as coisas. Logo começou a estudar para pelo menos aprender a ler e escrever e assim arranjou um emprego em uma fábrica de castanha. Longe das casas de famílias trabalhou por 2 anos na CIONE⁶⁶.

Logo após a experiência na fábrica de castanha, Maria passa a trabalhar no grupo Unitêxtil, experiência que leva para o resto da vida, afinal foram 28 anos trabalhando na fábrica, no conhecimento de vários setores da empresa. Maria relata um pouco do período trabalhado na fábrica e coloca pontos importantes em sua fala como as mudanças de funções e outras problemáticas:

Na Unitêxtil eu comecei como preparação do fio ne? A preparação do algodão pro fio. Ai depois eu fui trabalhar como fiandeira, mas devido eu questionava muitas coisas aí eu rodei a fábrica todinha ne? Da fiação eu fui pra revisão do tecido já do pano. Do tecido do pano eu voltei de novo pra onde eu comecei porque o cara ficava com raiva me botava nos lugares ruins né que é quando você entra pra aprender. Ai eu só sei que eu rodei, eu fui pro laboratório e voltei e fui pra cozinha ajudar o pessoal porque quando ele tinha raiva de mim ele me tirava daquele canto e me botava pra outro canto né porque ele sabia que eu tava questionando e ia chamar atenção dos outros e ele não queria que chamasse a atenção dos outros ne?⁶⁷

A experiência na fábrica é marcada por muitas idas e vindas estimuladas pelo ato de questionar os problemas e o porquê de certas situações. Foi graças à sua insatisfação que foi levada ao movimento sindical. A trajetória de Maria é parecida com outras operárias que também estiveram na direção da secretaria de mulheres têxteis de Fortaleza. Não sabia que se tornaria uma sindicalista e que chegaria a discutir questões importantes para a classe trabalhadora chegando até mesmo a representar o Estado na Central Única de Trabalhadores. Relata que em muitos momentos não era capaz de guardar a sua indignação e raiva, sendo trocada de setor a todo instante. Os supervisores dos setores não queriam que sua indignação fosse passada para outros trabalhadores considerados mais dóceis:

E eu também nunca fui aquela pessoa de ficar falando as coisas escondidinho, baixinho, eu falava logo pra todo mundo ouvir ne? Eu não tava ali não tava

⁶⁵ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁶⁶ A Cione é uma empresa de produção e exportação de castanha de Fortaleza –CE, fundada em 1962 pelo empresário Jaime Aquino.

⁶⁷ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

questionando? Eu não tava achando que tava errado? Então eu não ia deixar a questão só pra mim, tinha que dividir...ne? Então eu passei praticamente pela fábrica inteira ne? Tudo que tinha na fábrica, no almoxarifado eu andei também entendeu, porque quando eu ficava com raiva, quando eu, questionava. Quando ele ficava com raiva de mim ele me botava no lugar ruim, era sempre assim...⁶⁸

A operária sempre muito questionadora começa a perpetuar essa revolta para além da fábrica, por essa razão se candidata para a chapa de oposição pelega⁶⁹ em 87:

Ai eu...na verdade eu tava entrando, eu tinha uma visão que eu ia entrar no sindicato porque se eu perdesse o sindicato, se a nossa chapa perdesse eu saia da empresa ne? Porque eu tava vivendo uma dificuldade muito grande, grávida e o pai dos meus filhos me pressionando pra que eu não ficasse mais na fábrica, que eu fosse pra casa, aquela história toda. Então pra mim foi difícil, só que pro azar dele a chapa ganhou, e ai a chapa ganhou ai pronto eu me tornei uma militante né, não tinha como sair. Ai na minha visão eu tinha que ficar, aquilo ali.⁷⁰

Ao se aproximar do movimento sindical corria o risco não só de perder o emprego, mas de ficar marcada em outras empresas, pois naquela época existia a dualidade dos dois tipos de trabalhadores: os que eram pela empresa e aqueles que se tornavam inimigos, e por esse motivo tinham uma conotação muito negativa tanto na fábrica quanto fora dela. Ângela de Castro Gomes em “A invenção do trabalhismo”, faz uma análise do trabalhador na Era Vargas e em seu texto aparecem comportamentos que deveriam ser atributos dos trabalhadores:

Esta questão é fundamental, pois a outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: o retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá, mas principalmente porque espera o retorno. Esta expectativa não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever. Quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso, que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável. O sentido último da relação de doação, a dimensão de sua força, está em criar um tipo específico de obrigação que se estrutura no apenas em função de uma lógica material de interesses individuais, mas em termos de uma lógica coletiva eminentemente simbólica (Sahlins, 1965e 1979). A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. Trata-se evidentemente de uma relação contratual, mas que ao se fazer sob a forma de troca de presentes, ganha um sentido distinto que é preciso destacar. (GOMES, 2005, p.228).

O trabalhador tinha um dever moral e um comportamento obediente nessa relação entre trabalhador e Estado ou Patronato típica de uma rede de doação. Ou seja, existe uma via

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Peleguismo deriva de pelego, o termo nasceu no Estado Novo e tem relação com a política nacionalista de Vargas. O indivíduo pelego seria uma espécie de mediador entre o Estado e o operário, sempre dando preferência a parte governamental. Em sinônimo mais prático também pode ser compreendido como capacho. Ver: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/sindicalismo-ou-peleguismo/452857102>.

⁷⁰Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

de mão dupla entre o dar e o receber. As empresas no ato de agradar o operário com favores, descontos, concessões, esperava uma retribuição, uma gratidão que significava um bom comportamento. Também podemos pensar no bom trabalhador que é grato às benesses da empresa e do governo, e o mau trabalhador ou mau operário que sempre está com a língua nos dentes, que atrasa a produção, etc. Em nosso caso a postura que era desenvolvida por Maria indicava que a operária precisava ser “detida”, pois o espaço na fábrica era circular, onde as ideias eram repassadas e posturas podiam ser copiadas.

Essa imagem era perpetuada pelos patrões e pela mídia em geral que influenciava até mesmo o olhar das pessoas em relação aos trabalhadores sindicalizados, como relata Maria. Sempre que havia algum movimento grande, ou alguma causa importante na empresa, os operários eram vistos como pessoas mal-intencionadas. Essa imagem se tornou bastante popular e tinha como objetivo retirar a credibilidade dos trabalhadores quando denunciavam os problemas vivenciados, além de retirar qualquer credibilidade de expressão dos operários, tanto diante dos colegas de trabalho como também da opinião pública no geral:

A própria mídia [...] colocava como se fosse terrorista. Era terrorista, maconheiro, comia carne de gente. Esse povo era assim, quer dizer esse pessoal ai do sindicato eles cozinha gente e come. Gente eu ouvi isso centenas de vezes na minha vida. Ouvi. Você come carne de gente. Quem não acreditava era só os trabalhadores que trabalhavam com nós. Porque conhecia. Vía o dia-a-dia da gente. Mas eu ouvi isso centenas de vezes.⁷¹

Essa dualidade pode ser explicada pela ideia do trabalhador passivo e do ativo. Essas conotações nada têm a ver com o nível produtivo, mas se refere a um aspecto político. Para as mulheres essas condições pesavam muito mais reforçando aspectos relacionados à conduta, reforçadas pelos jornais, pela mídia, e durante muito tempo também pelo sindicato. Se havia esse comportamento por parte do movimento, também havia esse mesmo teor para familiares e parentes. Além de que as mulheres eram mal vistas por participarem das atividades sindicais ou mesmo de qualquer atividade que saísse do espaço da casa e da família. Maria coloca os aspectos que faziam com que as mulheres fossem “impedidas” de estar no movimento sindical, se expressando, atuando como agentes de mudanças:

[...]porque o sindicato também tava com baixa na situação quando a gente pegou, a gente pegou numa época bem ruim, que não é muito diferente da que nós estamos vivendo hoje ne? E em tudo a gente tinha bastante dificuldade. Outras mulheres, a maior dificuldade das mulheres era quem era casada tinha dificuldade com os seus

⁷¹ Idem.

maridos, tinha dificuldade com os seus filhos com quem deixar ne porque trabalhava.⁷²

Além das dificuldades no sindicato e na fábrica, existiam as dificuldades colocadas sobre cuidar de casa, dos filhos e dos maridos, o que extrapolava as dificuldades financeiras. Das mulheres em determinada altura da vida precisavam trabalhar, mas ao mesmo tempo existia uma ideia de conduta no trabalho. As mulheres precisam trabalhar, mas não pode retirar as qualidades femininas, atrapalhar seus afazeres e cuidados com a família, com a casa e principalmente com seu marido. Aqui abrimos um parêntese, pois na lista de cuidados com o marido também deveria ser dócil. Esse aspecto de obediência é um dos fatores mais colocados quando se fala em disciplina fabril e controle. São questões que pesam muito mais para as operárias têxteis do que em relação ao operário:

É característica das fábricas têxteis a presença feminina na produção, especialmente como operárias da fiação. Isso acontece desde o início da industrialização, envolvendo uma relação de gênero bastante complexa: permissão dos pais/maridos para trabalhar; iniciação da vida de trabalho muito cedo, dado o imperativo da necessidade; concessão para trabalhar apenas se a secção fosse composta por mulheres, sobrepondo-se ali os preceitos morais, etc. (ARAUJO, 2020, p. 12).

Esse aspecto era reforçado pelo patriarcado da casa, embora a operária têxtil tivesse muitas coisas para resolver no sindicato, como cursos de formação- que era necessário para o trabalhador sindicalizado, onde as formações agiam como papel de conscientização- as reuniões, as assembleias, etc. A situação das operárias seguiu um padrão engessado em todos os discursos sociais produzidos naquela época. Essa questão demorou bastante para ganhar uma discussão efetiva e mesmo assim não deixou de ser um discurso reproduzido de forma maçante, apesar de uma formulação recente:

O trabalho doméstico é até hoje considerado por muitas pessoas uma vocação natural das mulheres, tanto que é rotulado como “trabalho de mulher”. Na realidade, o trabalho doméstico, como o conhecemos, é uma estrutura bastante recente, datada do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX, quando, pressionada pela insurgência da classe trabalhadora e pela necessidade de mão de obra mais produtiva, a classe capitalista da Inglaterra e dos Estados Unidos começou uma reforma social que transformou não apenas a fábrica, mas a comunidade, o lar, antes de tudo, a posição social das mulheres. (FEDERICI, 2021, p.141).

Além dessa artimanha do capitalismo a autora defende que esse sistema criou elementos para que as mulheres fossem vistas sob duas perspectivas: a dona de casa e a

⁷² Idem.

trabalhadora. Essa dualidade justificava a ideia da reprovação das famílias das mulheres dirigentes sindicais, já que muitas vezes a trabalhadora suprimia a dona de casa, criando um desequilíbrio nos espaços familiares. Além da dificuldade de executar as tarefas sindicais, também é colocado o problema da postura adotada diante da esfera conjugal. Nas palavras de Maria Bezerra:

Aí trabalhei em fábrica de castanha, depois voltei pra casa me juntei com essa criatura que foi o pai dos meus filhos né? Meus dois filhos, o mais novo. Mas ele me atrapalhava demais, demais, porque eu nunca fui aquela pessoa que ficava quieta com o dia de hoje. O dia de hoje passou aí eu dizia não tá bom foi hoje, não, não fui. Eu sempre queria mais entendeu? Eu sempre queria mais e você sabe que o companheiro na maioria deles não aceita isso aí ne?⁷³

Após se estabelecer como dirigente na secretaria de mulheres, Maria teve que deixar o companheiro que vivia, pois havia muitas interrupções sobre a sua atuação no sindicato e não havia entendimento em relação às atividades que realizava. Aos poucos o sindicato se estabeleceu como um instrumento de conscientização e abriu novas percepções para a operária. E essa característica se configurou a partir da sua inserção nos aspectos políticos e de luta que foram tangenciados no sindicato. Podemos entender que a organização e a percepção podem ser compreendidos como movimentos portadores de demandas⁷⁴. Mas o que os portadores de demandas podem auxiliar em nosso debate?

Homens e mulheres são portadores de necessidades na medida em que novos espaços passam a fazer parte da sua vida. Logo, as mulheres percebendo essa interiorização de necessidades, tendem a se organizar de maneira distinta, e ao mesmo tempo dentro de aspectos políticos de classe. Enquanto operárias é necessário haver essa integração com toda a classe trabalhista, mas enquanto mulher surgem necessidades bastante particulares:

A especificidade da contribuição dos movimentos de mulheres autodefinidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero. (LOBO, 2021, p.230).

Maria começou a perceber que havia dentre os muitos problemas que carregava na vida e na fábrica elementos comuns. As mulheres tinham necessidades e eram repreendidas de

⁷³ Idem.

⁷⁴ Para Elizabeth Lobo em sua obra “O trabalho operário tem dois sexos” ao analisar movimentos ou grupos sociais e políticos em que as mulheres estão inseridas, ela percebe que homens e mulheres podem ser compreendidos a partir de necessidades, ou seja, homens e mulheres são portadores de necessidades além de que também são consumidores de bens públicos.

maneira muito parecida tanto em casa quanto na fábrica. Quando Maria se deu conta disso começou a visualizar ao seu redor os elementos que a fizeram ter essa reflexão.

Uma outra questão colocada por Maria foi o tratamento dado aos trabalhadores na empresa. Na época a Unitêxtil não dava almoço aos seus funcionários, outras empresas também não davam alimentação e condições dignas de trabalho. Nem mesmo as mulheres grávidas tinham direito ao almoço e lhes eram franqueadas um copo de caldo de feijão para não causar problemas que lhes retirassem do posto de trabalho. Um dos problemas que a fez ser perseguida dentro da empresa foi quando questionou o porquê das mulheres grávidas não terem acesso ao almoço, assim como os demais trabalhadores. Mas a tônica da questão se dava em relação às grávidas que pela condição física e biológica necessitavam de alimentação. Para ela aquela situação não era certa. Nas palavras de Maria o tratamento dado a mulheres que estavam gestantes era semelhante ao tratamento dado a animais:

Ai a primeira vez que eu fui procurar o dono da fábrica pra exata..., brigamos bastante pela questão da refeição, que aquilo pra mim doía dentro do meu coração, quando eu via na fábrica onde eu trabalhava que só as mulheres grávidas tinham direito a um copo de caldo de feijão meio dia na hora do almoço né? Porque elas não tinham comida, não tinha comida, era um pedaço de pão. Ai as mulheres grávidas...na verdade a minha briga na fábrica começou exatamente por essa questão mente colocar isso porque que nós não tinha direito ao almoço. Porque se a questão fosse era descontar, descontasse no nosso salário, mas não dá um caldo de feijão a uma mulher porque ela tá grávida né? Como se ela tivesse direito de ter a refeição, todos nós tinha. Mas a mulher grávida já que ela pegava o copo de caldo porque que ela não podia pegar um prato de comida ne? Então foi exatamente minha confusão começou pela essa questão aí.⁷⁵

O questionamento se deu ao perceber que as operárias da Unitêxtil que estavam gestantes não tinham direito a uma refeição digna. Não somente elas, mas os trabalhadores de modo geral. A queixa se deu por refeições dignas para as mulheres grávidas, o mínimo que se esperava como reconhecimento por parte do patronato. Se as mulheres recebiam um caldo para passarem o restante do tempo em seu posto de trabalho porque não uma refeição digna? Além disso se tudo isso girava em torno de uma questão financeira a solução era simples descontar o almoço do próprio salário dos operários.

A conduta da operária a fez ficar visada na empresa e a partir de então rodar de setor em setor. Por essa questão:

Que aí foi quando começou a minha perseguição dentro da fábrica, perseguição em mim dentro da fábrica começou por essa questão aí eu não era do sindicato nessa época eu não era sindicalista, eu era simplesmente um trabalhador da fábrica. Mas eu

⁷⁵ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

tinha raiva daquela questão, aquilo me incomodava entendeu? Me incomodava bastante. Então isso pra mim foi a maior emoção quando foi no dia que nós fomos é notificados que nós teria almoço, menino, não sei não sabe. Era assim como se a gente pegasse todo mundo e jogasse pra cima naquela alegria todinha, aqueles trabalhador tudim. Pra mim foi a maior emoção que eu senti em toda a minha vida de sindicalista, foi bom demais.⁷⁶

A perseguição se tornou pior quando assumiu o cargo no sindicato. Além de atuar como dirigente sindical Maria era suplente da 5ª diretoria da CUT Ceará na gestão de 1990 a 1991. Logo que se estabelece como dirigente sindical, participando da secretaria voltada para o atendimento de mulheres, observou diversas situações no cotidiano das fábricas sob a ótica feminina. Relata que algumas vezes existia a contratação por meio de acordos. Se um chefe de seção se interessasse por alguma candidata a vaga de trabalho automaticamente seria dela. Dentro da fábrica alguns supervisores faziam convites para motéis e dependendo da resposta recompensas ou advertência e correções. Essas são situações recorrentes quando falamos de problemas que as mulheres enfrentavam e que aos poucos passaram a ser conhecidas pelas dirigentes sindicais. Além de apresentarem uma conduta com esse aspecto havia dentro das fábricas algumas situações onde outros trabalhadores eram dissuadidos contra outros. Maria Bezerra menciona um caso onde teve de enfrentar um processo em uma situação de greve:

Eu passei cinco anos no processo por sequestro por cárcere privado. Porque? Porque o próprio trabalhador da fábrica onde eu trabalhava o meu chefe da fábrica pegou ele e disse pra ele que ele ou me processava ele fazia uma denúncia contra mim porque eu tinha, como é que se diz sequestrado ele. Pra ele não entrar no horário de trabalho que ele ia entrar porque nós estávamos em greve ou então ele ia pra fora. E o cara se a sujeitava a isso.⁷⁷

O processo enfrentado por Maria revela o preço pago pela postura operária. É comum no plano de diretores e chefes algumas saídas para colocar trabalhadores uns contra os outros. O processo é aberto exatamente para tentar boicotar uma greve em determinado período. Esses aspectos próprios do capitalismo, em nosso caso se soma a uma discriminação de gênero, pois sempre que existe a autonomia de mulheres nos espaços de trabalho e principalmente nas tomadas de decisões -em nosso caso nas fábricas-, temos a dignidade das mulheres colocadas em xeque.

O processo vivido por Maria revela o grau de assédio que as mulheres sofriam nos espaços fabris. Situações que incluíam a humilhação, violação e perturbação.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

A violência de gênero tem relação com o assédio porque estabelece uma hierarquia imposta entre gêneros extrapolando o espaço familiar. A violência de gênero acontece nos espaços de trabalho onde as relações entre masculino e feminino estão a todo momento sendo tecidas nos mais variados graus e formas:

A violência de gênero é um fenômeno predominantemente feminino no que toca à vítima e masculino no que se refere ao agressor. Este padrão perpetua-se nos vários domínios da vida social, designadamente no mercado de trabalho. Neste, são inúmeras as discriminações directas ou indirectas de que as mulheres são alvo. No mercado de trabalho, as mulheres continuam a ter de enfrentar uma segregação simultaneamente horizontal e vertical; encontram-se maioritariamente empregadas em sectores de actividade menos valorizados e a ocupar os escalões mais baixos da estrutura ocupacional. (DIAS, 2008, p. 01).

A indústria têxtil foi marcada pela presença feminina, desde a revolução industrial. E mesmo tendo maior presença nesse tipo de indústria, os cargos de chefia ou de fiscalização não eram, em sua maioria, exercidos por mulheres. Maria sendo uma dirigente sindical, não tinha um cargo de chefia ou fiscalização e quando aparecia uma proposta era completamente corrompida e direcionada para um objetivo que beneficia o patronato e não o trabalhador:

Um patrão me chamou, me convidou pra mim fazer... fazer parte da... da comissão de fábrica só pra mim olhar os... vigiar os supervisor eu disse pra ele "quando eu bati na sua porta pra pedir emprego foi pra mim ganhar meu suor, meu dinheiro não foi ganhar meu dinheiro pra vigiar supervisor" né? Pronto.⁷⁸

No momento que iniciativas de trabalho de convencimento para outras operárias se registram, vários casos de assédio e de violência ocorrem sob inúmeras formas. Quando uma operária tem a palavra, podendo influenciar outras sobre as condições em que estão, como troca de função, de setor e de horário. O castigo para essa trabalhadora serviria de aviso: questionar não era uma boa ação na fábrica. As punições para mulheres são muito mais sentidas, porque apresentam também um caráter de gênero:

[...]. Em nossa sociedade, em função da forma como se encontram definidos os papéis sexuais femininos e masculinos, o comportamento da mulher/vítima é frequentemente questionado, sobretudo nos crimes sexuais, ou seja, na maioria dos casos, ao revelar o assédio, as vítimas, em sua maioria mulheres, são frequentemente questionadas sobre suas próprias posturas. (FRANZAN, 2012, p. 125).

Quem cometia assédio quase nunca era questionado, principalmente realizado por pessoas da chefia. As punições começaram do sindicato a partir de denúncias realizadas à

⁷⁸ Entrevista Graça Costa da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa, em 06/08/2023.

secretaria de mulheres. Somente a partir de uma representação exclusivamente feminina as mulheres se sentiam mais seguras para expor muitas situações de assédio. Segundo Ibiapino Silva, presidente do sindicato na época, houve casos em que a situação de assédio era reportada à secretaria, mas muitas vezes desacreditada por se tratar de membros da chefia e que demandavam confiança por parte dos patrões:

Nos sindicatos também tudo era muito incipiente. E hoje, por exemplo, assédio moral e assédio sexual são crimes. E essa turma que comete esse tipo de crime está pagando muito duramente pelo que faz. Mas na época não. Na época era terra de ninguém. Havia na fábrica Santa Cecília, que fica na avenida 15 de novembro, na Parangaba, um chefe geral do setor que tinha o hábito de selecionar as mulheres para dar emprego e também selecionava aquelas mulheres que ele pretendia ter algum relacionamento com elas. E, segundo o que essas mulheres nos denunciavam, era que ele ameaçava de demiti-las.⁷⁹

Muitas operárias estavam nas mãos de chefes que propunham questões de natureza sexual. Algumas aceitavam com medo de perder seu emprego e outras não, mas passavam por repressões ou perdiam o emprego da mesma forma. O assédio nessa fábrica só teve fim após denúncia ao dono da fábrica:

E eu, então, um dia pedi para o Ofício uma reunião com o doutor Carlos Pinheiro, que era o dono do Grupo Unitêxtil União Industrial Têxtil SA. O doutor Carlos nos atendeu, eu fiz a denúncia, ele me disse que não acreditava em mim, mas ia investigar. Falou que esse senhor era da confiança dele, que trabalhava 30 anos na empresa, mas, de qualquer modo, iria fazer a investigação. Passado aproximadamente 15 dias, eu chego ao sindicato e a secretária disse-nos que o doutor Carlos tinha mandado um convite para a gente e a empresa para conversar. Fomos no mesmo dia, na hora que ele tinha proposto, e chegando lá ele disse, olha, tudo que você disse era verdade, eu já demiti o cara. [...]. Então, essa foi, talvez, uma grande vitória do movimento sindical em relação a esse papel indigno cometido por aquele senhor. Não quero nem dizer o nome, primeiro, porque ele já morreu e não tem como se defender, mas para nós foi uma coisa de muita importância.⁸⁰

Entendemos o assédio sexual através do recorte de gênero, assim o assédio em nossa pesquisa pode ser percebido como:

Uma violência de caráter sexista visto que, em primeiro lugar, na relação de gênero há uma conversão da diferença, a princípio biológica, numa relação de desigualdade, com caráter opressivo e, em segundo lugar, por considerarmos que no crime de assédio sexual a vítima não é percebida pelo agressor como ser humano, mas como coisa. (FRANZAN, 2012, p. 120).

⁷⁹ Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 05/07/23.

⁸⁰ Idem.

Muitas mulheres entravam nas fábricas têxteis sem que fosse obrigatório ter estudo. Nessa época houve migração muito recorrente de mulheres que deixavam o trabalho como domésticas para produzirem nas fábricas têxteis. Como verificamos nas falas de nossas entrevistadas. Nesses espaços era comum a prática de assédio sexual:

Porque nas fábricas era assim. É aquilo que eu já disse no começo da minha conversa. O chefe dizia assim, ó, você vai sair comigo hoje? Não, não vou. Você vai sair comigo dia fulano de tal? Não, não quero. Sou casada, tenho filho e tal, e tal. Ah, é? Pois amanhã você vai pra outro canto. Quando era no outro dia, você já estava mudada de sessão ou de serviço que você fazia. Você seria vigiada. A partir dali você seria vigiada. Então, o assédio sexual era só o que existia. Muitos e muitos.⁸¹

No geral eram mulheres muito novas o que facilitava a prática realizada por homens mais velhos e que tinham um certo tempo na fábrica, afinal ocupavam cargos de chefia. Outro ponto a destacar é que a necessidade as colocavam muitas vezes a aceitar o assédio caladas pelo medo das represálias. Como menciona Maria existia as sanções para as mulheres que se recusavam a prática do assédio, o que também reforçava a prática era a ideia de naturalização.

Graça Costa da Silva foi operária na fábrica Thomaz Pompeu na década de 1990. Foi uma das convidadas a fazer parte da diretoria sindical e participar da secretaria voltada aos assuntos de mulheres do sindicato têxtil de Fortaleza. A operária relata várias situações em que presenciou assédio sexual na fábrica. Uma das situações teve um embate com um dos supervisores:

-Graça você não trabalha e nem deixa os outro trabalhar pelo menos no dia de sábado. Eu vou fazer uma reunião com os trabalhador.
Aí eu disse assim: eu tô no meio, aí ele não você não. Aí eu sou trabalhadora porque que eu não posso participar dessa reunião? Tem algo que você vai dizer que eu não posso saber? Então eu quero saber.
- Eu vou parar as máquinas.
- Pois eu vou botar as máquinas tudim pra funcionar.
-Você não tem esse direito.
-Tenho, quem foi que disse que eu não tenho? O mesmo direito que você tem eu tenho você também tem e o mesmo direito que você tem eu também tenho. Se você botar as máquinas pra funcionar, eu vou parar.
-Pois eu vou ligar as máquinas tudim pra ver se você para.
- Pois vamo ver. E sai ligando as máquinas.
Isso era eu ligando as máquina, rodando e eu só...e ele disse "olhe você nem trabalha e nem deixa os outros trabalhador trabalhar.
-Olhe eu vou lhe dizer uma coisa eu nem vou trabalhar e vou deixar minha hora de, minha hora dar pra mim poder ir embora. Mas também tem uma coisa e eu lhe digo com toda a sinceridade, se vocês descontar 1 real meu, eu vou nem no doutor Cleto, eu vou lá na Zé Pompeu e digo pra você que você passa as...bebe sua cachaça e quando

⁸¹ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa, em 06/08/23.

chega aqui na empresa anda passando as mão nas coxas das mulher até em cima, você quer ver isso? Você desconte, descontou não.⁸²

O diálogo retrata uma situação onde a operária havia sido apontada como baderneira e que influenciava os outros operários a terem a mesma atitude, ou seja, a não trabalharem. O evento teria acontecido em um sábado, onde o supervisor chamou a atenção da operária, lhe dando avisos em relação à sua conduta. Para resolver a situação o supervisor teria cogitado fazer uma reunião com os demais membros de sua equipe. E ao questionar se faria parte da reunião para saber o motivo da mesma, Graça recebe a notícia que não faria parte. Ou seja, a reunião provavelmente teria como objetivo falar sobre a conduta da operária que desviava os objetivos da fábrica, uma conduta vista como rebelde. Logo ocorre o embate quando é excluída da reunião e o supervisor ameaça desligar as máquinas. No diálogo percebemos a imponência da operária com o supervisor, mostrando que mesmo diante de ameaças ela iria ligar as máquinas e dar continuidade no trabalho.

O que chama a atenção em sua fala é a denúncia que Graça faz diante da pressão dele. A denúncia diz respeito ao assédio praticado por ele. Como mencionamos acima o assédio caracterizava relação de opressão realizada entre partes desiguais. Nesse caso se concretiza pelo poder de chefia oprimindo o lado mais fraco em um conflito que remete ao social, mas que tem suas implicações também no recorte de gênero. Ainda pensando na perspectiva da conduta percebemos na fala do supervisor um comportamento esperado por Graça e que também se estabelece para as operárias têxteis:

Assim, os crimes de assédio sexual revelam outra faceta da relação de gênero: a existência de um transbordamento das regras impostas socialmente à esfera privada para a pública, e a exigência de adequação do papel social feminino, antes confinada à esfera doméstica, ao espaço público. Neste sentido, o ambiente de trabalho reservado à esfera pública, continua a ser compreendido como lugar do masculino, no qual o feminino somente se apresenta como coadjuvante, cujo papel social esperado é espelho daquele desempenhado no espaço doméstico, no modelo de mãe, de esposa, etc. (FRANZAN, 2012, p. 123).

Essa condição extrapola a esfera privada, sendo mantida nas relações de trabalho desempenhadas por mulheres. Nesse sentido, o comportamento de Graça é percebido como desobediente e que não seja copiado pelos demais trabalhadores do setor. O assédio sexual foi um instrumento recorrente de supervisores no setor têxtil, não sendo somente percebido em uma única fábrica, mas várias de Fortaleza. Segundo Ibiapino Silva, as mulheres não confiavam

⁸² Entrevista Graça Costa da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa, em 06/08/2023.

no sindicato e a secretaria foi importante no sentido de transmitir confiança às mulheres que tinham questões específicas e que não eram tratadas nas assembleias:

As mulheres também ainda não acreditavam em nós, o sindicato, porque a gente estava chegando, a gente estava ainda mostrando serviço. E elas, com toda razão, tinham medo de relatar isso para a gente, por vários motivos. Se hoje esse medo existe, imagina naquele tempo. Mas elas foram vendo a nossa luta, o nosso trabalho, a nossa dignidade, porque, para a nossa felicidade, a diretoria do sindicato dos têxteis sempre tem sido primorosa do ponto de vista ético, do ponto de vista moral, e é certo que tem alguns erros, mas são mínimos. Grosso modo, a gente supera com folga esses problemas de nulidade. Aí, a partir do momento que elas adquiriram confiança na gente, elas começaram a fazer denúncia.⁸³

Somente com um trabalho de organização e de idas nas fábricas é que o sindicato trouxe mulheres para assembleias com outras mulheres à frente, como nas assembleias idealizadas por Maria Bezerra e Zélia Gomes:

Essas reuniões se iniciaram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Posteriormente, seriam deslocadas para a porta das fábricas. Na Santa Cecília, Maria Bezerra e Vera Mariano aguardavam a saída das operárias, mas percebiam que, cansadas após a extenuante jornada, elas somente almejavam chegar às suas casas, dar alguma atenção aos filhos, "ajeitar alguma coisa que precisasse", tornando inviável longas conversas, com ampla presença operária. (ARAÚJO, 2013, p. 169).

O empenho das operárias dirigentes em torno das questões femininas, não somente fazendo reuniões, mas depositando nas colegas de fábrica confiança para que as denúncias fossem feitas, colocava a semente da crítica, da indignação para que pudessem somar forças na luta das mulheres operárias de Fortaleza.

3.3 Uma das lutas era pra que tivesse ne?

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA DA SAÚDE E HIGIENE:

Os banheiros, sanitários, bebedouros e os ambientes de trabalho deverão estar limpos e conservados, em condições máximas de higiene, tudo de responsabilidade de cada empresa, cabendo aos empregados utiliza-los visando a sua regular conservação.⁸⁴

Em 1987 é inaugurada uma série de solicitações que foram repassadas para o sindicato como demandas dos trabalhadores. Quatro anos após a vitória da chapa que esteve vinculada a CUT, essas pautas ainda estavam sendo solicitadas. O presidente do Sindicato na época (gestão de 1987 a 1993), Antônio Ibiapino relata o acontecido a um de seus colegas de

⁸³ Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa, em 05/07/2023.

⁸⁴ Clausula vigésima sexta da Convenção coletiva de trabalho, 1987. Sindicato de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

trabalho, onde até mesmo a água que os operários e operárias bebiam era suja e em condições insalubres:

A água que a gente bebia na empresa não era potável. Para você ter uma ideia, era dentro de pote. Eu até hoje não sei a origem daquela água, só sei que tinha um gosto muito ruim. E todo mundo bebia aquilo. Lembro que um amigo meu, que trabalhava lá na fábrica, chamado Demésio, trabalhava na segunda turma. E essa segunda turma tem início às 14 horas e encerramento às 22 horas. E esse horário é o horário que a turma mais bebe água, por causa do calor intenso. Ele bebia água, colocou um copo dentro do pote, e a água veio toda cheia de sujeira. Aquele pó que se junta no fundo dos potes. E ele, rebelado, pegou um pedaço de pau – na fábrica tinha muito pau e ferro – e esbagaçou o pote em vários pedaços com a pancada que deu, e fora suspenso por isso. Então, esses eram os problemas gravíssimos que a gente tinha.⁸⁵

As reclamações não paravam por aí. Era comum que as operárias fossem expostas a constrangimentos até mesmo na hora de irem ao banheiro. Segundo Vera na fábrica em que trabalhava era comum haver fiscalização em relação ao tempo e a quantidade de vezes que uma operária utilizava o banheiro:

Tinha uma outra coisa que era muito forte, que eu acho especial, principalmente para as mulheres, que era a história da ida ao banheiro. Vocês se lembram da fichinha? Que era uma reivindicação nossa, porque às vezes a gente menstruava e você não poderia ir para ir ao banheiro, você tinha que ter uma ficha, você tinha que ter os minutos de uso que a gente tinha que ter no banheiro. Então, tinha todo um limite assim. Se você não passasse mal, você não ia. Você tinha que esperar a sua vez, o tempo de utilizar. Então, isso eram pautas muito nossa, da gente ter, que era essa coisa das fichas⁸⁶

Até mesmo quando uma operária menstruava não poderia utilizar o banheiro se já tivesse alguém no local. Era necessário esperar a sua vez mesmo que estivesse passando mal. Em condições ruins, em situações limite não poderia fazer uso do banheiro e realizar sua necessidade. Maria Bezerra relata que em relação ao problema de uso do banheiro, chegou a urinar na frente das colegas de trabalho para que a supervisora realmente verificasse que havia a necessidade de ir ao banheiro:

Uma vez, eu fiz xixi a propósito. Eu fiz xixi a propósito na sessão onde eu estava trabalhando. Porque ela ficava com aquela frescura de não dá a ficha. Eu fiz esperar aqui. Aí é? Pois eu não vou esperar, não. Fui só puxar a saia e fiz xixi lá. E os meninos virava as costas tudim os que trabalhava comigo. Menino isso foi um deus nos acuda eu levei uma suspensão de 15 dias.⁸⁷

⁸⁵ Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 05/07/23.

⁸⁶ Entrevista Vera Lucia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁸⁷ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

Por conta da “teimosia” acabou levando suspensão de 15 dias. As empresas tinham o controle das operárias para que passassem a menor quantidade de tempo longe da sessão de trabalho. Quando perguntado como funcionava as idas ao banheiro Vera relata que havia na verdade um número de horas durante o dia que poderiam se ausentar do posto:

Porque tinha um número, mas tinha um período, um mero número de horas que você tinha direito a ir ao banheiro. Faz tempo isso, muitos anos. Mas a gente tinha. Na Santa Cecília, onde eu trabalhava, tinha isso de você ir ao banheiro. A história de não ter o absorvente, né? Naquela época ...Pra quando você menstruava, porque vinhesse da fábrica você não tinha. Então eram essas garantias básicas que a gente já lutava. Era a pauta das mulheres que não tinha. Então, eu lembro bem dessas coisas mais específicas. [...], mas era essa coisa da necessidade básica de nós mulheres que não era garantido. Então, para nem um trabalhador, e principalmente para as mulheres, essa coisa da gestação quando engravidava, desse cuidado que é tão necessário que não tinha. Era uma luta permanente era muito...⁸⁸

Era nesse negócio do cartão. Era muito, muito mulher. Muitas mulheres. Aí, por exemplo, e os banheiros ainda, eram poucos. Aí, se cinco mulheres, mais ou menos, seis estivessem no banheiro, a outra podia passar, passava o que passasse. Não podia ir. Quando ela voltava, já estava lá, e trazia uma ficha. Aí, essa aqui já pegava, a outra já pegava. E tinha direito. Sem essa ficha, não entrava.⁸⁹

A secretaria surgiu com o intuito de lutar por essas questões básicas que as mulheres sofriam na época. Se uma operária engravidasse significava que não haveria nenhum cuidado na empresa, seja em situação de um trabalho mais ameno, cuidados com a higiene e nem alimentação. Como já mencionado a própria água tinha um sabor ruim e provavelmente não era potável. Muitos trabalhadores passavam todo o horário de trabalho evitando beber a água. Isso se aplicava também para as mulheres grávidas, daí o medo da gravidez.

O medo de engravidar acontecia também por conta da demissão, algo comum as fabricas têxteis de Fortaleza. Na realidade representava uma sentença de saída:

Eu lembro que uma luta também grande é a questão da licença maternidade, que as mulheres...A luta, primeiro para que seja cumprida a licença maternidade na época, e para que as mulheres permanecessem no trabalho após a licença maternidade, porque as empresas não queriam a pessoa que tivesse filho. Primeiro porque dizia que as mulheres não trabalharam mais, não produziam mais depois que tivesse filho. Porque o filho atrapalhava a produção, que ia faltar muito, tinha que lavar. E a outra coisa é porque tinha que pagar o bolsa...na época...salário materno. Salário familiar. Maternidade. Que hoje é pago... as empresas que pagam. As empresas não queriam pagar o salário maternidade então assim...⁹⁰

⁸⁸ Entrevista Vera Lucia Alves Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁸⁹ Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁹⁰ Entrevista Eneusa Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

Na época a licença maternidade previa um período de 120 dias, para uma operária têxtil, significava que ao retornar a empresa provavelmente seria demitida. Os argumentos colocavam em xeque a produtividade da operária, que passaria por um processo de mudanças, decaindo a produção e afetando o restante da empresa e porventura seu lucro. Segundo Eneusa Costa:

O abono para a família. Na época era até um valor a mais. Então os patrão não queriam pagar também. Então as mulheres terminavam sem paternidade e eram demitidas. Então era uma luta nossa para que as mulheres... A gente colocou até nas cláusulas trabalhistas que tivesse um período de estabilidade as mulheres após a licença de maternidade. Foi uma coisa que a gente colocou.⁹¹

Na convenção havia uma demanda para que fosse cumprida a estabilidade para as mulheres grávidas porque mesmo sendo um direito colocado na CLT desde 1943, passa a ser garantido como direito social pela constituição de 88, não era um direito exercido do ponto de vista para as trabalhadoras.

As fábricas têxteis como espaço de produção apresentavam muitas demandas e problemas, desde a vigilância sobre a produção, as idas ao banheiro e também contava com um espaço extremamente barulhento:

Para você ter uma ideia, as fábricas não davam refeição, não davam equipamentos de proteção individual para preservar a saúde das pessoas. E num ambiente de trabalho, podemos dizer, infame. Por exemplo, esses teares, que na época eram teares automáticos, mas ainda com baixa tecnologia. Os teares funcionavam em uma velocidade de 90 decibels, desculpe, de 90 rpm por minuto. Ou seja, o eixo girava em torno de si mesmo 90 vezes em um minuto. Imagine uma quantidade enorme de teares rodando ao mesmo tempo. Tanto gerava um barulho altíssimo, que ultrapassava 85 e até 95 decibels, variava, mas o ruído chegava a essa grandeza. E o ouvido humano suporta apenas 50 decibels. Veja a diferença. Isso é um fator de surdez. E muitas e muitas pessoas, hoje a gente encontra, estão surdas. Sérios problemas de audição. Ao mesmo tempo que as máquinas provocam esse barulho enorme, tem também a trepidação. Isso gera problemas de caráter nervoso. E a poeira do algodão. A poeira do algodão é absurda.⁹²

Condições de trabalho degradantes, situações consideradas neo-escravistas e autorizadas pelo Estado e pela legislação. A falta de água de qualidade, a falta de alimentação frente a diversas horas de trabalho, a falta de aparato social e médico para as operárias grávidas, o alto índice de assédio moral para as mulheres, a falta de higiene e até mesmo de espaços de

⁹¹ Entrevista Eneusa Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

⁹² Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 05/07/23.

higienização como banheiros indica a falta das condições mínimas de trabalho e a reação dos trabalhadores têxteis provem dessas condições.

Segundo Rago⁹³ a fábrica se apresenta ao trabalhador como um espaço formado por conotações negativas, ou seja, para os operários e operárias o espaço de produção é construído sob uma perspectiva que atrai coisas ruins e negativas e que se colocam como oposta ao próprio trabalhador e a seus interesses:

A fábrica aparece como lugar detestável da dominação e do aniquilamento da criatividade da classe operária, constantemente constrangida a sujeitar-se às imposições exacerbadas dos patrões. Associada às imagens da prisão, do convento ou do quartel, as primeiras notícias da imprensa anarquista retratam a fábrica como dispositivo de fabricação dos “corpos dóceis”, na expressão de Foucault. (RAGO, 2009, p.34).

Rago fala das condições operárias a partir da imprensa, e convida a pensar a fábrica a partir de um espaço que se modifica. Se antes era um lugar de terror, de aniquilamento da criatividade e do pensamento passa a ser rerepresentada como um espaço positivado, neutro e apolítico. A fábrica como espaço apolítico diverge das lutas que se estabeleciam naquele momento em busca de direitos e do maior controle das relações de trabalho pelos trabalhadores.

A saída encontrada para conciliar conflitos no interior da produção tinha como objetivo criar de forma sutil um controle exercido a partir de disciplinas e de relações construídas através da “parceria” entre patronato e operariado:

O despotismo da hierarquia fabril, determinando minuciosa e arbitrariamente o cotidiano do trabalhador, contradiz, portanto, o argumento ideológico da liberdade das relações contratuais. As normas disciplinam as idas e permanências no banheiro, dispõem sobre a duração do almoço, proíbem as conversas nas horas de trabalho, instauram uma vigilância ininterrupta através do jogo de olhares entre empregadores e empregados. (RAGO, 2009, p.41).

A condição das operárias desta pesquisa parte da retirada do direito ao trabalho decente⁹⁴, algo autorizado pela legislação, causando uma atmosfera insalubre. O trabalho em

⁹³ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista 1890-1930**. 4ª ed. São Paulo. 2009.

⁹⁴ O trabalho decente se estabelece quando as atividades trabalhistas estejam em condições de serem exercidas com qualidade seja em aspectos da saúde, salubridade e segurança. Abrange seguridade social bem como a liberdade do trabalhador, no geral abrange a ideia do trabalho exercido sob condições dignas. Ver ROCHA, Flávia Rayssa Fernandes. **O trabalho degradante e a luta pelo trabalho decente: a situação dos trabalhadores do Vale do Açu**. 2020. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. MERINO, Lucyla Tellez. **A eficácia do conceito de trabalho decente nas relações trabalhistas**. 2011. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.2.2011.tde-21082012-111453. Acesso em: 2023-12-28.

condições degradantes é oposto à ideia de trabalho decente, reivindicado por operários e operárias:

A dignidade, dessa feita, deve ser considerada como atributo do ser humano, algo que dele faz parte e, portanto, o faz merecedor de um mínimo de direitos, e é ela que, principalmente, é violada quando tipificado o crime de redução à condição análoga à de escravo, pois o que ocorre é o não respeito a esse atributo do ser humano, que é tratado como coisa, qualquer que seja o modo de execução, com a negação de sua dignidade e, por consequência, de sua condição de ser humano. (FILHO, 2012, p. 102).

O trabalho em condições análogas à de escravo, com certeza, é uma das práticas mais odiosas dentre as que podem ser encontradas na relação entre o capital e o trabalho. Durante muitos anos foi considerado como uma afronta direta à liberdade da pessoa, deixando de lado outras condutas que também tinham o condão de negar ao ser humano a condição de ser dotado de dignidade, e que, por isso, assemelhavam a pessoa às coisas. (FILHO, 2012, p.107).

As condições degradantes de trabalho é um reflexo de conduta do patronato frente ao operariado. Com o passar do tempo as relações que se estabelecem entre ambos passa a adquirir um novo padrão que retira qualquer linha de criticidade que o trabalhador pudesse ter, seja na retirada de direitos ou em situações do cotidiano que apresentavam abuso de autoridade. Em nosso caso as operárias têxteis passavam por situações que poderiam passar despercebidas, mas que no fundo tinha um pouco dessa ideia de que a fábrica e os representantes da chefia apresentavam alguma autoridade frente às operárias. Essa tática se estabelecia inventando novas estratégias de adestramento tanto físico como mental, já que a nova figura da fábrica partia de adjetivos como moderna, tecnológica e apolítica:

Em suma, o desejo patronal de determinar os caminhos da formação do proletariado, impedindo sua autoconstrução espontânea enquanto classe, manifesta-se de maneira cada vez mais sofisticada e ramificada, à medida mesmo em que o movimento operário se organiza e ameaça escapar ao controle do poder. No entanto, a prática patronal oscila entre o exercício da repressão direta e o “paternalismo”, defendido por alguns patrões. É evidente que o empregador não poderia apenas reprimir, excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção: por isso mesmo, a autoimagem paternalista que alguns industriais constroem, e que a historiografia incorpora sem questionar sua dimensão ideológica, visa reforçar sua autoridade, simbolizada na figura do pai, e assegurar a integração do trabalhador ao aparato produtivo. (RAGO, 2009, p. 54-55).

A ideia da fábrica satânica e da fábrica higiênica aplicada nos estudos de Rago, podem ser pensados também na indústria têxtil de Fortaleza, pelas condições em que as operárias estavam e pelas relações de trabalho mencionadas por elas que não oferecem condições mínimas de qualidade para a execução das tarefas cotidianas de produção, de condições de saúde e higiene dignas para as mulheres. O controle do uso do banheiro mostra

isso. A mulher, pela sua condição biológica, necessita em momentos específicos da utilização mais recorrente ao banheiro, e mesmo sob determinadas situações esse direito é vedado. As pequenas greves, os pequenos protestos quando acontecem são reprimidos como no exemplo de urinar na própria sessão de trabalho como relatado por Maria Bezerra.

Ao mesmo tempo a fábrica higiênica, como projeto patronal, esconde o controle de produção limitando o tempo em que o trabalhador poderia sair de frente das máquinas e o resultado final da produção no decorrer do dia. Portanto, a fábrica higiênica vestida de uma nova roupagem procurou mostrar um lado paternalista para os trabalhadores em benefícios e um lado mais humano.

A fábrica higiênica veio abolir a imagem anterior que os operários têxteis tinham. Uma imagem construída desde a Revolução Industrial. A nova versão muito mais tecnológica, com um maquinário automático e mais rápido, tinha um caráter de falsa amigabilidade entre o patrão e o operário:

Através de “concessões” como a instalação de armazéns, cooperativas, farmácias, restaurantes, escolas, vilas operárias, assistência médica junto às fábricas, o cerco aos passos do trabalhador torna-se mais consistente, sistemático e globalizante. Procura-se destilar, juntamente com estes “benefícios”, a ideia de que trabalhadores e patrões pertencem a uma mesma “comunidade”, lutando por interesses comuns. (RAGO, 2009, p.55).

Nesse sentido percebemos que a falsa relação de familiaridade entre patrão e operário se estabelecem pela imagem da amizade, de relações que descartam qualquer conflito tendo o empregador uma relação harmoniosa com seus operários. A concessão de benefícios para os trabalhadores como as vilas operárias e a possibilidade de conquistar a tão sonhada casa, torna o patrão uma figura benevolente e ao mesmo tempo positiva a relação trabalho/capital.

Com todos esses pontos “positivos” se esconde através desses atributos os abusos, retiradas de direito, o assédio, o não pagamento de horas extras, as mudanças e funções no interior da fábrica “certamente, muitos outros mecanismos coercitivos atuam no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital [...]” (RAGO, 2009). A nova imagem da fábrica, viabilizada por concessões e pelo “acordo” entre patrão e operário se ressignifica na mente dos trabalhadores e trabalhadoras têxteis através do discurso que é muito bem sustentando dentro do discurso patronal.

4 QUESTÕES A PARTIR DA HISTÓRIA DAS DIRIGENTES DO SINDICATO TÊXTIL:

De fato, é comum na literatura sobre o movimento operário, tanto no Brasil quanto internacionalmente, o tratamento dado à classe trabalhadora de forma homogênea, assexuada e sem distinção de idade e cor, como se todos os operários fossem homens, brancos, adultos e expostos de igual forma às relações de produção.⁹⁵

O capítulo aqui apresentado é um esforço de resumir questões colocadas na etapa final de entrevista das dirigentes sindicais. Nesse sentido discutimos os primeiros desafios para as líderes e apresentamos os primeiros percursos traçados por Zélia Gomes e as reuniões que fundamentaram a criação do setor. Apresentamos a participação das mulheres nas assembleias sindicais através de fotografias que dialogam com este momento de ascensão. Também falamos nesse capítulo da dificuldade de conciliar trabalho e estudo no início da década de 1990 através do depoimento de Eneusa Costa. O que contribuiu para a permanência nos estudos e por fim o papel da militância para essas mulheres.

4.1 A secretaria e alguns desafios das dirigentes

Zélia Gomes foi uma das primeiras a fazer parte da direção onde se manteve durante 6 anos somando forças à luta das mulheres. Veio de Sobral e por não possuir estudo suficiente acabou indo trabalhar na fábrica Thomaz Pompeu. Segundo ela as mulheres participavam da luta sindical, porém a partir de questões gerais à classe. É importante enfatizar que as mulheres participavam do movimento sindical e das assembleias ainda em número menor em relação aos homens. Segundo o presidente dos têxteis:

As mulheres têxteis sempre participaram. Evidentemente, sempre tiveram muitas dificuldades, porque é meio que natural. Imaginem uma trabalhadora têxtil que sai de casa às quatro horas da manhã para chegar na fábrica, próximo de seis horas, aí ela trabalha de seis horas até as duas horas da tarde, no primeiro turno. Se for do segundo turno, ela entra às duas e sai às dez da noite. Na época, eu já falei na pergunta anterior, que elas não trabalhavam à noite. Mas, muito bem, as que trabalhavam, trabalhavam de dia. E elas tinham muito pouco espaço para participar, porque a que sai às duas horas da manhã e está na fábrica desde as seis, tem filhos pequenos, tem marido, tem casa para cuidar, ela sai desesperada, correndo para ir para casa, até muito preocupada com os filhos, porque não tem com quem deixar. As que entram às duas horas da tarde e saem às dez da noite, como podem participar? As assembleias dos sindicatos, eu acredito que todos eles, são realizadas sempre aos domingos. Bom, aí nós tínhamos a

⁹⁵ COSTA, Ana Alice. As Mulheres no Sindicato. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30047>. Acesso em: 18 jan. 2024.

prerrogativa de poder participar, porque domingo era um dia de folga, mas, ainda assim, é o dia que a mulher tem para fazer a tal da faxina. E, no nosso setor, grande parte das fábricas funciona em turnos interruptos de funcionamento. Portanto, tem as mulheres que trabalham no dia de domingo. As folgas são diferenciadas, tem período, é assim, umas folgavam na segunda-feira, outras folgavam na terça, outras na quarta, outras na quinta, outras na sexta, outras no sábado e outras no domingo. Para folgar um domingo, passa não sei quantos meses ou semanas, mas elas, assim mesmo, participavam.⁹⁶

Das poucas mulheres que participavam foi necessário fortalecer os objetivos para que permanecessem e também possibilitar a entrada de outras no movimento. Foi a partir dessa participação, ainda que em pequena proporção (Ver anexo 2), que Zélia e suas colegas de luta iniciaram um trabalho de inserção política no sindicato, expandindo a discussão para outros movimentos. Nesse sentido o Sindicato atuou com outras frentes, como a CUT, a Federação dos Têxteis com sede em Recife, outros sindicatos de Fortaleza como o Sindicato da Construção Civil, Sindicatos Têxteis de escala nacional e o Partido dos Trabalhadores. A participação de Zélia assim como outras operárias aconteceu a partir do convite de outros membros sindicais para participar de reuniões e cursos de formação. Após ir a uma das reuniões começou a perceber o caráter político e entender muitas das questões colocadas naquele espaço:

Nos anos 90 eu trabalhei numa fábrica com o nome Thomaz Pompeu, situada ali na Avenida Imperador, centro de Fortaleza.

Lá na empresa eu fui convidada para participar de uma assembleia e após essa assembleia eu fiquei conhecida lá pela diretoria e aí foram me convidando para eu participar de algumas atividades, participei de cursos de formação, depois de comissão de fábrica e depois de um grande trabalho de formação eu fui convidada para adentrar a diretoria do sindicato e lá eu passei seis anos ajudando a dirigir aquele sindicato.⁹⁷

O crescimento de algumas questões e a criação da secretaria própria de mulheres só foi possível porque, nas palavras de Zélia, o sindicato era bastante revolucionário possibilitando a abertura ao recorte de gênero:

Hoje existe já uma Secretaria de Mulheres, mas, anteriormente, lá nos anos 1990, nós primeiro iniciamos criando a pró-comissão de mulheres. Foi uma boa participação. Através dessa participação, eu fui adquirindo a consciência da luta das mulheres, de quanto a mulher é explorada, sem contar com a minha categoria, que as mulheres eram muito exploradas. Ainda hoje, as mulheres têm a dupla jornada de trabalho. Muito mais que as mulheres, além de trabalhar e estudar, elas têm que dar conta da casa. Eu fui me conscientizando que as mulheres não tinham a colaboração, não tinham a consciência dos esposos, dos companheiros, para dividir as tarefas domésticas. Percebemos essas fragilidades e tentávamos organizar as mulheres, organizar a luta das mulheres, organizar a luta para que as mulheres tivessem creche. Nos anos 1990, foi uma luta muito árdua, porque as mulheres não tinham condição de participar das

⁹⁶ Entrevista Antônio Ibiapino da Silva a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 05/07/23.

⁹⁷ Entrevista Maria Zélia Gomes a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

atividades, porque elas trabalhavam e não tinham com o que deixar os filhos. Então, a nossa luta foi grande para conseguir a creche. E aí fomos vendo a necessidade de se organizar melhor. E aí passamos a chamar as assembleias dos têxteis, só das mulheres.⁹⁸

A fala de Zélia pontua questões importantes como a rotina do estudo e trabalho. As fábricas têxteis contratavam as pessoas muitas vezes pelo fato de saber manusear as máquinas, ou em casos de amizades, quando alguém que já trabalhava na fábrica indicava algum conhecido para fazer teste. Muitas operárias e operários não tinham um grau de instrução elevado, alguns não tinham sequer o ensino médio⁹⁹. Muitas operárias só iam ter acesso aos estudos quando entravam na fábrica e viam a realidade da produção, ou seja, havia um esforço para estudar para melhorar de vida, longe daquele ambiente frenético:

Porque quando eu comecei na fábrica também comecei a trabalhar eu trabalhava a noite, à tarde, e estudava de manhã porque eu trabalhava de 14:00 as 22:00 então não dava pra estudar nem a tarde nem a noite então eu estudava de manhã. Aí era muito corrido porque eu estudava num colégio é ...ali no jardim Iracema e morava no Olavo Bilac então eu corria pra casa saia pro colégio de manhã, saia do colégio meio dia pra casa pra entrar na fábrica 2h. Então só dava tempo comer pega o ônibus e ia pra cá ...então era correria danada então. Foi na época também que eu resolvi parar de estudar porque era muito puxado pra mim. Ai dessa época também do sindicato eu voltei a estudar, fiz o supletivo, fiz o 2º grau o supletivo né? E... E...terminei o segundo grau depois mais na frente comecei um cursinho¹⁰⁰

No caso de Eneusa, ela iniciou os estudos e parou, pois, a rotina era muito maçante. Além da distância para percorrer era muito corrido e cansativo pois querendo ou não teria que passar 8 horas produzindo na fábrica:

Habitando muitas vezes bairros distantes da Tecelagem, algumas operárias fazem percurso superior a uma hora para atingir o local de trabalho. Buscando neutralizar este inconveniente e, ao mesmo tempo, diminuir as despesas várias tecelãs deixam o convívio familiar passando a residir em bairros centrais. A maioria “toma pensão” ou divide o domicílio de parentes. Hospedando-se mediante pequeno pagamento, em casa de amigos ou conhecidos [...] (RODIGUES, 1978, p.104).

Eneusa teve que parar os estudos devido à distância, o que provavelmente aplica a outros operários e operárias, já que identificamos nas falas de nossas entrevistadas a dificuldade de conseguirem estudar e conseqüentemente arranjam um emprego fixo nas fábricas têxteis. A retomada dos estudos para Eneusa só pode acontecer devido a flexibilização do trabalho

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Ver RODIGUES, Jessita Martins. A mulher operária: um estudo sobre tecelãs. In: RODRIGUES, Jessita Martins. (Aut.). **A mulher operária: Um estudo sobre tecelãs**. Tradução: 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1978. cap. 2. p. 45-92, (Coleção Ciências sociais).

¹⁰⁰ Entrevista Eneusa Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

quando passou a trabalhar no sindicato. Além do desafio do estudo/trabalho relata outra experiência árdua que se concretizava como uma realidade por todos os operários. Assim que anuncia sua relação com o sindicato, participando de formação, de assembleia, houve a demissão. Isso acontecia com qualquer operário que se filiasse ao sindicato, uma espécie de exemplo a não ser seguido pelos demais:

E aí começamos a ir e entramos na chapa eu e Zélia. Eu lembro muito bem eu e a Zélia né? Zélia Gomes foi a que entrou comigo, a gente conversava muito. E aí logo em seguida quando a gente se elegeu a fábrica não respeitou e demitiu todas as pessoas que entraram no sindicato na época. Lá nessa fábrica na Thomaz Pompeu, a fábrica demitiu. Ai o que que aconteceu? Fomos pra justiça pra poder fazer a integração...enquanto isso eu fui pro sindicato, e a Zélia ficamos trabalhando no sindicato.¹⁰¹

Devido a demissão passaram a trabalhar no sindicato. Mesmo sendo um espaço que teoricamente deveria ter uma visão mais progressista, apoiando em sua totalidade o direito de expressão das mulheres na instituição, houve estigmatização em relação à atuação delas na direção do departamento feminino. Segundo Eneusa havia operários que duvidavam de que tivesse êxito nas atividades que eram dadas a ela:

Dentro do sindicato eu fiquei na parte trabalhando...trabalhei no jurídico porque tem vários setores no sindicato, trabalhei no setor jurídico, é...tive alguns problemas com algumas pessoas lá dentro do sindicato. Sendo que eu, nunca gostei muito de as pessoas querer mandar em mim. Eu sempre fui...então assim tinhas as pessoa lá que...era meio grosseiro, então eu tive problema assim.¹⁰²

A ideia de ser chamada para participar dessas atividades ajudara a operária a adquirir um sentimento de autonomia “Acabou que essa pessoa, uma vez essa pessoa me disse que eu não sabia fazer nada no sindicato. Aí eu digo, “olha posso saber fazer nada agora, mas eu vou sair daqui sabendo fazer tudo”. Após ser desafiada que não conseguiria lidar com as questões jurídicas administrativas Eneusa se esforça para aprender o ofício, queria provar que era capaz de realizar determinada função e entregar bons resultados:

É tanto que eu saí do sindicato eu sabia homologar, a pessoa chegava, eu sabia homologar, trabalhava no jurídico, acompanhava os advogado lá no fórum todo dia acompanhava, os pessoal lá do fórum todo mundo me conhecia. Então sai do sindicato praticamente fazendo tudo. Se você botar uma rescisão pra mim fazer aqui num instante eu sei se tá certa ou se tá errada né? Então assim...acabou que foi até um incentivo que essa pessoa me dizer isso porque foi o momento de...você pode tá

¹⁰¹ Entrevista Eneusa Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

¹⁰² Idem.

dizendo mas eu vou sair daqui sabendo fazendo isso. E nessa época também eu só tinha o 1º grau né?

Um forte debate existe ainda em relação as práticas realizadas por mulheres, apoiados na ideia de inferioridade, estranhamento e desconhecimento em relação a qualquer atividade que fosse realizada fora do espaço doméstico:

Tanto a ideologia do trabalho, como a ideologia familiar dominante, da qual a “ideologia da mulher” constitui componente, são diferencialmente incorporadas segundo o modo como se articulam com situações de classe, fração ou camadas sociais, e segundo a formação social em que as mesmas se manifestam e são veiculadas. (RODRIGUES, 1978, p. 44).

Se de um lado nós temos um discurso que coloca as mulheres dentro da esfera biológica, ou seja, passiva, inferior, etc., de outro lado temos a construção de uma nova postura para elas ancoradas:

[N]A ideia de que a mulher não é apenas portadora de sentimentos e emoções, mas de que possui a mesma capacidade de pensar, de questionar e de brigar que o homem e para a qual a educação é uma arma importante de luta, revela a recusa do modelo de feminilidade instituído pelo imaginário social. [...]. Esta só poderá libertar-se se compreender os motivos da exploração social e desmistificar a mitologia justificadora de sua condição. (RAGO, 2009, p.150).

Fazendo um estudo sobre a condição operária, Jessita Martins Rodrigues aponta que a historiografia tratou a história das mulheres por um longo tempo como mito. Esse mito era baseado na ideia de naturalidade da mulher. Na realidade ela aponta o mito como um elemento que colocava as mulheres dentro de espaços sem expressão, ou seja, eram apontadas como passivas para que não tivessem autonomia de ocuparem espaços de liderança. Nas palavras da autora durante muito tempo o feminismo tratou a condição das mulheres apenas levando em consideração o fator sexo, portanto partindo de uma análise biológica. Para ela isso enfraquecia o debate, segundo ela, pelo viés biológico:

Ao analisar a posição estrutural ocupada pelo individuo enquanto agente social, enfatizam como fator determinante desta condição o elemento biológico sexo, reducionismo que conduz a um tipo de abordagem que suscita uma série de problemas, insolúveis a partir da perspectiva feminista. Se a base exclusiva da categorização social do indivíduo é a parcela sexual a que ele pertença – daí derivando a situação social “homem” e a situação social “mulher”- como então explicar a vivencia diferencial da mesma situação biológica “mulher”, por exemplo, de acordo com as diferentes situações de classe? (RODRIGUES, 1978, p.40).

A autora então abre o debate para a questão dos vários modos de percepção e do sentir. Nesse sentido cada mulher, cada operária, compõe uma experiência. A luta das mulheres não pode ser desconectada de fatores políticos e sociais. Não poderíamos partir de uma análise somente a partir do sexo, já que temos dentro desse grupo várias modalidades de análise como por exemplo as questões sociais, econômicas, psicológicas, etc.

A criação dessa secretaria como um campo político, se legitimou como um espaço onde as operárias de várias fábricas passavam a participar, seja denunciando a opressão que viviam nas fábricas, reivindicando alguma questão, participando de votações, contribuindo para as decisões coletivas, etc. Segundo Zélia:

Vimos a necessidade de se organizar também só como mulheres, porque a gente estava em todas as lutas dos homens, pela luta do salarial, estava pela luta por igualdade, a luta pela educação, saúde, mas a gente não tinha uma organização só das mulheres, a gente precisava organizar melhor as mulheres trabalhadoras têxteis, e com essa secretaria a gente passou a se organizar melhor, fazer as assembleias femininas, as assembleias só com as mulheres¹⁰³

Além disso um outro aspecto chama a atenção na fala de Zélia convencer os maridos da necessidade de participação. Em nossas entrevistas percebemos que as casadas tinham mais dificuldades de militância, algumas tinham condições de estarem lá pois os conjugues muitas vezes também participavam como líderes sindicais, ou associados. E mesmo aqueles que sabiam das atividades sindicais ainda tinham receio da participação das operárias:

Não mas cansei de sair escondida...a derradeira greve da Thomaz Pompeu ...
 -Pra onde tu vai?
 Eu vou dormir lá na casa do meu irmão. Eu fui passar a noite todinha no sindicato, pra sair 4h da madrugada pra Thomaz Pompeu.
 -E tu não disse que ia pra casa do teu irmão?
 E aí passou o destaque na televisão né? De manhã cedo que ele abriu a televisão...Thomaz foi invadida por ...pelo sindicato, presidente do sindicato invadiram a Thomaz Pompeu com os trabalhador é ...aí pronto né?
 -Eu não quis dizer porque tu ia dizer que eu não ia e eu ia sempre. ¹⁰⁴

Omitir o fato de que ia para uma greve na fábrica a fim de evitar qualquer represália do marido, pois se contasse que ia participar do processo de greve ele não permitiria. As mesmas relações que se estabelecem dentro da família também se perpetuam nos espaços públicos e apresenta um caráter político. É importante enfatizar que:

¹⁰³ Entrevista Maria Zélia Gomes a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

¹⁰⁴ Entrevista Graça Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

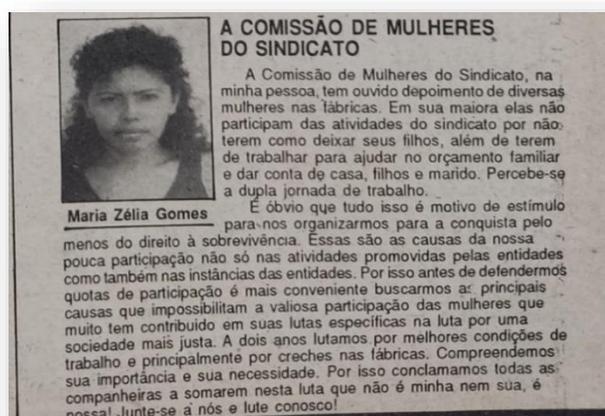
Nos últimos anos, alguns sindicatos do Estado do Ceará vêm realizando debates sobre o significado da representação e da legitimidade das organizações sindicais e deram início a experiências de gestões colegiadas, com vistas a renovação e reconsideração das relações políticas entre os membros da direção e entre seus representados. Criticando a estrutura hierarquizada das direções sindicais e das instâncias cutistas, começaram a expressar o desejo de consolidar princípios de igualdade, de democracia e de emancipação, historicamente colocados nos discursos cutistas. Essas dimensões inovadoras nas práticas das direções pretendem caminhar na direção de uma participação plural, na redefinição de novas formas concretas de ação coletiva. (ESMERALDO, 1998, p.136).

Nas assembleias de mulheres eram debatidos além do cenário político a necessidade das campanhas salariais, questões próprias e reivindicações em torno da saúde da mulher. Uma luta girou em torno da distribuição de absorventes, já que as operárias se menstruassem utilizavam panos sujos, a farmácia para dores menstruais, a estabilidade na função e horário já que em alguns casos de assédio muitas operárias eram trocadas de função e horário de trabalho. Assim a organização das dirigentes e demais operárias:

Para um certo imaginário acadêmico e político essa é ainda uma temática de “minorias”. As pesquisas que pautaram tal reflexão indicam muito mais que as mulheres estão presentes de forma efetiva entre os atores que “lutam pela direção social da historicidade” no Brasil, e o fazer-se desse movimento remete a uma articulação particular entre vida privada e vida pública, entre questões clássicas dos direitos sociais e políticos e questões feministas. (LOBO, 2021, p. 247).

Nesse sentido as pautas caminharam para um percurso de possibilidade de igualdade, mostrando um percurso traçado por mulheres.

Figura 8 - Jornal A Voz do Peão¹⁰⁵



FONTE: Acervo Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza.

¹⁰⁵ O **Jornal a Voz do Peão** foi um jornal lançado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. O exemplar em que mostra depoimentos de vários trabalhadores, aparece sem data.

A operária Zélia em entrevista A Voz do Peão coloca a luta das mulheres em torno do desejo de participação na luta em prol de uma sociedade mais justa. Apresentava muitos problemas que impediam a participação das atividades sindicais e como solução conhecer a causa do problema e agir em torno de mudanças. As dirigentes dessa pesquisa se colocam como sujeitos políticos e sociais:

O discurso feminino poderia ser identificado através da pressão exercida junto às lideranças sindicais, no sentido de fortalecer os processos e mecanismos de filiação feminina, na abertura de espaços na representação sindical, através de uma maior participação nas estruturas de poder, e na constituição dos Departamentos Femininos. São esses Departamentos os principais polos de articulação, discussão e reflexão sobre as discriminações sexistas nas relações de trabalho e nas práticas sindicais (CAPPELLIN, 1994, p.278).

Nesse sentido identificamos as dirigentes como pessoas que perceberam a necessidade de criar departamentos próprios. A principal ideia do departamento girava em torno da confiança, já que muitas mulheres não tinham coragem para colocar determinadas questões ao sindicato. Com a liderança sendo feminina reforçou-se o sentimento de confiança e credibilidade. Em relação aos questionamentos que as operárias desta pesquisa expressam se torna necessário frisar que:

A luta pela emancipação da mulher não passa pela reivindicação de aceder à esfera pública simplesmente, mas é primeiramente uma questão de ordem moral/; trata-se da necessidade de libertar-se do modelo burguês que lhe é imposto e de construir uma nova figura negadora daquela forjada pela representação burguesa e masculina. A mulher não é apenas sentimento e passividade, daí a necessidade de instruir-se, de utilizar seu potencial intelectual na crítica ideológica das instituições e das mitologias religiosas e de lutar pela própria independência. (RAGO, 2009, p.152).

As dirigentes que participaram deste estudo se destacam em muitas esferas, apresentam um caráter político de resistência em torno de lutas que estiveram inseridas direta e indiretamente:

Os papéis sexualmente construídos para o gênero feminino no espaço privado e público são fortemente considerados quando da admissão das mulheres no sindicato e principalmente nas instancias de decisão. Para serem reconhecidas politicamente, algumas mulheres reorganizam suas vidas pessoais, em geral a um alto custo. Redefinem sua subjetividade, sua identidade em nome de comportamentos [...]. (ESMERALDO, 1998, p. 144)

O papel de liderança encabeçado por elas auxiliou em muitos aspectos o sindicato, ajudou muitas mulheres a denunciarem abusos e problemas, retomando por exemplo a confiança que o público feminino tinha em relação ao campo político, ou seja, houve mudanças

que trouxeram novas perspectivas ao estudo da história das mulheres e colaborou para solucionar muitos casos.

4.2 A Estabilidade sindical

As cinco dirigentes que participaram dessa pesquisa apresentam traços comuns de vivenciarem na prática o discurso que ouviam nas portas de fábricas, nas conversas de amigos e nas assembleias. A realidade para as mulheres sempre foi um aspecto a ser analisado quando se estuda história. A estabilidade como sindicalistas não foi fácil e atravessou muitos percursos seja em relação às obrigações domésticas, o cuidado dos filhos, o fato de engravidarem, a participação mais efetiva no sindicato, as muitas situações de assédio no local de trabalho, a distância entre a casa e o trabalho ou até mesmo a permissão do marido para trabalhar.

Situações que fazem com que se percam ao longo do processo. O fato é que as mulheres experienciaram maiores dificuldades na entrada no mercado de trabalho e causou grande preconceito acusadas de romper a harmonia familiar. Durante um longo tempo isso se perpetuou não somente nas palavras e discursos que vez por outro se ouvia, mas em práticas cada vez mais naturalizadas e verbetes que entregam a proposta de quem fala.

O sindicato têxtil teve para essas mulheres um apoio no combate as práticas de desvalorização, de deslegitimação, assédio e muitos outros importunos. Somaram forças para que houvesse a necessidade de luta e esse sentimento teve muitas ações positivadas durante muito tempo. O apoio de práticas políticas e institucional foi importante para a compreensão da necessidade de luta encabeçada por elas. Não bastava somente haver um discurso sindical, ou de outras instituições e movimentos em prol de questões femininas, era necessário que saíssem do papel de representantes e partissem para liderar esse movimento de forma consciente, política e crítica:

E assim, e dizer assim que essa coisa da grande escola. Então assim eu hoje permaneço ainda nos movimentos né? De lá foi essa experiência. Lá fiz, participei em 92 lembro...que nós fizemos muita coisa em 92, 92 marcou. Lembro que nós fomos pra, tivemos, eu fui pra. Tirei férias em fev, Jan...julho de 92 e fui pra primeira marcha do MST de Madalena a Fortaleza. Foi a Zélia e o Eudes naquela Brasília quando chegaram em Canindé voltare, voltare pra Fortaleza. Eu vim deixei Eliza, que levei Eliza até Canindé aí de lá voltei, encontrei um pessoal em Caridade e ficamos que aí foi a grande referência pra eu estar lá, voltar pra lá depois. Mas participei dessa greve. Isso foi uma definição nossa na discussão com o sindicato. E também em 92 nós fizemos aqui uma grande campanha lembro muito do Raposo que aí todos nós conhecemos né que ele tinha uma gráfica, que ele era um comunista né? Era uma campanha, é...."por uma gota de amor para cuba" que era uma campanha pra gente arrecadar recursos pra comprar um navio de petróleo para mandar pra cuba né? Aí lembro que a gente foi pra Aracati, lembra Ibiapino? Nós fomos, a Elisa pequenininha,

as meninas, Raposo e tantos outros aquele pessoal, ...arranjaram um cantor Bernardo, diz que ele ainda tá vivo viu Maria Bezerra? E aí a gente foi pra lá né? Um show. Foi a coisa mais legal do mundo com o Silvio Mota que é um juiz aposentado e a gente já se encontrou aí nas luta aí, da copa aqui. Então assim dizer que foi muita coisa, foi muito importante a gente vivenciou...aí tinha nos que tinha mais liberdade de viajar, as meninas que tava na fábrica, quem ficou na fábrica tinha mais dificuldade. Era dirigente, militante, mas tinha que trabalhar como é o caso da Maria Bezerra né? ¹⁰⁶

Vera coloca que o sindicato foi uma escola em termos de consciência política. Provavelmente sem a militância na vida de Vera e de outras dirigentes não teriam o caráter e as experiências. Sua fala relata eventos em que esteve atuando quando sindicalizada, como a campanha de apoio a ocupação do MST de Madalena a Fortaleza em 1990¹⁰⁷, e o apoio dado à situação política de Cuba devido ao bloqueio econômico realizado pelos Estados Unidos.

Esses exemplos de luta coletiva levam à compreensão de que as dirigentes estiveram presentes nos processos políticos não somente sindicais. A isso se soma as falas das dirigentes como pertencentes às lutas e aos movimentos como coloca Maria Bezerra:

Por isso que eu digo, meus 70 anos foi muito bem vivido. Tem história pra contar. Muito bem vivido. Com muita dificuldade, com muita luta, mas bem vivido. Me arrependo de absolutamente nada. Muito pelo contrário. Me sinto enriquecida pelo que eu ganhei na luta. De jeito nenhum que eu me arrependi de absolutamente nada. Nada. Nem que alguém me trouxe a cara, que eu já vi que já ficou comigo, já trabalhou comigo. Ou que era da política na época que eu estava. Ninguém me trouxe a cara. Não tem problema. Né? Porque... não tem problema, sabe por quê? Porque o que eu vivi, o que eu aprendi, não dependeu dele, né? Dependeu de todo, de um conjunto, de tudo que a gente viveu na época. Pra mim foi maravilhoso.¹⁰⁸

Maria relata que muitas vezes não teve apoio da família para a participação da vida política e que logo ao se iniciar como sindicalizada teve que se separar do marido que não entendia e não apoiava suas ideias. O sindicato foi um dos mecanismos que a fez pensar de forma mais crítica e a não estar mais subordinada aos abusos sofridos na fábrica pela chefia. O que tem relação com a fala das outras dirigentes que foram entrevistadas nessa pesquisa. Portanto nas falas dessas mulheres/operárias podemos sugerir que a criação dessa secretaria cria uma cultura crítica e que traz objetivos como a emancipação. Segundo Lerner a:

Cultura da mulher é a base que sustenta a resistência das mulheres à dominação patriarcal e afirmação de sua própria criatividade ao moldar a sociedade. A expressão sugere uma afirmação de igualdade e uma consciência de irmandade. A cultura da mulher traduz-se com frequência na redefinição de objetivos e estratégias de

¹⁰⁶ Entrevista Vera Mariano a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

¹⁰⁷ ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHA (MST-Ceará, 20 years of marches). *Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 133 a 148, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/552>. Acesso em: 20 jan. 2024.

¹⁰⁸ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

movimento de massa em termos que as mulheres considerem adequados. Nos estados unidos do século XIX, a cultura da mulher resultou e uma definição autoconsciente da superioridade moral das mulheres como uma justificativa para sua emancipação. (LERNER, 2019, p. 298).

O que não foi diferente do processo realizado aqui. Já que em todas as falas observa-se uma vida atravessada por barreiras que são quebradas e muitas vezes acompanhada de um reconhecimento moral, como na fala de Graça Costa quando menciona a ocupação da fábrica Thomaz Pompeu. Os trabalhadores faziam uma ocupação devido à falta de pagamento dos salários e outras exigências e em sua fala deixa transparecer o sentimento de reconhecimento, de gratidão pela experiência vivida:

Eu não chorava de medo, não. Eu chorava de emoção. Que nós saímos lá de fora. Que nós vimos aquela, aquela, multidão de gente aplaudindo nos que tava lá dentro no meio do perigo. Esperando aquela história. Esperando a morte chegar. Qualquer momento. Isso daí pra mim foi emoção pro resto da minha vida. Eu nunca vou esquecer dessa emoção que eu passei na minha vida. Não foi medo. Foi emoção. E hoje em dia nós estamos contando. Muitos não. Mas nós estamos contando a história. De vitorioso daquela greve que nos passemos.¹⁰⁹

Outra experiência de emoção em relação à luta pode ser observada nas palavras de Eneusa em duas experiências. A primeira foi exatamente no dia de ocupação da fábrica Thomaz Pompeu onde nas palavras da militante não sabia se ela e os colegas sairiam da fábrica vivos:

Colocar dois momentos, assim, que eu acho que foi, pra mim, foi super importante nesse período, né? O primeiro foi a invasão da Thomaz Pompeu. Que foi, assim, pra mim foi um marco, né? A gente... A gente não sabia se a gente ia sair viva dali, né? Porque a polícia ameaçava entrar, invadir, matar todo mundo e a gente ameaçava tocar fogo lá dentro, né? Não, a gente saía queimada aqui ou saía morta aqui. Foi aquela confusão. Então, assim, foram um dia muito, muito, assim, de muito aflito.¹¹⁰

O segundo momento descrito foi a greve geral de 1992:

E uma outra coisa forte também foi na greve, nessa greve 92, a greve geral, que a gente fez... a atividade a gente fez as fábricas, a gente parava as fábricas, né? Parando os ônibus. Aí eu lembro... Eu e esse... Logo o Figueiredo lembra. De noite, a coisa era tentar furar os pneus dos ônibus. Furar os pneus dos ônibus, aliás aí a gente botava o que fazer? Botava o prego, né? Um pedaço de madeira. Um pedaço de madeira, botava o prego e saía onde os ônibus passavam, colocando que os ônibus passavam e furava. Quando a gente tá colocando lá, ajeitando lá, lá vem a polícia. E a gente... Ibiapino que que nos vamos fazer? O Ibiapino vamo se agarrar aqui e dizer que a gente tava namorando. Aí lá vai eu e Ibiapino abraçado lá, no meio todo no escuro, pra dizer que a gente tava namorando lá. Porque tava no escuro E tava mesmo colocando. Então isso foi tão marcante. Porque lá vem o carro da polícia e agora não vamos se agarrar aqui. Ficamos lá. Nós abraçamos lá. O Ibiapino não lembra disso. Isso ficou tão

¹⁰⁹ Entrevista Graça Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

¹¹⁰ Entrevista Eneusa Costa a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/2023.

marcante que eu nunca me esqueço. Nas Goiabeiras, na descida pra praia já era o local que o ônibus passava, que a galera ia colocar. Então assim, a bichinha aqui é caladinha, mas fez várias coisas que só Deus duvida, né?

Os dois eventos mencionados por Eneusa são momentos memoráveis exatamente pelas táticas as quais os operários se utilizavam para enfrentar a polícia. E principalmente diz respeito ao contexto histórico na época, que girava em torno da Greve Geral encabeçada pela CUT. Esses momentos refletem o momento histórico que serviu para consolidar as dirigentes enquanto militantes e a ação de utilizar técnicas como furar pneus de ônibus, conversar com os operários e operárias nas portas de fábrica, e preparar estratégias de sobrevivência. Segundo nossas entrevistadas foi a maior emoção pois a luta política e o enfrentamento significava o pertencimento de classe. A inserção das mulheres dentro das lutas políticas no papel de liderança marcava uma mudança histórica. Nesse sentido:

Refletir-se sobre essa situação, implica que seja retomada a aceção do modelo de feminilidade, [...] como um centro hegemônico de referência, para os sujeitos mulheres, numa dada conjuntura social, e o fato concreto de que a este são agregados sistemas de representação, crenças e valores. É, ainda, importante que se pense sobre a força e o vigor que tem estes conteúdos na interioridade dos sujeitos de que falamos. (SOUSA, 2007).

Nas palavras de Maria Bezerra a luta em que ela e as colegas estiveram significou também um marco:

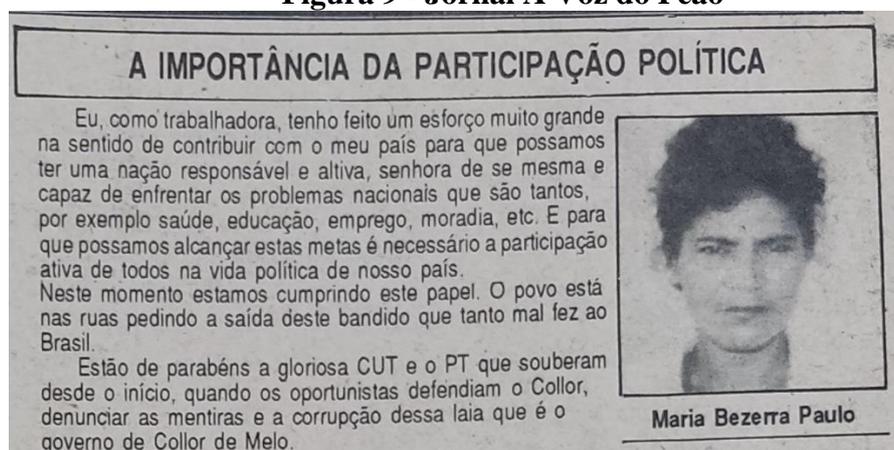
Sem contar que a maioria dessas mulheres aqui que passaram por toda essa questão também havia questão. Pelo menos eu era uma. Eu pensava assim. Ai, meu Deus. Eu vou morrer. Nós vamos morrer tudinho. Meus filhos vão ver só pela televisão. Aí quando eu cheguei em casa, meu filho ia ligar.
-Mãe, pelo amor de Deus. Eu vi vocês tudinho na televisão. Eu pensei que a senhora tava morta. Tudo sanguentado.
-Que sangue, mulher. Aquilo era pó de café. Que a gente botou dentro da mochila. Por causa do gás, né? Da polícia.
- E eu pensei que a senhora tava era morta. Mãe, pelo amor de Deus.
-Para com isso. Que conversa.¹¹¹

A luta significou um marco, tanto pelo impacto causado socialmente quanto para a sua família. Pelo diálogo apresentado por Maria Bezerra, os filhos ao verem o acontecimento pela televisão pensaram que a greve teria sido sufocada pela polícia. Mas ao relatar as estratégias de luta deixa claro que foi proposital, ou seja, o sindicato também serviu como um instrumento de táticas e estratégias contra as forças de estado e patronais, ou seja, um espaço político de fertilidade em termos de lutas. Maria Bezerra como sindicalista expressou também

¹¹¹ Entrevista Maria Bezerra Paulo a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 06/08/23.

a sua opinião em relação a organização e o reconhecimento em torno das lutas políticas. Em matéria ao jornal *A Voz do Peão* deixa claro que é preciso que haja uma unidade da classe trabalhadora.

Figura 9 - Jornal A Voz do Peão



FONTE: Acervo Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza

Na ocasião deixava claro que a unidade trabalhista devia acontecer principalmente em torno de questões importantes como alimentação, saúde e educação. Pontos que se colocavam como históricas dentro da luta dos trabalhadores e do movimento operário. A possibilidade de união se impunha para as dirigentes como um dever de todos os trabalhadores e aqui elas se inserem, tomando consciência. É importante neste momento mencionar as palavras de Batalha quando estuda a classe operária na primeira república e menciona a cultura operária como uma transformação das práticas em seu aspecto de luta: “A despeito de ter constituído mais um campo de luta política entre as correntes que dividiam o movimento operário, essa cultura foi, antes de tudo, um terreno de combate à ideologia e aos valores das classes dominantes” (BATALHA, 2000).

São essas as questões que ficam quando ouvimos as histórias das dirigentes, as dificuldades que as inserem em um processo de luta, os problemas muitas vezes comuns, a trajetória de vida muito parecida que a unem em uma coletividade:

A análise das contradições e ambivalências das experiências históricas; das condições objetivas e subjetivas das situações reais; o estudo do contexto social e das tradições das experiências que nele emergem são eixos de análise presentes no estudo da formação da classe [...] e elementos preciosos para pensar o movimento social [...]. (VENDRAMINI, 2004, p. 32).¹¹²

¹¹² VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 12, p. 25-36, 2004.

As experiências históricas são o motor da história. Quando Marc Bloch coloca que a história é a ciência dos homens no tempo¹¹³, se destaca dentro dessa passagem as relações sociais e históricas de indivíduos comuns, com experiências semelhantes. Em nossa pesquisa enfatizamos a trajetória das dirigentes sindicais como experiências comuns e poderemos falar mais, trajetórias comuns, e para além disso um cotidiano comum.

4.3 A secretaria atualmente

O sindicato tem como dirigente sindical atualmente Leiliane Oliveira com uma gestão que iniciou em 2014. Nos primeiros anos da gestão esteve sozinha na secretaria tratando de fortalecer as mulheres em torno da luta. Após alguns anos como dirigente passou a dividir a liderança com Edna Martins, ambas trabalhadoras da Têxtil Bezerra de Menezes.

Leiliane relata que desde que entrou na direção sindical presenciou muitos problemas e situações que permanecem impunes quando se trata das condições de trabalho das operárias. Em relação as denúncias de assédio causa mais recorrente entre as operárias têxteis relata casos muito recentes de mulheres que estão no chão de fábrica e que se deparam com essas ações por parte das chefias. Entre as empresas têxteis do Ceará, a TBM possui um número muito elevado de reclamações se comparada a outras empresas de acordo com as denúncias cotidianas das trabalhadoras.

Outro ponto mencionado diz respeito a poucas mulheres fazendo parte da realidade sindical:

O assunto é voltar para as mulheres, porque não têm aquela visão, e nem sequer se deixe abrir a mente às vezes. E é isso, nós temos. Eu acho que como todos os sindicatos tem diversos problemas. Um dos problemas que nós temos que resolver ao longo do tempo é esse, sabe? Poucas mulheres no sindicato, nós temos que trazer mais mulheres para o nosso sindicato. Eu acho que é o caso de muitos outros sindicatos. Alguns sindicatos já são exemplos de paridade, mas o nosso está muito atrás em relação a isso. E é isso, o machismo grande dentro dos sindicatos e muito o preconceito e até mesmo a homofobia.¹¹⁴

Existem problemas que impedem o diálogo do sindicato com a juventude e mesmo com as mulheres:

A etariedade é muito grande, não não desmerecendo os companheiros mais antigos, mas não dá espaço para a oxigenação dentro do sindicato, não dá espaço para as

¹¹³ BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar, v. 200, p. 1, 2001.

¹¹⁴ Entrevista Leiliane Oliveira a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 16/04/2024.

mulheres. Se levarmos em conta que são 24 diretores, desses 24 só têm duas mulheres, não criticando o meu sindicato de jeito nenhum, isso é uma observação. E essa luta... E temos dificuldade, inclusive, em relação ao tanto de homem que tem, dificuldade em discutirmos pautas voltadas para as mulheres.¹¹⁵

Ao longo da gestão a diretora coloca que muitas pautas passaram a ser incorporadas nos atos e nas assembleias dos trabalhadores têxteis, como a luta em torno dos direitos LGBT's. Segundo Leiliane são pautas que precisam estar presentes porque a luta política é plural e através da sua gestão tem procurado dar visibilidade às demandas de trabalhadoras que estão inseridas nessa causa:

Nós vemos o machismo dentro dos próprios sindicatos, companheira. Tem sim muito, pouco, homofobia, claro. E eu vi, eu faço parte do coletivo de mulheres da CUT, e também do coletivo LGBT da CUT. Eu não sou LGBT não, mas é importante essa luta, é importante essa pauta, trazer essa pauta para dentro dos sindicatos, porque o, o feminismo, a luta das mulheres, não é contra os homens, não é contra os homens de forma nenhuma, é só pela vida das mulheres, por salários melhores, por condições melhores de vida e de trabalho. O feminismo, a luta das mulheres, às vezes é mal interpretada, mal compreendida. Acha que as mulheres querem tomar o espaço dos machos, dos homens? Não, não. É.. e eu vejo que no coletivo LGBT, a maioria são mulheres que aderem, que participam do coletivo, fazem parte do coletivo. E a luta feminista é uma luta que muitas às vezes, apoia a luta LGBT, porque a gente vê essa necessidade.¹¹⁶

As pautas passam a se relacionar pelo fato de sofrerem a mesma opressão na sociedade, segundo a dirigente o sindicato tem prestado apoio a luta das minorias, para ela é de extrema necessidade o apoio do sindicato a outras bandeiras, o que fortalece o movimento operário.

O sindicato vinculado a CUT aderiu nos últimos anos muitas bandeiras como os coletivos de mulheres, coletivo LGBT, coletivo de combate ao racismo, coletivo de apoio a cultura, entre outros que fazem encontros e eventos para debater muitas questões. A causa é defendida a partir da aliança de diversos sindicatos e movimento sociais do Estado que também aderiram a causa.

¹¹⁵ Entrevista Leiliane Oliveira a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 16/04/2024.

¹¹⁶ Idem.

Figura 10 - Dirigentes sindicais e companheiros em coletivo LGBT –CUT/ CE



Fonte: Arquivo pessoal Leiliane Oliveira

As populações que sofrem a discriminação e marginalidade são os que apoiam fortemente um ao outro e por essa razão começou-se um trabalho de conscientização. A diferença em sua gestão é abordar nas assembleias e reuniões questões que falem da vida, do cotidiano das mulheres e dos trabalhadores, existe nesse sentido uma identificação e empatia que fortalece a relação entre a gestão e os trabalhadores.

Figura 11 - Leiliane e colegas em campanha de conscientização do outubro rosa em Fortaleza



Fonte: Arquivo pessoal Leiliane Oliveira¹¹⁷

¹¹⁷ Leiliane e companheiras sindicais em ação na campanha “outubro rosa” –CUT LILÁS. A cor lilás foi incorporada para representar a luta do feminismo e por um mundo mais justo para as mulheres, assim tornando-se uma luta pela vida das mulheres.

Na gestão de Leiliane junto ao sindicato têxtil são oferecidas campanhas de conscientização em torno de pautas das mulheres, como no mês de outubro é realizada no Centro de Fortaleza rodas de conversas e palestras em torno da saúde da mulher, também é feita uma abordagem política elencando os problemas sofridos pelas mulheres, um diálogo que perpassa as portas sindicais.

A dirigente pontua que a causa política é importante mas existem questões que vão além:

Sim, é importante para a vida dele. Mas às vezes, uma pauta que ele quer muito escutar é sobre a vida dele também. Porque a gente tem que fazer a diferença, o sindicato em si é instrumento que vem, que ele está aí para melhorar a vida, não só no trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras, mas na vida. Tem que impactar desses homens, dessas mulheres. É isso.¹¹⁸

Percebemos que a gestão apresenta uma proposta de identificação com o trabalhador e se assemelha com Paulo Freire:

Freire acredita na capacidade que homens e mulheres possuem de superar as suas situações limite, principalmente a exploração historicamente imposta. Transformar a realidade libertando oprimidos e opressores é a preocupação responsável por engendrar a Pedagogia do Oprimido, como pedagogia humanista e libertadora. (PITANO, 2017, p. 89).

Percebemos que existe uma preocupação em incorporar lutas diversas na atual gestão. Para isso é preciso ouvir mais o que a mulher tem a falar, é necessário que haja uma identificação pela liderança a fim de propiciar um espaço acolhedor, nesse sentido se aplica a pedagogia humanista de combate a opressão colocada por Freire.

Figura 12 - Leiliane discursando no Sindicato Têxtil



Fonte: Arquivo pessoal Raimundo Nonato Gerônimo

¹¹⁸ Entrevista Leiliane Oliveira a Rita Geiziele Pinheiro Sousa em 16/04/2024.

Figura 13 - Auditório Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza



Fonte: Arquivo pessoal Leiliane Oliveira¹¹⁹

Figura 14 - Diretoria do Sindicato de Fiação e Tecelagem de Fortaleza



Fonte: Arquivo pessoal Raimundo Nonato Gerônimo(02/09/2023)

¹¹⁹ Auditório onde ocorrem as reuniões de assembleias de mulheres e dos trabalhadores em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi a realização de um sonho, porque tem relação com minha trajetória pessoal. Muitas questões trabalhadas, pensadas e colocadas nessa dissertação foram frutos de constantes pensamentos durante o meu processo de crescimento tanto quanto pessoa como pesquisadora.

A pesquisa foi bastante desafiadora no sentido de construir uma análise coerente. Primeiro por causa do processo de realização, como as entrevistas, o tratamento dos depoimentos e a aplicação dentro da pesquisa exigiu uma paciência e dedicação muito maiores do que eu esperava. Segundo por ser algo novo a qual eu nunca tinha feito nem mesmo na graduação. Houve momentos em que tinha que ter uma sensibilidade maior a depender dos assuntos mencionados, a dimensão disso tudo foi bastante desafiador.

Em relação as fontes elas se apresentaram como importantes na construção do trabalho, porém ao mesmo tempo em que te aproxima do objeto de estudo também te limita pelos esquecimentos que é natural quando se trata de memória. Apesar de haver algumas lacunas não estacionamos e fizemos a nossa produção dentro das condições possíveis e que foram apresentadas.

Nosso estudo revelou aspectos importantes, trouxe a história de vida de cinco mulheres que foram de extrema importância para o movimento sindical em Fortaleza, e que contribuíram para o movimento social cearense. Cada uma contribuindo dentro das suas particularidades. Dona Graça preparava panelas de caldo nas madrugadas para os demais companheiros que estavam em greve, transportava de onde morava até onde os demais estivessem. Zélia e Vera sempre participando de assembleias, ouvindo e tentando colocar em prática no sindicato, organizando assembleias. Maria Bezerra tendo a “rebeldia” como motor de vida, sempre discordando e questionando, abrindo espaço para o diálogo, para o questionar dos demais, incitando os colegas para uma postura mais crítica. Eneusa participando dos movimentos de rua e realizando estratégias em prol do operariado. As mulheres dessa pesquisa se estabelecem como líderes sindicalistas à medida que a política adentra suas vidas, proporcionando uma mudança no cotidiano bem como em todas as relações estabelecidas, seja no espaço do trabalho ou dentro de sua casa. Com a consciência política muitos elementos proporcionam uma reorganização dessas relações.

Além do movimento sindical outros modos de luta se inserem no contexto do início da década de 1990, como a luta contra o neoliberalismo que assume papel crucial nas esferas sociais fazendo emergir movimentos em diversas abordagens. Ainda falamos da reorganização

social das mulheres que se insere nos espaços de reivindicação do movimento feminista e tantas outras que surgem com o intuito de mudanças.

A história das mulheres liga-se à história social num esforço de tornar válidas as experiências vividas por nossas protagonistas. A ideia desse trabalho foi de problematizar as questões mencionadas por elas, analisar situações e relações. A história das mulheres precisa ser contada, explorada e reavivada não como algo simplista porque não é, mas como um canal de experiências que proporcione mudanças. Como ponto de partida podemos deixar para reflexão o seguinte pensamento:

Há duas tarefas cada vez mais urgentes que se apresentam à história das mulheres: produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas que decorrem desses às questões gerais que há muito estão postas à história. (TILLY, 1994, p.29).

As questões femininas, as lutas e problemas existem e a incorporação desses se faz urgente. As mulheres precisam ser descritas, faladas, mencionadas como seres históricos que atuam e vivem dentro da história. Em Fortaleza existem grupos diversos que incluem em sua bandeira ideias e práticas feministas, bem como os que dizem excluir feministas. É importante ressaltar que com consciência ou não do feminismo existe nesses grupos a necessidade de afirmação como sujeitos pensantes e atuantes. Somente o movimento de mulheres de caráter revolucionário deu os primeiros passos para a história das mulheres.

Além do cenário político e social de Fortaleza, o sindicato apareceu como elemento fundamental para que as nossas protagonistas adquirissem conhecimento, consciência e passassem a tornar a política parte de seu cotidiano. As reuniões, assembleias, a reconfiguração do movimento sindical era um bem necessário para inserir operárias nos espaços de decisão, de votação e de liderança. A experiência do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Fortaleza se caracterizou como uma experiência positiva e necessária. Sem a intervenção de medidas de igualdade de gênero nos sindicatos provavelmente não haveria mudanças estruturais dentro das instituições, e conseqüentemente as mulheres não estariam ocupando espaços que socialmente também eram delas. Mesmo com a inclusão das mulheres na base e nas lideranças sindicais, não se pode descartar os desafios e o preconceito, as formas de luta contra as dificuldades, assédios e abusos de poder das chefias nas fábricas.

Essa pesquisa seguindo o viés da história social analisa o gênero como um conceito que é muito importante quando falamos das relações de trabalho entre homens e mulheres possibilitando uma visita às experiências de mulheres que trabalharam nas mais diversas

fábricas de Fortaleza. Entende-se necessidades, queixas e os problemas vividos na fábrica e em casa e o quanto se interligaram nas narrativas dessas mulheres.

Apesar de termos construído esse trabalho houve lacunas que infelizmente não conseguimos preencher pela falta de materiais, principalmente pela imprensa já que são poucos exemplares do Jornal o fio da meada, as edições que estão no acervo do sindicato são poucas e em estado muito limitado, o que poderia ser melhor trabalhado ou desenvolvido na pesquisa. Tivemos também esquecimentos de muitas coisas quando se ouve os relatos de nossas depoentes, pelo intervalo de tempo dos acontecimentos. Nosso foco era adentrar mais na secretaria de mulheres que ainda existe no sindicato. Nossa ideia era falar mais detalhadamente, porém pelos motivos apresentados não foi possível seguir esse objetivo.

Acho que faltou mais detalhes em torno da criação da secretaria e seu funcionamento. Durante a pesquisa tivemos curiosidades que não foram sanadas, como o funcionamento da secretaria. Dentro de nossas condições tentamos refazer a história sindical mostrando como ela se impõe a partir da liberdade que adquire no pós- ditadura até as mudanças apontadas nesse estudo. O diálogo como uma ferramenta que foi muito utilizada no contexto da pesquisa. A mudança de postura do sindicato quando dá oportunidade para as mulheres tomarem a frente, oportunidade de debate. Acho que o amadurecimento sindical é percebido nesse sentido, através de novas práticas.

O percurso da pesquisa em um primeiro momento foi mais tímido porque precisávamos delimitar. Não bastava somente falar de mulheres que trabalharam na indústria, a pesquisa precisava de um objetivo, e coloca-las como pessoas que alcançaram a direção do sindicato dos têxteis foi uma possibilidade possível e que me deixou muito feliz em poder escrever sobre essa parte da história que talvez muitos não saibam.

Por fim esse trabalho percebe a importância da história das mulheres e a necessidade de apresentar suas falas ao mundo. Além do mais foi de extrema satisfação estabelecer ligações presentes na história social do trabalho com a história de vidas de nossas dirigentes sindicais.

Como Tilly bem nos coloca a pesquisa parte de um “apelo para escrever uma história analítica das mulheres e vincular seus problemas àqueles das outras histórias”. Somente incorporando as mulheres a história é que teremos mudanças em torno dos problemas vividos por elas e que faz parte do todo, ou seja, a totalidade histórica.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHA (MST-Ceará, 20 years of marches). **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 133 a 148, jan. 2011. ISSN 1984-2201. Available at: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/552>>. Date accessed: 20 jan. 2024.
- ALVES, Giovanni. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista De Sociologia E Política**, Uberlândia, n. 15, p. 111-124, 2000. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/10829>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- ANTUNES, Ricardo; SILVA, Jair Batista da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Caderno CRH**, v. 28, n. 75, p. 511–527, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/HYrfJQj6S3p4FFg584KTqvt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov.2023.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O fiar e o tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará, sindiitextil fiec**, Fortaleza, 2002.
- ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. **Em busca dos direitos: lutas e resistências do operariado têxtil cearense (anos 1940-1960)**. 245f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36496>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. Dia da Caça, Dia do Acerto de Contas: o caso do operário que matou o patrão numa fábrica, em Fortaleza (1954-57)". **Revista Historiar**, [S. l.], v. 7, n. 13, 2016. Disponível em: [//historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/211](http://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/211). Acesso em: 21 jan.2023.
- ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. Subvertendo a ordem: resistência operária entre os têxteis na década de 1950. **Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 12, n. 30, e0102, maio/ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0102>. Acesso em: 15 fev.2023.
- BARBOSA, Denilson Gomes. **Movimento operário e o uso da justiça do trabalho: o caso de Juiz de Fora (1944-1954)**. Ed. UFJF, 2011.
- BATALHA, Claudio HM. **O movimento operário na Primeira República**. (No Title), 2000.
- BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: Aspectos de uma trajetória historiográfica. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 218–234, 2011. DOI:10.5007/1984-9222.2010v2n4p218. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p218>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BOITO, Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Unicamp/Hucitec, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003).

CAPPELLIN, Paola Giuliani. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In: História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1227/1094>. Acesso em: 19 dez. 2023.

COSTA, Ana Alice. As Mulheres no Sindicato. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 2, n. 2, p.11-20, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30047>. Acesso em: 18 jan. 2024.

Delgado, Maria Berenice Godinho. **A organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores: a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora**. 1996. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

DIAS, Isabel. **Violência Contra as Mulheres no Trabalho**. O caso do assédio sexual. 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n153564. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n153564>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O feminismo na sombra: relações de poder na CUT**. Fortaleza: EUFC, 1998.

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. 7 ed. Fortaleza, 2015.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1)**. Boitempo Editorial, 2021.

FILHO, W. R. TRABALHO DEGRADANTE E JORNADAS EXAUSTIVAS: CRIME E CASTIGO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NEO-ESCRAVISTAS. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/213>. Acesso em: 21 abr. 2024.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual. Uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, n. 1, p. 119-135, 2012. Acesso em: 24 nov. 2023.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV, 2015.

GOMES, Francisco Alexandre. Lutando sobre o tempo: o direito ao dia do domingo. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 27., 22-26 jun. 2013, Natal (RN). **Anais...** Natal (RN): ANPUH, 2013. Tema: Conhecimento histórico e diálogo social.

GOMES, Francisco Alexandre. **Um fio da meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)**. Orientador Dr. Adelaide Gonçalves, 2012. 254 f. Dissertação de mestrado. Curso História. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

GOMES, Francisco Alexandre. Um fio da meada: experiência e memórias de luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991). **Theomai** [en linea]. 2011, (24), 94-114 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12423156006>. Acesso 17 mar.2023.

GOMES, Francisco Alexandre. Vinte e quatro horas por dia, sete dias na semana: história e memória dos trabalhadores da indústria têxtil no Ceará (1973-2008). In: X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL , 26-30 abr. 2010, Recife (PE). **Anais...Recife** (PE): Universidade Federal de Pernambuco.

GOUVÊA, M. de F. S. A HISTÓRIA POLÍTICA NO CAMPO DA HISTÓRIA CULTURAL. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2051>. Acesso em: 21 abr. 2024.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza, 1945-1960**. Annablume, 2000.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003, p. 55-63.

LÊNIN,, Vladimir Ilitch. Sobre o Papel e as Tarefas dos Sindicatos nas Condições da Nova Política Econômica. In: LÊNIN,, Vladimir Ilitch. (Aut.). **Sobre os sindicatos**. Tradução: Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. 4 ed. Rio de Janeiro: Vitória Ltda, 1961. cap. 7. p. 314-324, Título original: Acerca de los Sindicatos. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/index.htm>. Acesso em: 7 nov. 1961.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOBO, Elisabeth, Sousa. **A classe operaria tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo. Editora expressão popular, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 1996.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. [S. l.: s. n.], [201-]. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf. Acesso em: 29 dez.2023.

MERINO, Lucyla Tellez. **A eficácia do conceito de trabalho decente nas relações trabalhistas**. 2011. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-21082012->

111453/publico/tese_final_09_01_versao_parcial_Lucyla_Tellez_Merino.pdf. Acesso em: 28 dez.2023.

NEGRO, Antonio Luigi. "Não trabalhou porque não quis": greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 64, p. 101–128, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/hBbPnc557PXkwpRxprn4j7d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em mar.2023.

PITANO, Sandro de Castro. A EDUCAÇÃO PROBLEMATIZADORA DE PAULO FREIRE, UMA PEDAGOGIA DO SUJEITO SOCIAL. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 087–104, 2017. DOI: 10.5216/ia.v42i1.43774. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/43774>. Acesso em: 17 abr. 2023.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista 1890-1930**. 4. ed. São Paulo. 2009.

RECOARO, Deise Aparecida. Sindicalismo de movimento social e feminismo: a organização das mulheres na CUT. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.38, n.111, p.01-16, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kr3nTHDTVnzQCkg6FhTJtNz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ROCHA, Flávia Rayssa Fernandes. **O trabalho degradante e a luta pelo trabalho decente: a situação dos trabalhadores do Vale do Açu. 2020**. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

RODRIGUES, Jessita Martins. **A Mulher Operária: um estudo sobre as tecelãs**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SCHIFINO, Reny Scifoni. A luta das mulheres operárias por creche: do “balde” ao direito à Educação. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 4, n. 2, p. 94-111, 2016.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995).

SIDRIM, Raíssa Marques Sampaio; QUEIROZ, Silvana Nunes de. FLUXOS MIGRATÓRIOS INTRAMETROPOLITANOS: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (1986/1991, 1995/2000 E2005/2010). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 7, 2019. DOI:10.54399/rbgdr.v15i7.5273. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5273>. Acesso em: 16 out. 2023.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores no tribunal**: conflitos e justiça do trabalho em São Paulo no contexto do golpe 1964. São Paulo: alameda, 2016.

SILVA, Sarah Pinho da. Feminismos em disputa: a união das mulheres cearenses (1979-1985). **30 simpósio de história**, recife, 2019.

SILVA, Sarah Pinho da. **Os feminismos de Segunda Onda: A União das Mulheres Cearenses (1979-1985)** / Sarah Pinho da Silva. – 2020. 119 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2020.

SOARES, José de Lima. As diferentes formas de resistência e luta das organizações dos trabalhadores contra a repressão política imposta pela ditadura civil-militar. **opsis**, Goiânia, v. 18, n. 2, 2018. DOI: 10.5216/o.v18i2.53035. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/53035>. Acesso em: 31 jan. 2023.

SOUSA, Rita Geiziele Pinheiro. **Trabalhadoras da indústria têxtil na Fortaleza dos anos 70**: uma análise do feminino a partir de processos judiciais trabalhistas 1972-1974. 69f. Monografia- Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza (CE), 2021.

SOUZA, André Pinheiro de. **Do movimento feminino pela anistia (MFPA-CE) ao comitê brasileiro pela anistia (CBA-CE)**: as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980). Fortaleza, UECE, 2012. 165p. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará.

TELLES, Vera da Silva. A EXPERIÊNCIA DA INSEGURANÇA: Trabalho e Família nas Classes Trabalhadoras Urbanas em São Paulo. **Tempo Social**, v. 4, n. 1-2, p. 53–92, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/C8HJwmYdxYB9FPNN3zSwq7p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2023.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28-62, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 12, p. 25-36, 2004.

ZARIFIAN, Philippe. O tempo do trabalho: o tempo-devir frente ao tempo espacializado. **Tempo Social**, v. 14, n. 2, p. 1–18, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/5FykT73y4PnhvRGJdc3Vrrx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out.2023.

ANEXO A - Panfleto da Greve Geral –setembro de 1992

Fonte: Arquivo pessoal Vera Lúcia Alves Mariano.

ANEXO B – ASSEMBLEIA SINDICAL

Fonte: Arquivo pessoal Antônio Ibiapino da Silva (s/d)

ANEXO C - ASSEMBLEIA SINDICAL

Fonte: Arquivo pessoal Antônio Ibiapino da Silva

ANEXO D – EX-SINDICALISTAS DO SINDTÊXTIL

Fonte: Arquivo pessoal Rita Geiziele Pinheiro Sousa¹²⁰

¹²⁰ Na fotografia da direita para a esquerda Maria Bezerra, Muniz, Vera Mariano, Ibiapino Silva, Eneusa Costa e Graça Costa.

ANEXO E - RITA GEIZIELE E EX-SINDICALISTAS DO SINDTÊXTIL

Fonte: Arquivo pessoal Rita Geiziele Pinheiro Sousa¹²¹

ANEXO F - RITA GEIZIELE E EX-SINDICALISTAS DA SINDTÊXTIL

Fonte: Arquivo pessoal Rita Geiziele Pinheiro Sousa

¹²¹ Na fotografia temos da direita para a esquerda Eneusa Costa, Vera Mariano, Rita Geiziele, Maria Bezerra Paulo e Graça Costa.